

Jaguariúna



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
Sistemas de Bibliotecas da UNICAMP /
Diretoria de Tratamento da Informação

J188 Jaguariúna no curso da História / coordenação e textos: Suzana Barretto Ribeiro; – Jaguariúna: Secretaria de Educação de Jaguariúna, 2008.

256p. : il.

ISBN 978-85-61999-00-1

1. Jaguariúna - História. 2. Historiografia. 3. Cidades e vilas. I. Ribeiro, Suzana Barretto Ribeiro. II. Título.

CDD - 981.61

Índice para Catálogo Sistemático
1. Jaguariúna - História 981.61
2. Historiografia 907.2
3. Cidades 307.7609

Capa

Fotografia aérea de Jaguariúna, 1938.
Coleção Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Jaguariúna



Jaguariúna

no curso da história

Copyright Secretaria de Educação de Jaguariúna, 2008

Todos os direitos reservados, proibida a reprodução parcial ou integral,
sem autorização prévia do detentor do *Copyright* 2008

Prefeito

Tarcísio Cleto Chiavegato

Secretário de Educação

José Roberto Chiavegato

Coordenação / Textos

Suzana Barretto Ribeiro de Carvalho

Pesquisa histórica

Míriam Alzira de Souza Zanon

Tomaz de Aquino Pires

Wilza Carla Vilaça Machado

Colaboradores

David Lugli Turtera Pereira

João Paulo Leite Tozzi

Assistentes de pesquisa

Josi Rosana Panini

Sulamita Ribas

Apoio técnico

Amanda Cristina Pereira

Preparação e revisão do texto

Katia Rossini

Tratamento digital

Carlos Antônio Fábio

Flávia Fábio

Joaquim Caetano de Lima Filho

Rafael Franco Coelho

Projeto gráfico

Flávia Fábio

Joaquim Caetano de Lima Filho

Editoração

Traço Publicações e Design

Fabiana Grassano

Flávia Fábio

Sumário

Apresentação	7
Tarcísio Chiavegato	9
Introdução	
De “Jagoary” a Jaguariúna: Apontamentos para uma história regional	
Capítulo 1	13
Aspectos gerais Localização do município, limites e vias de acesso	
Capítulo 2	17
Aspectos naturais Geomorfologia, clima, fauna, flora e hidrografia	
Capítulo 3	27
As primeiras ocupações: Vestígios de grupos caçadores coletores Os primeiros habitantes: Vestígios de assentamentos indígenas	
Capítulo 4	33
O “Caminho dos Goyazes”: abertura do sertão paulista Pousos, roças, povoados e sesmarias: a colonização do sertão paulista De Pouso do Jaguar a povoado do Tanquinho	
Capítulo 5	41
As sesmarias e o curto ciclo da cana-de-açúcar	
Capítulo 6	49
O novo ciclo econômico paulista: as fazendas de café Casas de morada e benfeitorias das fazendas do Jaguar A migração e o negro no oeste paulista A ferrovia e a chegada dos imigrantes	
Capítulo 7	77
A “Estação Jaguar”: a formação do núcleo urbano O deslocamento do povoado da Estação para a “Villa Bueno” A criação do “distrito de Jaguar” e as primeiras obras públicas As primeiras edificações da “Villa Bueno”	
Capítulo 8	101
Os anos 1930: o colapso da monocultura do café A Revolução Constitucionalista de 1932 e a “base do Jaguar”	

Capítulo 9	109
Uma década de mudanças (1944-1954): o novo nome e a criação do município	
A autonomia político-financeira e o reflexo nas melhorias urbanas	
Pequenos produtores e a diversificação da agricultura	
Capítulo 10	119
A cidade nos anos 1960	
Novos ritmos: entre o rural e o urbano	
Capítulo 11	125
A cidade nos anos 1970 e 1980: o êxodo rural e as transformações urbanas	
A destruição do pontilhão da Mogiana e a abertura da avenida	
A extinção da cultura do café e o crescimento da indústria	
Capítulo 12	131
A cidade nos anos 1990: industrialização, migração e geração de emprego	
Formação de mão-de-obra especializada	
Capítulo 13	139
A cidade no século XXI: urbanismo, cultura e turismo como modelo de desenvolvimento	
Capítulo 14	145
A educação	
Escolas municipais	
Escola infantil	
Projeto especial	
Capítulo 15	169
A indústria	
Capítulo 16	173
A saúde pública	
Saúde pública e assistência social	
Década de 1970 e 1980	
Unidades básicas de saúde	
Capítulo 17	179
O meio ambiente	
Praças e parques públicos	
Capítulo 18	199
Esporte	
Capítulo 19	213
Cultura e turismo	
Capítulo 20	231
Galeria de Prefeitos	
Créditos das ilustrações, fontes e bibliografia da iconografia	243
Bibliografia	249

Apresentação

A criação da Casa da Memória e sua inauguração com a publicação deste livro têm como objetivo proporcionar o acesso às fontes históricas e refletem a preocupação em transformar dados em conhecimento, de modo a proporcionar uma visão mais abrangente do desenvolvimento de Jaguariúna no curso de sua história, desde períodos remotos até os dias atuais.

No processo de implantação da Casa da Memória, uma equipe formada por historiadores, professores da rede pública e colaboradores, sob a coordenação da dra. Suzana Barretto Ribeiro, deu início a um trabalho de pesquisa, com o levantamento de documentos que se encontravam em instituições de Mogi-Mirim, município ao qual Jaguariúna esteve vinculada até 1953, data de sua emancipação política. Às instituições responsáveis pela preservação de parte da nossa memória – Centro de Memória Joaquim Firmino, Museu Histórico-Pedagógico João Teodoro Xavier, Cartório e Câmara Municipal de Mogi-Mirim, expressamos nosso agradecimento.

Os documentos disponíveis nestes locais, que podem ser considerados verdadeiros guardiões da memória, contribuíram na recuperação de aspectos que permitem uma visão complexa do período em que Jaguarary ainda não havia se emancipado.

Tais fontes permitiram traçar o fluxo das modificações ocorridas, desde as primeiras ocupações, com os grupos de caçadores coletores; a expansão do povoamento; o extermínio e a expulsão da população indígena; o “Pouso do Jaguarary” no “Caminho dos Goyazes”; o aparecimento de novas culturas, proporcionando diferentes tipos de ocupação do solo, assim como questões de ordem político-religiosas que determinaram o surgimento do povoado de Tanquinho; a criação do “distrito de Jaguarary”; o deslocamento do eixo urbano com o projeto da “Villa

Bueno”; a emancipação político-administrativa do município; o desenvolvimento da cidade e de questões relacionadas ao viver urbano no decorrer dos séculos XX e XXI.

Diante da complexidade dos temas abordados, a equipe buscou concentrar a pesquisa em dois eixos: o homem e sua relação com o meio ambiente. Neste sentido, a intenção foi recuperar as formas de ocupação e, conseqüentemente, o modo como estas ações foram, aos poucos, definindo o perfil do município.

Esta é uma obra com referências à memória de Jaguariúna; no entanto, sua importância se dá em função da construção do conhecimento, ou seja, da intersecção entre o passado, o presente e o que se pretende para o futuro do município.

Tarcísio Cleto Chiavegato
Prefeito de Jaguariúna, 2008.

De “Jagoary” a Jaguariúna: apontamentos para uma história regional

Este é o primeiro estudo produzido pela Casa da Memória, daí sua abrangência, isto é, a preocupação em recuperar e divulgar aspectos da história da região onde hoje está situado o município de Jaguariúna, desde 9.500 anos (Antes do Presente) até os dias atuais. Neste sentido, o objetivo não foi estabelecer uma visão definitiva a respeito da história do município, mas de apresentar aspectos da história devidamente referenciados às fontes documentais consultadas, de modo que aspectos conhecidos com base na história oral, muitas vezes apresentados em versões contraditórias, pudessem ser referenciados e, assim, dar início a novas pesquisas com focos mais precisos.

Este tipo de produção, de circulação restrita ao município cumpre um papel importante no sentido de manter a memória da comunidade e ganha significado na medida em que esta descobre aspectos de sua história ali representados.

Desta perspectiva, procuramos relacionar a maneira como ocorreu a ocupação do espaço territorial em função das características geográficas, a relação que os habitantes, em épocas distintas, estabeleceram com o meio ambiente, em especial com o curso dos três rios que perpassam o município.



Praça Umbelina Bueno, década de 1940
Fotografia Serafim Abib

Neste sentido, desde a descoberta da existência de comunidades nômades estabelecidas às margens dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia, as práticas agrícolas desenvolvidas por grupos indígenas, o surgimento dos primeiros núcleos populacionais, tanto o de Tanquinho, quanto o da “Estação Jaguar”, as fazendas de café até as transformações urbanas mais recentes, como a implantação de indústrias e do Centro de Educação Municipal Ambiental – CEMA, ao lado do rio Camanducaia, constituem apropriações da paisagem e conseqüentemente, a construção de uma cultura material adequada à topografia. Assim, no rastro das culturas guarani e tupinambá, procuramos traçar o fluxo na direção do qual a cidade, formada no amálgama de portugueses, negros e imigrantes europeus, se estabelece.

Para iniciar o trabalho de pesquisa, consideramos algumas particularidades da história local, seguindo o percurso orientado pela documentação textual, iconográfica e, por vezes, oral. Primeiramente, recorreremos, a uma área mais ampla que a delimitada pelo município de Jaguariúna, ou seja, o município de Mogi-Mirim, ao qual o distrito de Jaguari esteve vinculado até a década de 1950.

O primeiro capítulo apresenta dados quantitativos e informações técnicas sobre aspectos geográficos que contribuem para a interpretação do município.

Os capítulos dois e três contaram com a colaboração do geógrafo David Lugli Turtera Pereira e do biólogo João Paulo Leite Tozzi. O segundo capítulo aborda os aspectos naturais do município, destacando a fauna e a flora, assim como aspectos geomorfológicos e climáticos. O terceiro resulta, sobretudo do anseio em recuperar, mediante a análise de investigações arqueológicas fundamentadas na pesquisa da cultura material, características do modo de vida de grupos de caçadores coletores e a relação desta população com a natureza. Para os grupos indígenas de subtradições guarani e tupinambá que surgiram posteriormente, partimos do pressuposto de que a situação geográfica da região dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia teve importância semelhante.

A maioria das publicações que tratam da presença indígena na região faz referência a um passado de origem genérica. Procuramos, neste sentido, apresentar discussões presentes em referências bibliográficas recentes que trazem contribuições para a elaboração de uma história indígena de caráter regional.

Em seguida, no capítulo quatro, recuperamos, já no século XVIII, aspectos da “Trilha do Anhangüera”, posterior “Caminho dos Goyazes”; o surgimento sucessivo de pousos e pequenas

roças, que aos poucos determinaram o início da ocupação do sertão paulista e, em seguida, com o surgimento de plantações de cana-de-açúcar, já de caráter comercial, a consolidação do processo de colonização.

Verificamos assim, como, já no início do processo de ocupação, uma população formada por mestiços de portugueses, negros e índios, constitui o primeiro núcleo estável às margens do rio Jaguari: o pouso do Tanquinho, que dará origem ao bairro rural do Tanquinho Velho.

Ainda no século XVIII, levantamos, no capítulo cinco, fontes documentais, que contribuem para o conhecimento do processo de adensamento populacional, da introdução sistemática da mão-de-obra escrava para plantio da cana-de-açúcar e manutenção do engenho, de uma estrutura de produção organizada e de uma economia voltada para o abastecimento externo.

Nos capítulos seis e sete, merecem destaque as mudanças no âmbito rural e urbano proporcionadas pela introdução do café. No âmbito rural, acompanhamos o processo de desmembramento das sesmarias, a derrubada de matas nativas em proporções até então desconhecidas, a implantação de estrutura de produção adequada à topografia e a utilização eficiente dos recursos hídricos.

O café trouxe a ferrovia e com eles vieram os primeiros imigrantes e desta combinação surgiu o núcleo urbano em torno da “Estação Jaguary”.

O capítulo sete traz informações relevantes sobre o processo de criação da Vila Bueno, um núcleo urbano com mais complexidade e infra-estrutura, as quais procuramos referenciar com base em informações obtidas junto a documentos oficiais e jornais da época. Na convivência de fazendeiros brasonados, escravos alforriados e imigrantes determinados, o povoado é transformado em distrito; deste momento em diante, procuramos analisar o modo como uma série de benfeitorias urbanas são implantadas.

Ainda numa seqüência cronológica, procuramos recuperar os efeitos da crise econômica internacional, decorrente da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e sua relação direta com a economia local, capaz de gerar novas opções para exploração agrícola das terras do distrito. Verificamos como, neste contexto, inúmeras fazendas foram vendidas e outras fracionadas permitindo que segmentos menos capitalizados da população, em especial os imigrantes, tivessem acesso a terra.

O pequeno núcleo urbano ainda se desenvolve em torno do abastecimento e do processamento da produção agrícola que, para conquistar melhor infra-estrutura básica, necessita de

autonomia político-administrativa. Neste sentido, verificamos as articulações políticas que vinham ocorrendo desde a década de 1940 e que culminam em 1953, com a criação do município de Jaguariúna.

De carro-chefe da economia paulista e brasileira durante a Primeira República, em função da riqueza e do desenvolvimento trazidos pelo café, a região, com sua economia predominantemente agrícola, passa por um período de estagnação econômica e, aos poucos, torna-se subordinada à dinâmica da industrialização.

Nos capítulos subseqüentes, não foi mantida a preocupação com a cronologia dos acontecimentos; ativemo-nos ao fluxo intenso das mudanças ocorridas durante a segunda metade do século XX até o século XXI, acompanhando, sobretudo, o surgimento de um novo contexto determinado pelo dinamismo da economia internacional que irá afetar as relações sociais e o meio ambiente.

No curso dos desdobramentos da industrialização, a paisagem e a rotina da pequena cidade são radicalmente alteradas. Inicialmente, o relógio, colocado na torre da igreja e a substituição da locomoção feita com tração animal por veículos automotores alteram a relação com o tempo e o espaço. É o mundo moderno.

Neste sentido, a transformação vertiginosa do século XX e o constante apagamento de referências espaciais e geográficas do passado proporcionaram o crescimento de uma cidade com pouca referência e sem lugares significativos que marcassem sua história. Desta preocupação maior, recuperamos aspectos de temas que mereceram abordagens específicas e que de alguma forma podem contribuir para a identificação de lugares perdidos e memórias esquecidas; assim, os capítulos finais foram dedicados à recuperação da trajetória da educação, do esporte, de atividades culturais, do processo de industrialização e do impulso dado às atividades turísticas no município.

Aspectos gerais

Localização do município,
limites e vias de acesso

Área do município – 142 Km²

Coordenadas geográficas – Latitude: 22° 42' 24" sul e longitude: 47° 59' 50" W

Limites municipais – Norte: Santo Antônio de Posse; sul: Campinas; leste: Pedreira; oeste: Holambra

Altitude – Máxima: 732 m; mínima de 560 m

Temperatura máxima – 30,1°

Temperatura mínima – 10,8°

Zona Geográfica do Estado – Leste paulista

Região Administrativa – 5ª Região de Campinas

Distância de São Paulo – 120 Km

DDD – 19

CEP – 13820-000

População – Estimada em 36.765 habitantes (Censo 2007)

População urbana – 34.284 habitantes

População rural – 2.481 habitantes

Aniversário da cidade – 12 de setembro

Data dedicada à Padroeira Santa Maria – 12 de setembro

Feriado municipal – 12 de setembro

Data de criação do município – 30 de dezembro de 1953, cf. Lei nº 2456

Data da emancipação política – 01 de janeiro de 1955

Número de eleitores – 28.634.000

Rodovias de acesso ao município

SP-340 Rodovia Governador Adhemar Pereira de Barros, (Campinas – Mogi-Mirim)

SP-95 (Jaguariúna – Amparo e Circuito das Águas) e 25 rodovias municipais

Saneamento básico

Rede de esgoto – 80 % dos domicílios

Rede de água – 90 % dos domicílios

Coleta de lixo – 90 % dos domicílios

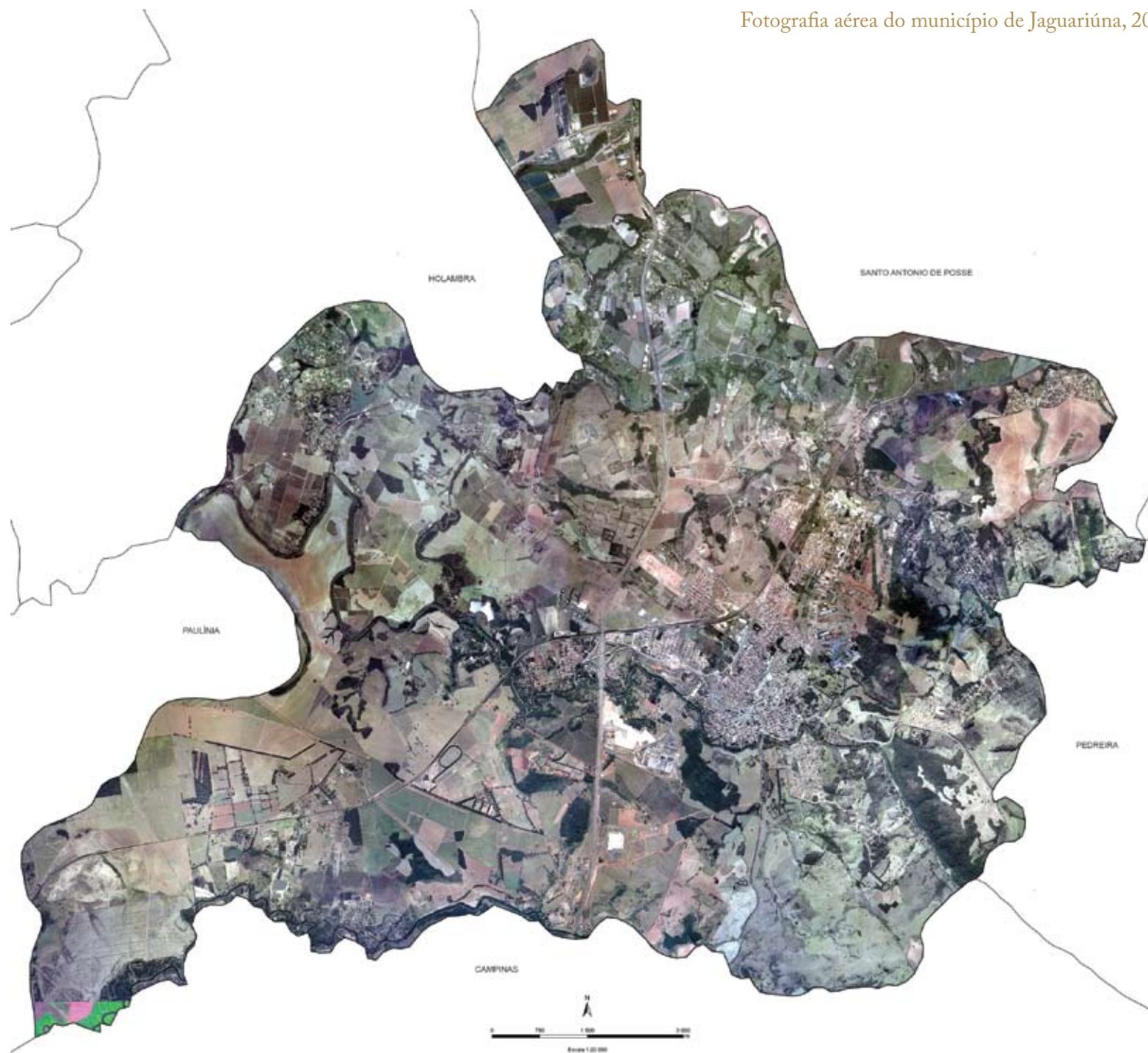
Transbordo do lixo doméstico para o aterro sanitário de Paulínia

Centro de reciclagem de lixo

Agenda 21 – Implantada em 17 de março de 2005

Principais atividades econômicas – Parque industrial com setores de alta tecnologia. Atividade agropecuária e cultivo de cana-de-açúcar.

Fotografia aérea do município de Jaguariúna, 2004



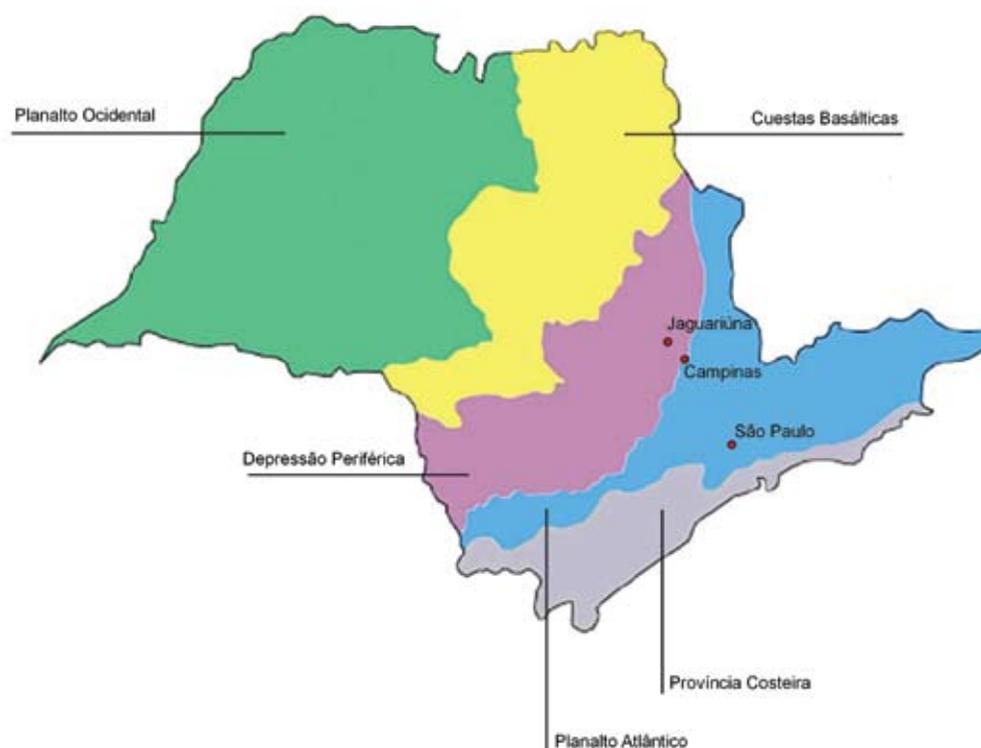
Aspectos naturais

Geomorfologia, clima, fauna, flora e hidrografia

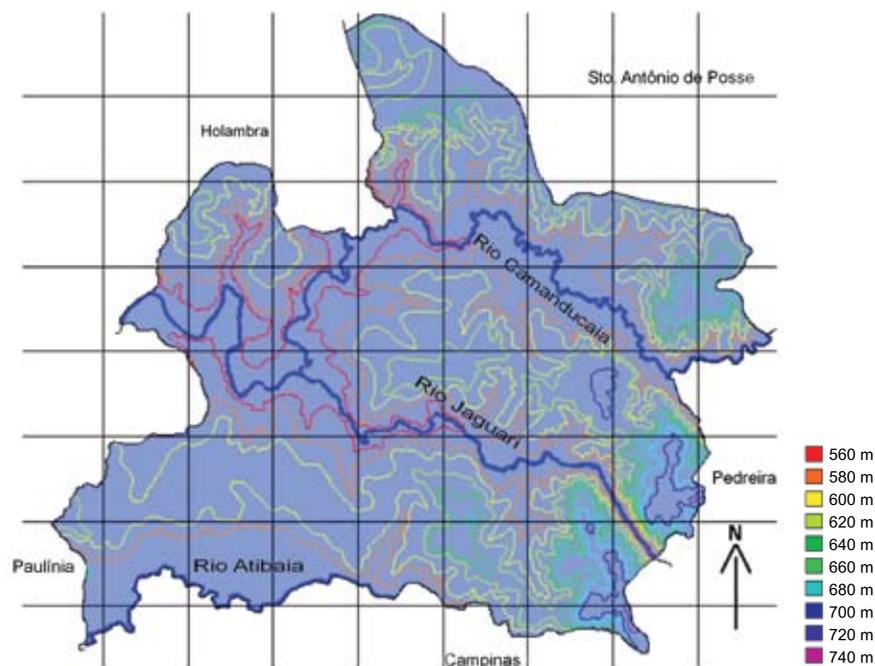
O município de Jaguariúna estende-se por uma área de 142 Km² e se encontra a leste do Estado de São Paulo, inserido na região fisiográfica de Limeira. Atualmente, quando se percorre a região, são notadamente visíveis as transformações ocorridas na paisagem em função da intervenção humana.

Geomorfologia

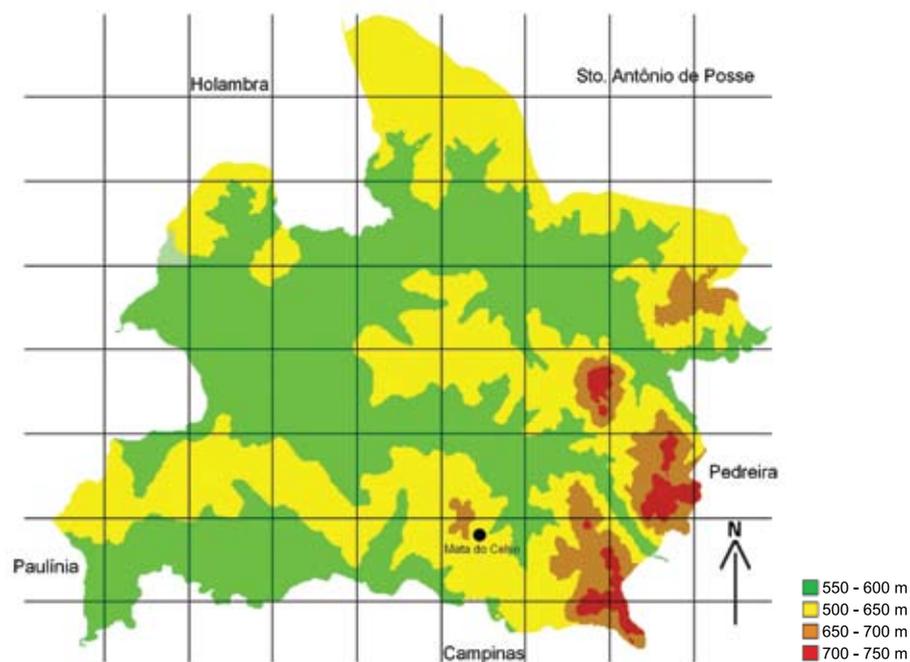
Quanto à geomorfologia e hidrologia, o município situa-se em zona de transição entre a bacia sedimentar (Bacia do Paraná) e o escudo cristalino (Planalto Atlântico), ou seja, em pleno contato entre duas zonas geomorfológicas, o que provoca características distintas no relevo. Na região sudeste do município, próxima à divisa com os municípios de Pedreira e Campinas, predomina a formação do relevo Planalto Atlântico com altitude média de 700 metros. A geologia bastante diversificada é caracterizada por variada gama de rochas metamórficas pertencentes às suítes graníticas indiferenciadas (formações rochosas antigas como o Planalto Atlântico), do período Pré-Cambriano (4,6 bilhões a 570 milhões de anos), e por unidades



Mapa geomorfológico do estado de São Paulo



Mapa de Altimetria (curva de nível)



Mapa de Hipsometria (representação do relevo por cores)

sedimentares de diversas idades; dentre elas, encontra-se principalmente o arenito de granulação variada, imaturos, passando a arcóseos (arenito com grande quantidade de feldspato).

É possível observar a presença de morretes como a Colina do Castelo e divisores de água alongados, paralelos uns aos outros, de topos arredondados com vertente convexa, como nos arredores da Fazenda Serrinha, juntamente com a drenagem de alta densidade de cursos d'água (rio Jaguari) e muitos vales fechados.

Os solos predominantes nesta área são: litólico, cambissolo, podzólico vermelho-amarelo e o latossolo vermelho. Esses solos têm como característica geral a formação rochosa, pouco profunda e predominantemente argilosa.

Por outro lado, na região oeste da cidade, próxima à divisa com os municípios de Holambra e Paulínia, ocorre a predominância de relevos mais suaves, com altitude média de 580 metros, caracterizando o início da Depressão Periférica da Bacia do Paraná. Essa região é predominantemente colinar com vertentes suaves e vales menos acentuados. Os solos predominantes são podzólico vermelho-amarelo, cambissolo pouco húmico e latossolo vermelho-amarelo. Os solos que margeiam os rios Jaguari, Camanducaia e

Atibaia (cambissolo e podzólico vermelho-amarelo) têm como características serem pouco profundos, arenosos e com baixo teor de matéria orgânica. Na região sudoeste do município, na confluência do rio Jaguari com o rio Camanducaia, por um lado, e o rio Atibaia por outro, predomina o latossolo vermelho-amarelo que tem como característica a alta porosidade/permeabilidade e baixo teor de argila (aproximadamente 15% de sua formação).

Clima

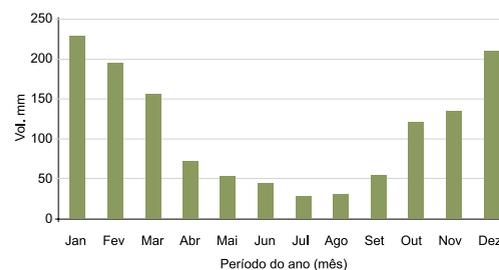
O clima de Jaguariúna é classificado como tropical de altitude, mesotérmico com verões quentes.

As condições climáticas apresentam índice de precipitação (chuvas), com média anual em torno de 1.335,4 mm. Entre os meses de outubro a março são registrados os maiores índices de precipitação, os quais se acentuam durante os meses de dezembro e janeiro, quando o volume registrado apresenta índices de 210,6 mm e 229,3 mm respectivamente. Por outro lado, os meses que apresentam os menores índices de chuva são julho com 28,5 mm e agosto com 30,5 mm.

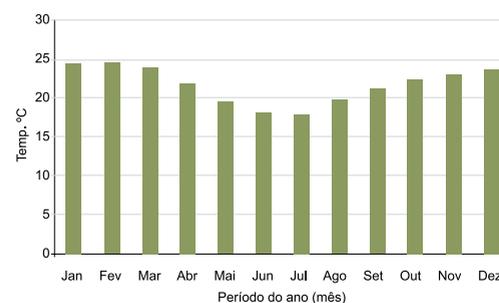
As variações de temperatura são caracterizadas pelo mês de fevereiro, o mais quente, com média de 24° C, e pelo mês de julho,



Início da Serra da Mantiqueira. Vista da Fazenda Capim Fino



Precipitação média (mm) do município de Jaguariúna no período de janeiro a dezembro



Temperatura média do ar do município de Jaguariúna no período de janeiro a dezembro



considerado o mais frio, com média de 17,9° C. Assim caracteriza-se o clima do município, com verões quentes e chuvosos e invernos secos e frios, típicos de clima tropical.

Com relação ao regime das massas de ar, o município recebe no verão a influência da massa de ar Equatorial Continental, originária das regiões Amazônicas e da massa de ar Tropical Atlântica, de origem oceânica. Ambas influenciam o clima, trazendo umidade e calor para a região. No inverno, a influência da massa de ar Polar Atlântica, originária

da região Antártica, faz-se predominante, trazendo profundas modificações no clima, tais como frio e baixos índices de precipitação.

Fauna

A Mata Atlântica representa um dos biomas mais ricos em diversidade de espécies do planeta e está entre as cinco regiões do mundo com maior número de espécies endêmicas (nativas, que habitam região específica).

No final do período Pleistoceno, houve a extinção em massa dos animais gigantes, que resultou no empobrecimento da fauna brasileira terrestre. Com a mudança, a variedade de animais de pequeno porte permaneceu. Atualmente, existem 250 espécies de mamíferos catalogadas, sendo 55 endêmicas, com possibilidade de existência de espécies desconhecidas.

As aves da Mata Atlântica ocupam o primeiro lugar em riqueza de espécies em todo o planeta; pesquisas apontam para a existência de até 1.020 espécies catalogadas. No entanto, muitas delas estão ameaçadas de extinção pela destruição dos *habitats*. A fauna de peixes nos ecossistemas aquáticos da Mata Atlântica também possui significativa variedade de espécies, associadas intimamente à floresta, que lhes fornece abrigo e alimento.

O município de Jaguariúna está localizado em região de Mata Atlântica onde habitam, em sua maioria, animais classificados como *generalistas*; são espécies que têm como características apresentar hábitos alimentares variados, altas taxas de crescimento e alto potencial de migração. Aproveitam, de modo eficiente, os diferentes recursos oferecidos pelo ambiente, indicando alto grau de tolerância e adaptação ao meio. Como exemplo, podemos citar o sabiá-laranjeira, o sanhaço, o pica-pau, morcegos, gambá, capivaras e pequenos sagüis.

A relação entre os animais e plantas da Mata Atlântica é bastante harmônica. É muito comum o fornecimento do alimento ao animal em troca do auxílio na perpetuação de uma espécie vegetal. Ao contrário dos *generalistas*, existem os animais classificados como *especialistas*, caracterizados pelo grau de exigência no que se refere aos *habitats* que ocupam e pela dieta bastante específica.

A região de Jaguariúna pode ser considerada como local onde foi possível encontrar animais com a singularidade dos *especialistas*. No entanto, devido às ações do colonizador, a derrubada de matas e o avanço da expansão urbana, algumas destas espécies foram forçadas a migrar para novas regiões ou estão em processo de extinção, pois necessitam de grandes áreas para sobrevivência. De acordo com relato de Walter Tozzi, morador de Jaguariúna que frequentemente excursiona pela mata do Celso, uma das poucas áreas remanescentes da Mata Atlântica no município, ainda hoje é possível encontrar animais sensíveis à presença do homem, como por exemplo, a jaguatirica, os macacos bugio e prego, ouriços, papagaios e tucanos. Este fato mostra-nos a importância da preservação da mata em relação ao ecossistema regional.



Paturis e capivara na lagoa do Cema –
Centro de Educação Ambiental



Flora

O município apresenta formação de floresta estacional semidecidual, cuja principal característica é a dupla estacionalidade climática, relacionada a dois tipos de variação climática, divididas na região tropical e subtropical. Jaguariúna está localizada na região tropical do globo na qual há predominância de intensas chuvas de verão seguidas por estiagens acentuadas no inverno, com temperatura média anual em torno dos 21° C.

Os elementos arbóreos dominantes são atingidos por esta estacionalidade, que os induz ao repouso

fisiológico no período de seca. Neste período, apresentam decidualidade de 20 % a 50 %, ou seja, capacidade de perda das folhas do conjunto florestal.

Por sua variabilidade altimétrica (560 m a 732 m) e localização a 22° 42' de latitude sul, o município de Jaguariúna pode ser considerado uma área de transição entre a formação submontana e a formação montana, sendo a maior parte de seu território tomada pela formação submontana.

A mata popularmente conhecida como “do Celso”, localiza-se na Fazenda Santa Úrsula, próxima a fábrica da AmBev, e abriga remanescentes de espécies vegetais típicas da Mata Atlântica. No início dos anos 1990, grande parte dela foi destruída por um incêndio que perdurou aproximadamente 40 dias. A vegetação original, em alguns trechos, foi substituída por mata recente. Algumas espécies comuns dessa área são: guapuruvu, ingá, jequitibá, paineira e o jatobá.

Hidrografia

O município é cortado pelos rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia. Os três são afluentes do rio Piracicaba, que por sua vez é afluente do rio Tietê. Devido a diferença entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica, observa-se drenagem de alta densidade de cursos d'água, com presença de ravinas e muitos vales fechados.

Jatobazeiro à margem do rio Jaguari.
Ao lado da ponte da antiga Companhia.
Mogiana e do Parque Ecológico do
Jatobazeiro. Década de 1990
Fotografia Ivan Ferrari



Mata do Celso, 2007



Nascente	Serra da Mantiqueira
Débito médio	41 m ³ /s
Foz	Rio Piracicaba
Área da bacia	4 213 km ²
Afluentes principais	Rio Camanducaia

O rio Jaguarí

O Jaguarí percorre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Suas nascentes estão localizadas no estado de Minas Gerais, nos municípios de Sapucaí-Mirim, Camanducaia e Itapeva. Em Jaguariúna, o rio Jaguarí recebe um afluente importante, o rio Camanducaia. Ao juntar-se com o Atibaia, o Jaguarí forma o Piracicaba, no município de Americana (SP), seguindo até o município de Barra Bonita (SP), onde se encontra sua foz, junto ao Tietê.

Ao entrar em território paulista, o rio Jaguarí é represado, sendo este um dos reservatórios integrantes do sistema produtor de água chamado *Cantareira*, construído para permitir a reversão de água da bacia do Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, como reforço ao abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). São revertidos aproximadamente 33 m³/s, dos quais 31 m³/s originados dos formadores do Piracicaba (Jaguarí e Atibaia).

Por atravessar dois estados, o Jaguarí é considerado um rio federal, e sua bacia abrange quatro municípios mineiros e 15 paulistas.

O rio Atibaia

O Atibaia é formado pela junção dos rios Atibainha e Cachoeira, entre os municípios paulistas de Bom Jesus dos Perdões e Atibaia, sendo que as nascentes do rio Cachoeira encontram-se no estado de Minas Gerais. Este rio abastece 90 % da população da cidade de Atibaia e 95 % da população da cidade de Campinas, entre outras.

À altura da cidade de Americana, o rio Atibaia junta-se ao Jaguari para formarem o rio Piracicaba. Em certos trechos, o Atibaia tem 20 m de profundidade e 11 m de largura; a cor de sua água é marrom, apresentando muitos sinais de poluição.



Nascente	Serra da Mantiqueira
Débito médio	31 m ³ /s
Foz	Rio Piracicaba
Área da bacia	2 931 km ²
Afluentes principais	Rio Cachoeira, rio Atibainha



Nascente	Toledo (MG)
Foz	Rio Jaguari
Área da bacia	870,68 km ²

O rio Camanducaia

O Camanducaia é afluente do rio Jaguari. Nasce no município de Toledo, no estado de Minas Gerais, e tem sua foz no município de Jaguariúna, o que o torna um rio de domínio da União.

A área da bacia do Camanducaia é de 870,68 km² e integra em seus limites territoriais os municípios paulistas de Amparo, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Pinhalzinho, Serra Negra, Socorro e o município mineiro de Toledo, além de ser composta pelos municípios paulistas denominados de borda, quais sejam, Pedra Bela, Pedreira, Tuiuti, Santo Antônio de Posse e Holambra.

As primeiras ocupações

Vestígios de grupos caçadores coletores

Os caçadores coletores foram os primeiros grupos humanos a habitarem as terras brasileiras. Eram nômades e interagem com a natureza, retirando dela seu sustento por meio da caça e coleta, usando como ferramentas os artefatos confeccionados em pedra lascada.

No início da ocupação, os rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia foram usados como via de navegação e fonte de alimentos para estes primeiros habitantes da floresta tropical.

Por apresentarem hábitos nômades, a cada partida, deixavam no acampamento objetos que haviam quebrado ou perdido sua utilidade. Parte destes objetos preservaram-se no solo e são encontrados em sítios arqueológicos. Esses objetos, ou seja, os vestígios da cultura material destes antigos moradores, revelam aspectos de um cotidiano bastante remoto.

Com o final da última era glacial aproximadamente há 10 mil anos (Antes do Presente), houve profundas alterações climáticas, como o aumento de temperatura e da umidade. Em função disto, deu-se a formação florestal e o deslocamento de alguns grupos desde o Uruguai até a região centro-sul do estado de São Paulo.



Vista da Ilha Cachoeirinha e do Quartel dos Arcos. Gravura em cobre. 1815 – 1817. Prinz Von Wied-Neuwied Maximilian

Estes grupos de caçadores coletores desenvolveram suas atividades cotidianas, construindo cabanas e produzindo instrumentos de pedra lascada de pequenas dimensões. O material lítico encontrado em sítios arqueológicos de Mogi-Mirim,¹ datado de 9.500 anos (Antes do Presente), aponta para a existência de sítios similares em Jaguariúna.² Até esta descoberta, o conhecimento de que se dispunha sobre os habitantes mais antigos do estado de São Paulo não ultrapassava 5 mil anos. Essas pesquisas contribuem com novos dados acerca do início da ocupação humana no estado.

Os caçadores coletores são definidos pelo atributo de sua produção lítica, que se caracteriza por artefatos de pequenas dimensões, nos quais as pontas projéteis se destacam.

Os instrumentos são em geral feitos sobre lascas e acabados por pressão, demonstrando rigoroso domínio tecnológico. As pontas de flecha apresentam formas e tamanhos variados, sugerindo tipos específicos para diferentes finalidades: pontas grandes para animais de maior porte e pontas serrilhadas para pesca.



Ponta de flecha encontrada na Fazenda Florianópolis – Jaguariúna
Acervo Carlos Penna, 2008



Sítio Arqueológico DAB EU 06 QA7,
geral, área 1, Mogi-Mirim
Acervo Zanettini Arqueologia/divulgação

A matéria-prima encontrada nestes sítios é variada, mas nota-se com clareza a escolha de rochas homogêneas e de granulação fina, que permitem bom domínio de lascamento.

A análise das evidências de restos alimentares aponta para atividades de caça, pesca e coleta generalizada, explorando recursos de ambientes distintos e relativamente próximos, com possíveis deslocamentos sazonais. A localização próxima de rios está relacionada à riqueza dos recursos da área, fato que certamente favoreceu o estabelecimento de populações indígenas.

Os sítios encontrados na região ocorrem a céu aberto, estão localizados em terraços ou porções planas de fundo de vale, próximos a rios e córregos, e não apresentam vestígios

de ocupação permanente, ao contrário do que ocorre nos sítios que se localizam em porções de relevo mais íngreme.

Mesmo lidando com reduzida porcentagem de elementos, a pesquisa arqueológica realizada nos sítios de Mogi-Mirim permite aferir uma série de aspectos relativos à estrutura e organização destes caçadores coletores, indicando que possuíam um elevado nível de complexidade social.

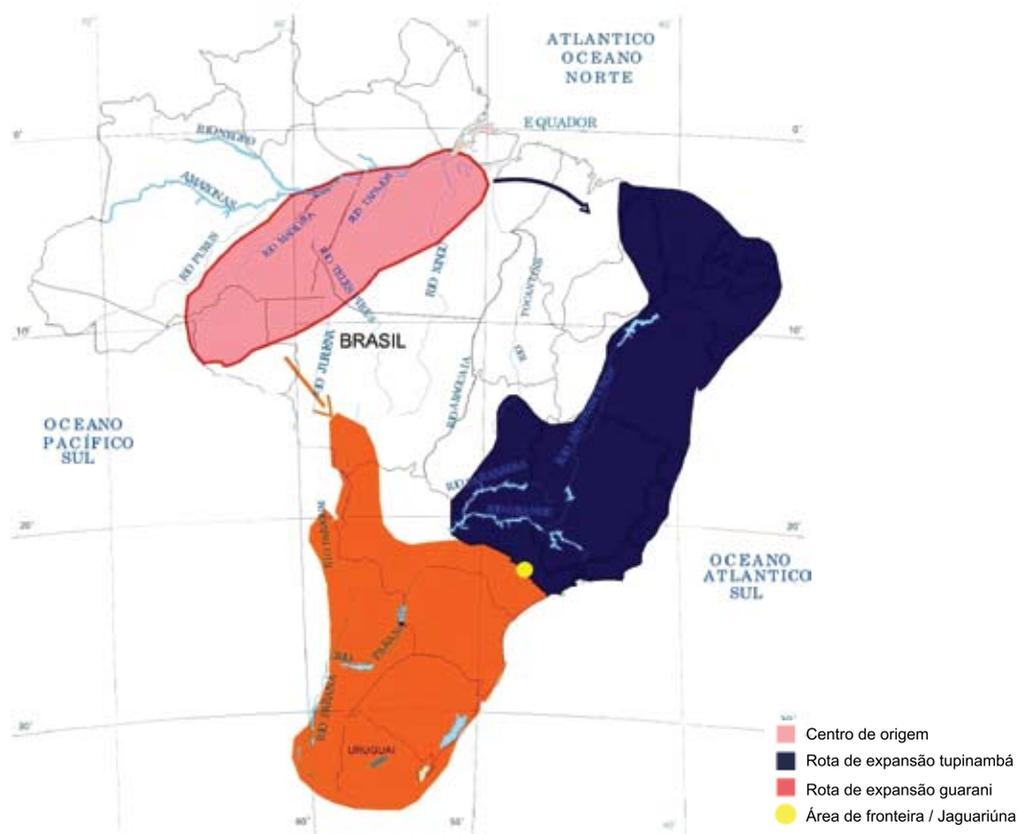
Os primeiros habitantes: vestígios de assentamentos indígenas

Jagoary, Jaguar, Jaguariúna. Herança da língua tupi-guarani. O próprio nome da cidade reflete a presença destes grupos que deixaram importantes e, muitas vezes, despercebidas contribuições para a cultura atual.

Por volta de 1550 (Antes do Presente), grupos de origem tupi-guarani colonizaram a região do nordeste do estado de São Paulo. Estes grupos tinham um modo de vida bastante distinto dos anteriores (caçadores coletores).

Os grupos de tradição tupi-guarani teriam surgido na região Amazônica, dispersando-se pelo território brasileiro por intermédio de sucessivas levas migratórias. Os guaranis ocuparam toda região meridional do Brasil e os tupinambás colonizaram o litoral desde o Nordeste até o estado de São Paulo.

Possivelmente, a região dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia caracteriza-se como área de fronteira cultural, isto é, uma área ocupada por grupos de subtradições guarani e tupinambá. Nessas áreas instalaram seus assentamentos habitacionais caracterizados pelo desenvolvimento de uma agricultura rotativa na área da aldeia e na produção da



Mapa das rotas de dispersão

cerâmica policrômica (em várias cores). Neste contexto, já derrubavam a mata para plantio e encontravam nas águas, parte do alimento de que precisavam, além da argila, matéria-prima para a confecção cerâmica.

A trajetória destes grupos configura uma história ainda pouco conhecida e marcada pela ausência de registro documental. De fato, com as pesquisas atuais, sabemos que não se trata exclusivamente de um único povo – os caiapós, como se colocava até bem pouco tempo –, mas de vários povos que se deslocavam pela região, em rotas de migração e com modos de vida bastante distintos. Formavam comunidades maiores permanecendo por mais tempo num determinado local.

Ao identificar a facilidade de acesso a terras localizadas no trajeto e o modo como as primeiras expedições avançam com facilidade no percurso, por meio da análise das cartas de sesmarias e de relatos do Caminho do Anhangüera, posteriormente conhecido como “dos Goyazes”, é defendida a hipótese de que este caminho foi utilizado como via de comunicação em épocas bastante recuadas, possibilitando a interação – belicosa ou não –, entre grupos indígenas diferenciados.³



Escavação arqueológica no sítio Tapajós em Monte Mor para remoção de urna cerâmica.
Fotografia Walter Maluf, 1975

Notas

¹ Além do sítio Bela Vista 3, foram encontrados dois outros, próximos, com instrumentos de pedra lascada; batizados pelos arqueólogos de sítios Bela Vista 1 e 2. Cf. Robrahn-Gonzales, Erica, *Programa de resgate arqueológico do contorno viário de Mogi-Mirim – Interligação SP-340 SP-14*. São Paulo: Documenta Antropologia e Arqueologia, s.d.

² Informação obtida junto ao arqueólogo Paulo Zanettini, em consulta sobre pontas de flecha encontradas na Fazenda Florianópolis, 2008.

³ Moraes, Camila Azevedo, *Arqueologia tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – USP. São Paulo, 2007.

O “Caminho dos Goyazes”: abertura do sertão paulista

A definição dos limites do território paulista foi resultado de um longo processo histórico, iniciado no século XVI, com a colonização portuguesa. A cada etapa de construção desse espaço econômico, social, político e cultural, configuram-se distintos panoramas físicos e demográficos. Em um primeiro momento, as fronteiras são formais, estabelecidas apenas em cartas geográficas elaboradas com pouco rigor. Posteriormente, com o processo de povoamento, estabelecem-se fronteiras demográficas.

Nos primeiros séculos de sua história, a capitania de São Vicente tem um pequeno aumento da população, em função da ausência de atrativos econômicos. Neste processo, a participação de migrantes, tanto estrangeiros, como da própria colônia, era insignificante. Somente o crescimento vegetativo e a incorporação indígena constituíam fatores responsáveis pelo crescimento da população da capitania. Diante deste panorama com poucas perspectivas, o território de São Paulo contava com aproximadamente 15 mil pessoas, na maioria, mestiços de português e índio, os caboclos.¹

Foi nesta conjuntura que os vicentinos, contando com incentivos da Coroa Portuguesa, intensificaram as buscas de riquezas minerais e descobriram as primeiras jazidas auríferas; já na primeira metade do século XVIII, descobriram ouro nos atuais estados de Mato Grosso e Goiás. Este fato foi o principal motivo das transformações radicais na região nomeada *sertão desconhecido*.² Com a perspectiva de enriquecimento rápido, aventureiros e desbravadores de origens distintas convergiram para áreas até então habitadas por grupos indígenas.

No final do século XVII, a expedição de Bartolomeu Bueno, apropriou-se das trilhas formadas pelos indígenas em direção ao interior. O trajeto tem início na Vila de Piratininga (São Paulo), percorre o antigo “Caminho dos Batataes” e o dos “Bilreiros”, até chegar ao atual



Tyaguary da outra banda, começando da barra de hú Ribeirão, que está no caminho dos batatais da Outra banda q. Chamão feijão queimado, e pella lingoa de terra Camandaucaya, pello dito Rio de Jaguary assima, até hum Saco de hú campo onde os Guarulhos tem sua pescaria, (grifo nosso) e dahi cortando pa. O certão até o Rio Mogi pello rumbo Norte, ou quarta de Noroeste, e dahi pello Rio do Mogi abaixo até hum salto q. faz o dito do Rio Mogi abaixo até hum campo do mesmo Rio, com todos os matos, campos, e pontas, q. se acharem na dita terra, e attendendo as razões, q. allegou, ao q. respondeu o Procurador da Coroa, e Fazenda Real, aquém se deu vista, e ser em utilidade della cultivarem-se as terras nesta capitania pello acréscimo dos dízimos Reais (...).⁴

A notícia da existência de ouro em Goiás teve como consequência imediata um aumento do tráfego e da ocupação das terras ao longo do caminho de acesso a esse novo núcleo criador de riquezas, seja por concessão de sesmarias, seja por posse pura e simples de uma população dedicada a uma

cultura do excedente, produzindo para o próprio consumo e exercendo o comércio com os viajantes.

Com a intensificação da circulação de tropas e sertanistas nesse trajeto, os interesses da população das roças em auferir lucros com o fornecimento de abrigo e mantimentos para os viajantes juntaram-se às preocupações da Coroa em facilitar, de forma controlada, as vias de acesso ao ouro. Neste sentido, uma série de sesmarias localizadas no percurso foi solicitada, tendo como justificativa a instalação de pousos, “para a comodidade dos viajantes e aumento do real dízimo”.⁵

Paulatinamente, a convenção do uso desse caminho mantém a circulação periódica de negociantes, tropeiros, autoridades ou simples aventureiros e contribui para a fixação de moradores ao longo do percurso.

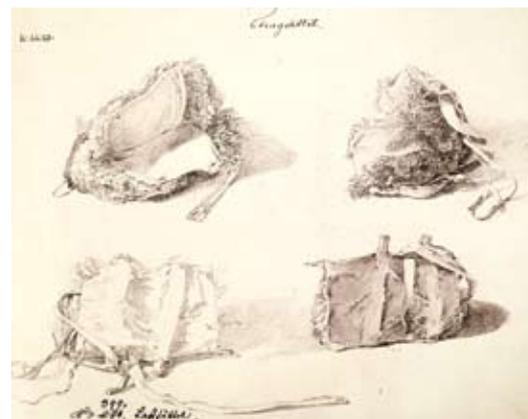
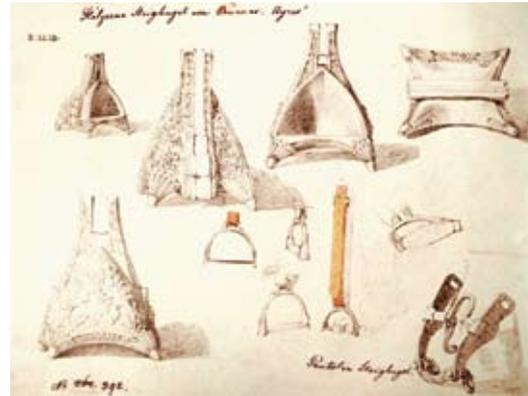
Paulista viajando de poncho.
Thomas Ender (1817 – 1818)

O transporte realizado por tropeiros, facilitado pela topografia do Caminho, ao cortar terrenos pouco acidentados, permite o tráfego no lombo das mulas, em tropas e, mais tarde, em carros de boi que comportavam cargas maiores e representavam transportes mais seguros, em viagens que se prolongavam por até seis meses.

Na beira do Caminho iam-se disseminando ranchos, roças e vendas de gêneros da terra e surgindo locais para o abastecimento e pernoite, os pousos.

A pequena população dos pousos, contava com alguns escravos, crioulos ou africanos que dividiam os encargos da produção com a ajuda do mestiço semi-servil ou agregado, ou seja, a população indígena que vivia sob a tutela dos colonizadores e, junta, plantou roças de arroz, feijão, milho, mandioca; fabricou aguardente e rapadura. Alguns roceiros foram também rancheiros e, nestes locais, além da venda de gêneros da terra, criaram situações para o abastecimento, pouso para tropeiros e pasto para mulas de carga com os “administrados”. Eram indivíduos ou famílias que contavam apenas com o próprio braço para começar a vida no sertão.

(...) O rancho comum nada mais é que uma cobertura, ou antes um teto de sapé, sustentado por moirões, tendo inteiramente aberto o espaço que lhe fica por baixo. É propositalmente construído para abrigar os viajantes e suas dimensões dependem da liberalidade dos habitantes do



Estribos de madeira de Buenos Aires –
Estribos paulistas
Recipiente para água – Ferramentas para
cortar árvores – Faca paulista
Sela de carga (acima) – Albarga
Selas de montaria de um cavalo mineiro –
Sela e manta de um cavalo paulista
Lápis e aquarela
Thomas Ender (1817 – 1818)



lugar. Às vezes esses rústicos abrigos medem de 60 a 100 pés de comprimento sendo a largura proporcional. Os viajantes que chegam primeiro escolhem a melhor acomodação. Descarregam as mulas e empilham as cargas e os arreios, às vezes em forma de quadrado dentro do qual deitam para repousar sobre peles estendidas no chão ou em redes. Durante a noite soltam os animais no pasto, e, levando cada tropa o seu trem de cozinha, têm os tropeiros tempo suficiente para preparar a refeição enquanto os animais descansam.⁶

O número de pousos instalados no trajeto tem sido objeto de controvérsias, em função das disparidades das informações existentes. Varia segundo as fontes documentais e os anos focalizados. Até mesmo os censos, iniciados em 1765, apresentam incongruências que não permitem qualquer afirmação mais precisa

sobre o assunto. Entre a cidade de São Paulo e as margens do Rio Grande, durante o século XVIII, foram identificados até 40 pousos, metade dos quais situados ao norte da atual Casa Branca. Em 1767, o censo registrava 20 pousos no trecho acima citado, 11 dos quais situados ao sul do rio Pardo, um na sua margem e outros oito entre os rios Pardo e Grande.⁷

De “Pouso do Jaguary” a povoado do Tanquinho

Por volta do quarto dia de viagem, o viajante que seguia em direção ao sertão percorria a região dos rios Atibaia e Jaguari onde encontrava o ‘Pouso do Jaguary’ (atual bairro rural do Tanquinho Velho).

O Pouso localizava-se numa região estratégica, logo após a travessia do rio Jaguari, também próximo a um pequeno tanque, onde as tropas e tropeiros podiam se abastecer e descansar e que, posteriormente, emprestaria seu nome para identificação do povoado.

Além de posto de abastecimento e comércio para sertanistas, o local recebeu um afluxo de pequenos posseiros e, aos poucos, tornou-se um acanhado vilarejo que deu início à primeira povoação do município de Jaguariúna.

Interior de rancho, sela e outros objetos para viagem ao interior do Brasil. Lápis. Thomas Ender (1817 – 1818)

No final do século XVIII, havia um núcleo populacional com número de habitantes suficiente para que, sob jurisdição do clero da Villa de São Carlos (atual Campinas), fosse construída a Capela e o cemitério, para realização dos ofícios religiosos.

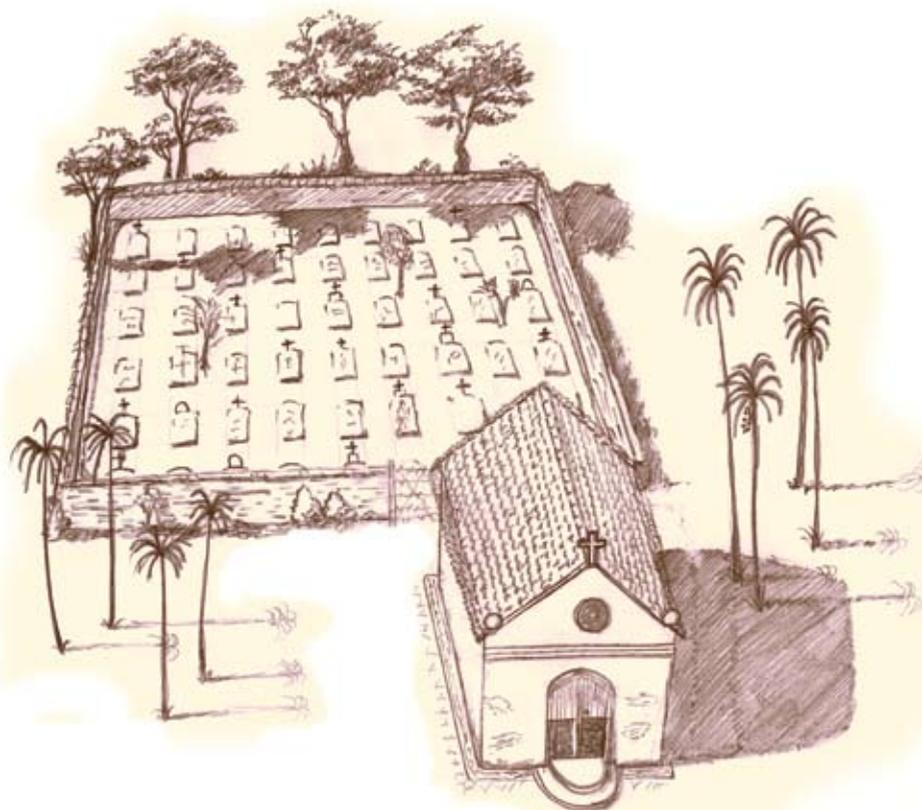
A população ao longo do Caminho aumentou o suficiente para que, em 1736, fosse criada “Mojiguassu”, com jurisdição sobre o sertão entre os rios Mojiguassu e Grande. A região recebia indivíduos e famílias vindos de outras localidades da capitania de São Paulo. Distribuída em pousos esparsos pelo Caminho, a população apresenta marcas da sociedade estratificada da qual era parte. Desde o início da ocupação das terras ao longo do Caminho do Anhangüera podiam ser encontrados indivíduos livres, libertos, administrados e

escravos. Dentre a população livre, havia os proprietários e não-proprietários, escravos, “os brancos legítimos” e os “pardos naturais e bastardos”, como eram citados nos livros paroquiais, indicando a existência de uma distinção social neste segmento.

Nestes locais nascidos dos pousos, os entrantes foram apossando-se das terras desabitadas, derrubando e queimando porções de mata para plantar roças:

“Derrubar o mato, deitar fogo, deixando às chamas a destruição das árvores, faziam parte da existência tanto dos paulistas quanto dos mineiros. O processo da coivara acompanhava as estações da seca e das águas. Nos meses sem “r”, meses secos, de maio a agosto, a mata era roçada, deixando o chão forrado com a ramagem cortada. Sobre esse colchão de ramos e folhas, derrubavam as árvores. Esperavam secar a vegetação, servindo de facho à queimada e, aos prenúncios das primeiras chuvas da estação, tocavam fogo. No trabalho de foice e machado, os derrubadores gastavam cerca de seis “serviços” por hectare ou doze por alqueire, a metade em cada operação. A paulama, mal-queimada, encoivada, formando fogueiras, era queimada de novo.”¹⁸

Ainda, no período colonial, uma a Carta de Sesmaria, datada de 1868, outorga a doação de 12 léguas de terras para religiosos do Convento de São Bento da Vila de Jundiáí. A área, localizada a 15 léguas da instituição religiosa, é constituída por três campos consecutivos no



Desenho da Capela e Cemitério do Bairro Tanquinho Velho
Reprodução do original de Beraldo de Souza

caminho que vai para o sertão dos “Lanceiros e dos Batataes”; o primeiro, situado em terras do atual município de Jaguariúna, começa “*passante o rio Jaguary e Camandocaia e acaba no ribeirão que se diz Pirapitingui*”. As terras em questão, de acordo com o teor do documento, são doadas com a finalidade de desenvolver rebanho de gado *vacum* e outras criações, a fim de manter o sustento dos religiosos beneditinos.⁹

Notas

¹ Marcílio, Maria Luíza, “Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836”, in Bacellar, Carlos de Almeida Prado e Brioschi, Lucila Reis (orgs.), *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999, p. 37.

² Informação mencionada no Mapa Caminho dos Goyazes, p.34.

³ Vieira, Neusa Machado, “A Estrada dos Goias nos mapas da capitania de São Paulo, século XVIII”, *Revista Pontalense*, 1º vol., ano, mar. 1989, pp. 8-29; Bacellar, Carlos de Almeida Prado e Brioschi, Lucila Reis (orgs.), *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999, p. 47.

⁴ Documento de doação de sesmaria a favor de Francisco Paes da Silva, expedida em 26 de fevereiro de 1726, in *Sesmarias*, vol. III. Arquivo do Estado de São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

⁵ Leme, Pedro Taques de Almeida Paes e Leme, Luiz Gonzaga da Silva, *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia., 1904, 9 vols.. Bacellar, Carlos de Almeida Prado e Brioschi, Lucila Reis (orgs.), op. cit., p. 46.

⁶ Kidder, Daniel P., *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil (Rio de Janeiro e província de São Paulo)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 49.

⁷ Vieira, op. cit., p. 48.

⁸ Bacellar, Carlos de Almeida Prado e Brioschi, Lucila Reis (orgs.), op. cit., p. 61.

⁹ Coleção de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vol. 23, p. 255.

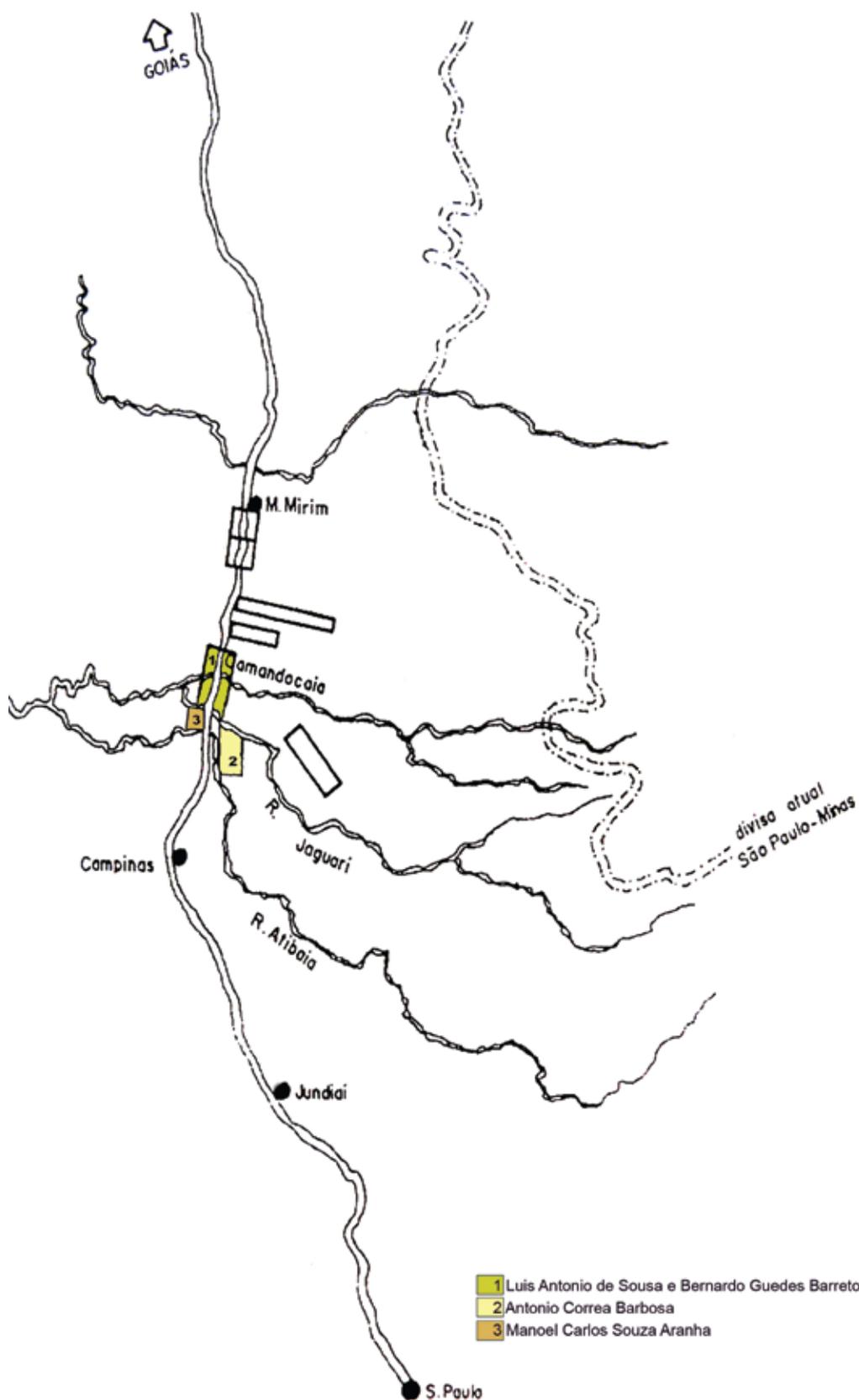
As sesmarias e o curto ciclo da cana-de-açúcar

Com a restauração da capitania e a administração de Antonio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus, São Paulo superou o período bandeirante; sua determinação para incentivar a fundação de povoados, a criação de fortificações nas fronteiras e o plantio da cana-de-açúcar no interior paulista, determinaram, a partir da segunda metade do século XVIII, o início do crescimento econômico.

A instalação de pousos e núcleos povoadores, associados à implantação dos primeiros engenhos de açúcar são fatores responsáveis pelo aumento do adensamento populacional do sertão, constituindo, ao mesmo tempo, objetivo e resultado do governo para povoar o sertão paulista. A iniciativa de instalação de vilas para agrupar as famílias que viviam dispersas pelas roças e matos, resultou na criação de sete novas vilas, entre 1765 e 1771, e de mais outras seis até o final do século.¹

A agricultura do interior foi aos poucos se firmando, não apenas para o abastecimento interno, mas também no que se refere à produção de bens para exportação, entre os quais se destacava o açúcar. As áreas de Jundiaí, Piracicaba, Campinas e Mogi-Mirim passam a constituir o chamado quadrilátero do açúcar, e a ligação São Paulo-Santos começa a adquirir alguma relevância no circuito das trocas externas.

Os moradores das terras situadas ao longo do “Caminho dos Goyazes” conquistaram propriedades por meio da posse pura e simples, ou, pela concessão de sesmarias. Ao longo deste caminho, no período entre 1727 e 1736, foram feitos 69 registros de sesmarias, e, no decorrer do século, posseiros de longa data procuravam legalizar a situação com a aquisição de cartas de sesmarias.



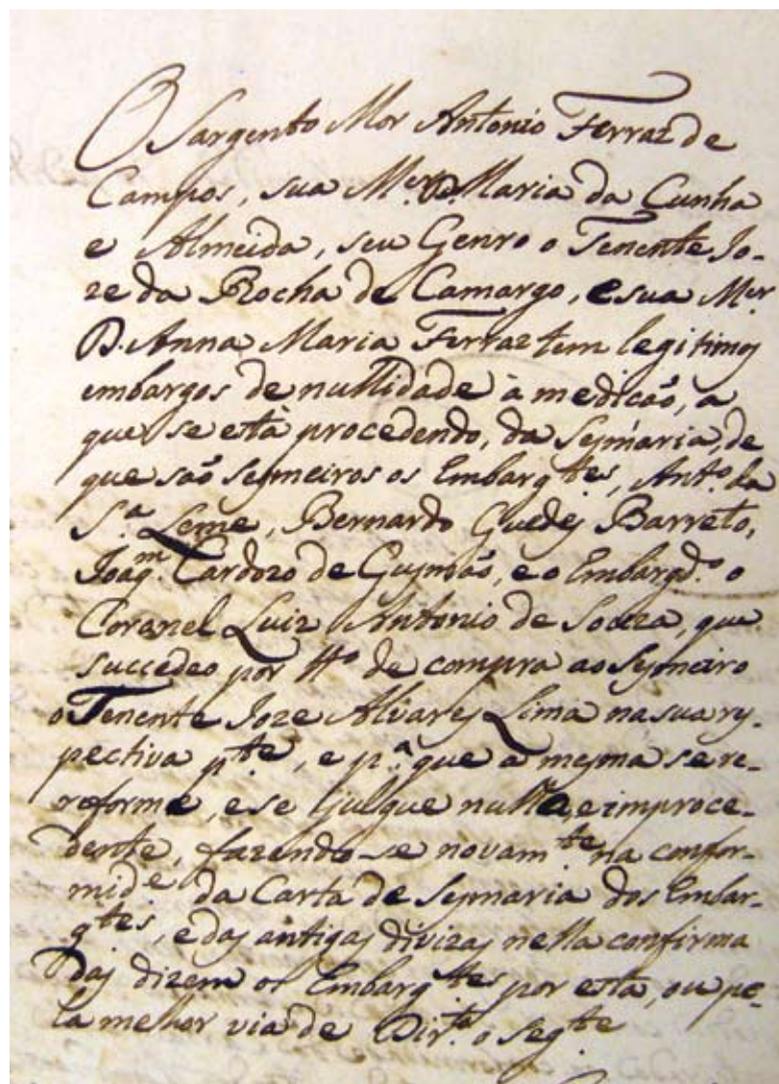
Reconstituição da localização de sesmarias.
 As coordenadas são baseadas em fontes que
 apresentam informações pouco precisas.
 A localização geográfica, neste sentido, tem a
 preocupação de situar a sesmaria espacialmente e não
 identificar sua localização com precisão.

A partir da concessão de sesmarias e aquisição de latifúndios, procuramos aferir a localização de cada uma daquelas terras que vieram a constituir o vasto território de “São José de Moji Mirim”.

A localização exata dessas sesmarias é muito discutível, visto que os marcos das divisas eram precívuos e, muitas vezes, assentados sobre fenômenos naturais atualmente inexistentes. Devemos considerar ainda o modo impreciso e genérico como eram descritas as localizações geográficas. Neste trabalho, seguiremos a referência apontada pelo trabalho pioneiro na identificação das sesmarias no município de Campinas.² É importante ressaltar que, em muitos casos, ainda não existia a “Vila de Moji Mirim” e os limites foram estabelecidos com base em referenciais geográficos bastante amplos. Assim, trabalharemos com as definições incorporadas por Mello Pupo, ou seja, a região conhecida como Médio Atibaia, estende-se por área que vai desde a curva deste rio, logo após o atual município de Pedreira, até a “Estrada dos Goyazes” e o Baixo Atibaia, e segue desta estrada até a embocadura do rio Jaguari.

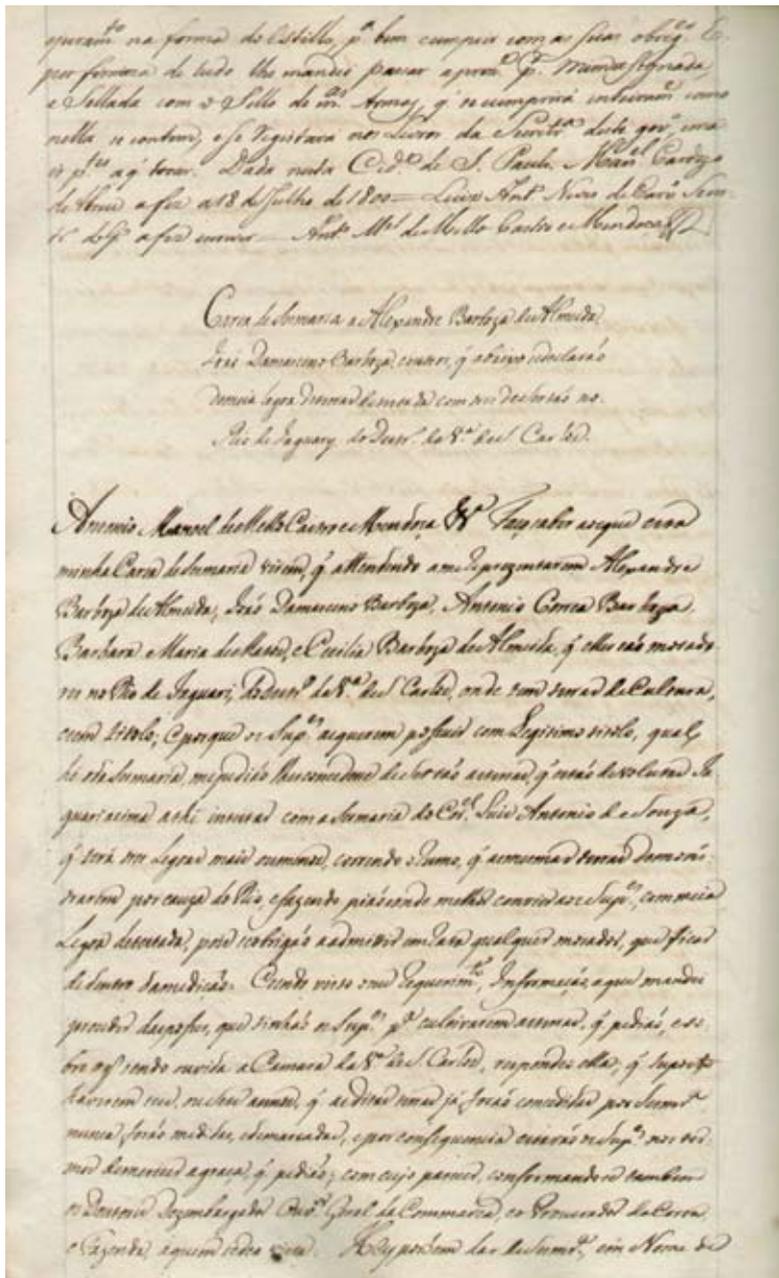
Nas terras do Jaguari, localizamos três sesmarias. Em 1798, o coronel Luis Antônio de Sousa, o maior proprietário de terras em Campinas, com 10.932 alqueires,³ preocupava-se com a demarcação de sua área na região.⁴ A área em questão, apesar de aparecer em um processo como latifúndio, é uma sesmaria, adquirida naquele mesmo ano. Na área já existiam “casas de telhas e paredes de mão, de três lanços, engenho de cana, duas caldeiras e formas, paiol, três juntas de bois, carro, carretão, seis quartéis de cana”.⁵ O capitão-mor Antônio Correa Barbosa e outros receberam a carta de sesmaria em 1800; na época, o engenho também já estava em funcionamento.

Muitas das sesmarias eram solicitadas quando o interessado já se encontrava instalado com culturas e criações, o que indica que essas áreas estavam sendo habitadas à mais tempo, conforme referenciado nas cartas de sesmaria transcritas abaixo:



O Sargento Mor Antonio Ferraz de Campos, sua M^{te} Maria da Cunha e Almeida, seu Genro o Tenente Joze da Rocha de Camargo, e sua M^{te} D. Anna Maria Ferraz tem legitimo embargo de nullidade a medição, a qual se está procedendo, da Sesmaria, de que são sesmeiros os Embargos, Ant^{es} Sr. Leme, Bernardo Guedes Barreto, Joze Cardoso de Guimbás, e o Embarg. o Coronel Luis Antonio de Sousa, que succedeo por ff^o de compra as Sesmeiros Tenente Joze Alvarez Lima nas suas respectivas p^{tes}, e p^{te} que a mesma se reforme, e se julque nulla, e impracabile, fazendo se novam^{te} a compra, e da Carta de Sesmaria dos Embargos, e das antigas divisas, nella confirmação dizem os Embargos por esta, ou pela melhor via de Dir^o o seg^{to}.

Detalhe do processo de demarcação de terras. Luis Antônio de Souza e outros., 1798



“Quando, a 14 de dezembro de 1795, o Guarda mór Joaquim Antonio de Azevedo, José Reis Bueno, o Alferes Manoel José Vilaça e o capitão José Pedroso Pinto pedem concessão de sesmaria ‘na paragem chamada Certão de Jaguary’, alegam encontrar-se com numerosas famílias e escravatura para sustentar. Mas sem terras proporcionadas a Lavourea necessária para a subsistência das mesmas; e, o que é mais importante: ‘nas terras pedidas pelos Supplicantes haviam muitas pessoas deitadas suas roças, e levantando alguns pequenos ranchos por forma de posseções, mas sem firmeza de estabelecimento’, o que demonstra estar a área habitada desde fins do século XVIII”.⁶

“Carta de Sesmarias a Alexandre Barboza de Almeida, João Damasceno Barboza, e outros, que abaixo se declarão de meia legoa de terras de testada com três de sertão no Rio Jaguary do Districto da Villa de São Carlos. Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça etc. Faço saber aos que essa minha Carta de Sesmarias virem, que attendendo a me representarem Alexandre Barboza de Almeida, João Damasceno Barboza, Antonio Correa Barboza, Barbara Maria de Matos, e Cecilia Barboza de Almeida, que elles são moradores no Rio Jaguari; do Districto da Villa de São Carlos, onde tem terras de cultura, e sem titulo; e porque os Supplicantes as querem possuir com Legitimo titulo, qual He o da Sesmarias, me pedião lhes concedesse de Sertão as terras, que estão devolutas Jaguary acima athé intestar com a Sesmarias do Coronel Luis Antonio de Souza, que terá três Legoas de testada, pois obrigão a admitir em rasa qualquer morador, que ficar dentro da medição. E sendo visto o seu requerimento, Informação a que mandei proceder das posses, que têm os Supplicantes para cultivarem as terras, que pedião, e sobre o que sendo ouvida a Camara da Villa de São Carlos, respondeu Ella; que suposto haverem seis, ou sete annos, que as ditas terras já forão concedidas por Sesmarias, nunca forão medidas, e demarcadas, e por consequência estavão os Supplicantes nos termos de merecer a graça, que pedião; com cujo parecer, conformando-se também os Doutores Dezembargados Ouvidores Geral da Comarca, e o procurador da Carta da Coroa e Fazenda, a quem se deu vista: Hey por bem dar de Sesmarias., Em nome de S.A.R. em virtude da Sua Real ordem de 15 de junho de 1788 / e os ditos Alexandre Barboza de Almeida, João Damasceno Barboza, e os mais acima nomeados, as terras que pedem na paragem mencionada, com as confrontações acima indicadas, sem prejuízo de terceiro, ou do Direito, que alguma pessoa tenha a ellas, sendo porém obrigados a dar rasão a qualquer morador, que for comprehendido dentro da demarcação: Com declaração, que a cultivarão, e mandarão confirmar esta minha Carta de Sesmarias, pelo dito Senhor, dentro em dous annos; e não o fazendo se lhes denegará mais tempo: Contam de tomarem posse dellas, as farão medir, e demarcar judicialmente, sendo para esse effeito notificadas as pessoas, com quem confrontarem: E serão obrigados a fazer os Caminhos de suas testadas com pontes, certivas, onde necessário for; ficará rezervada de huma das margens delle meia Legoa de terás em quadra para a commodidade publica: E nesta data não poderá succeder em tempo algum pessoa Ecclesiastica, ou Religião; e succedendo será com o encargo de pagar Dízimos, e outro qualquer, que o dito Senhor lhe quizer impor de novo; e não o fazendo se poderá dar aquém denunciar; como também

sendo o dito Senhor Servido de mandar fundar no districto della alguma Villa o poderá fazer, ficando livre, e sem encargo algum, ou pensão para os Sesmeiros: e não comprehenderá essa Data veyros, ou Minas de qualquer genero de metal, que nellas se descobrir, rezervando tambem os paos reaes; e faltando a qualquer das ditas Clauzulas por serem conforme as Ordens do dito Senhor, e ao que dispõem a Ley, e foral das Sesmarias, ficarão privados desta: Pelo que mando ao Ministro, e mais pessoas, a que o conhecimento desta pertencer, dêem posse as ditos Alexandre Barboza de Almeida, João Damasceno Barboza, Antonio Correa Barboza, Barbara Maria de Matos, e Cecilia Barboza de Almeida da referidas terras na forma, que pedem. E por firmeza de tudo lhes mandei passar a prezente por mim assignada, e sellada com o sello de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem, e se registrará nos Livros de Sesmarias deste Governo, e mais partes, a que tocar, e se passou por duas vias. Dada nesta Cidade de São Paulo – Manoel Cardozo de Abreu a fes a vinte de Julho de mil e oito centos = Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. ⁶⁹

Livro de Sesmarias de número 30, ordem C00371, folhas 173 verso

As descrições dos viajantes Luiz d'Alincourt e Edmund Pink,⁸ de passagem por Campinas, no início do século XIX, apontam para o crescimento das plantações de cana-de-açúcar em regiões com excelente condição de irrigação e apropriadas para o cultivo. Os engenhos concentravam-se principalmente na direção Campinas-Mogi-Mirim.

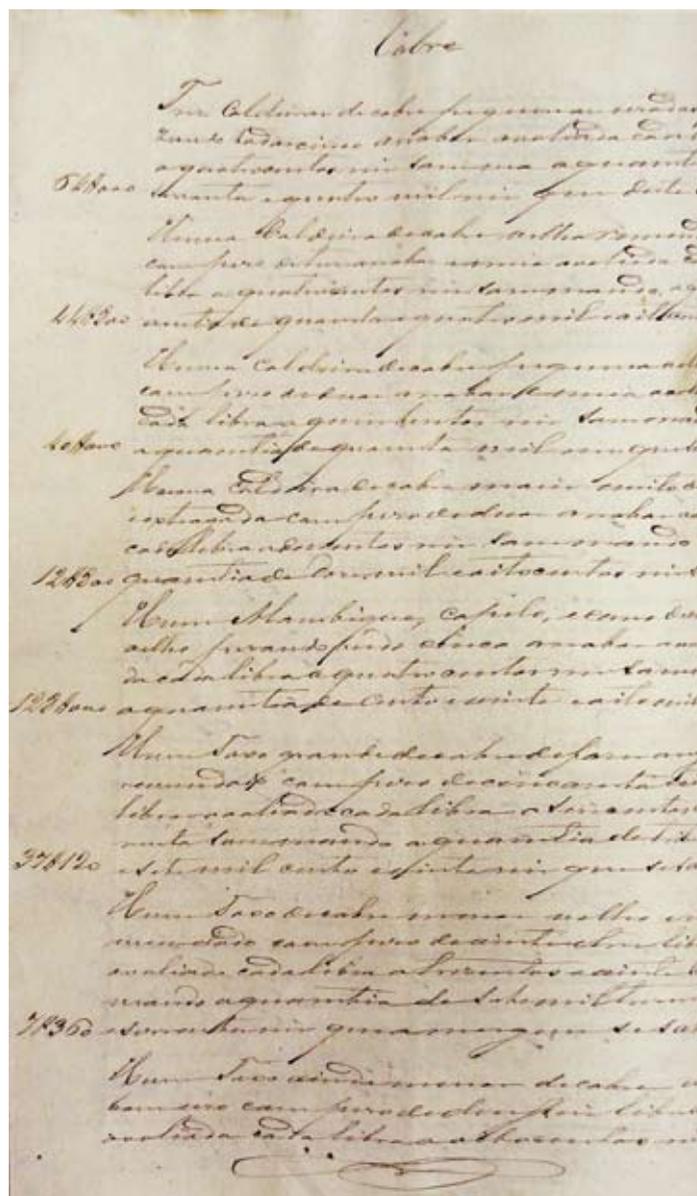
Em terras destinadas a sesmeiros na região circunscrita aos rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia, é possível identificar em documentos oficiais, especialmente nos inventários, informações sobre a cultura material dos engenhos de açúcar na região próxima ao atual município de Jaguariúna.

No inventário de Úrsula Franco Andrade, realizado em 1856, constam, na relação dos bens arrolados, diversos objetos de cobre e outros metais, identificados como ferros em obras, tais como caldeiras de tamanhos e qualidades diversas, alambique, tachos, bacias, forno de ferro, panelas e balanças. Tal descrição permite identificar tecnicamente a estrutura necessária para a instalação de um engenho de açúcar.

Ainda no inventário de Alexandre Barbosa de Almeida, filho de Úrsula e proprietário de terras vizinhas às de sua mãe, desde 1800, conforme a carta de sesmaria reproduzida acima, foram arrolados: “*uma morada de cazas de vivenda no sitio (...) cazas de fabricar assucar (duas cazas de engenho com suas moendas e de purgar (...) um sobrado para caza de assucar (...).*”

Para manutenção da estrutura agrícola voltada para o mercado externo e, conseqüentemente, produzida em maior escala, o trabalho desenvolvido pelo gentio, além de não ser suficiente, apresentava cada vez mais problemas para a população, em especial para os roceiros. A dificuldade na convivência é relatada no 1º Livro de Atas da Câmara Municipal de Mogi-Mirim:

(...) concordamos fazer a reprezentação ao illustriçimo e excellentissimo Senhor Capitão General desta capitania Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão; sobre os insultos e mortes que tem feito o gentio Cayapó, dentro dos limites desta mesma capitania e co (sic) as mayores crueldades, que custumaõ donde tem chegado; atextamos todos em acto de Camera que a primeyma (sic) foy na estrada que vay para Guayzes distante desta Villa trinta legoas,



Inventário de Úrsula Franco de Andrade, 1856

deraõ em caza de hum pobre morador por nome Bento da Silva e ahy mataraõ coatro pessoas, depois de mortos lhes fizeraõ tais tratos que a prudência de não callar; como Hé os que são machos lhes cortaõ seus membros veris e lhos metem nas bocas, e as molheres as abrem metendo lhes paus fogo; segunda no citio do Capaõ distante desta Villa quinze legoas, em caza de Jozé de Syqueira Gil, pella meya noute lhe atacaraõ fogo as Cazas e sezallas e payois; e por merçe de Deos e ser ocaziaõ de chuvas, não teue munto prejuízo, e com força de gente se retiraraõ, mas este citio ficou athe hoje presseguido delles e sempre viuendo com as armas nas maõs para se poderem defender, e agora de próximo a sinco deste prezente mês de setembro do dito anno, deraõ ao pé desta Villa coatro legoas, em caza de dous moradores, Custodio Lopes e Jozé Pinto elles mataraõ seis pessoas entre molheres e meninos e lhe puzeraõ fogo as cazas, fazendolhes as mesmas crueldades que asima fica dito e nos campos de Sant Anna, que tão bem pertencem a esta mesma capitania, deraõ em citios que mataraõ três pesoas e hum sabio frexado e demais se tem achado munta gente roubada por elles com bastantes roubos nas rossas moradores e de tal sorte estão com tanta coantidade que desde esta Villa thé o Rio Grande, em que são setenta legoas para o mais ou menos, não há citio que não fosse acometido delles, humas vezes occultos e outras publicamente em forma que todos os moradores ou a mayor parte estão huns despejando outros em cuydar, em semular e na mesma forma todos os recõcavos desta Villa e freguezia de Mogi Guassu; esta mais vezinha; e por que isto redunde em graue prejuízo aos reais dirreytos faltando moradores e nem os portos reais se podem conseruar para lhe darem passage e juntamente os registros honde se cobraõ os dirreytos se podem comseruar, pó que estes bárbaros são tão ímpios que não ademitem pás alguma, e só seu único intento He ver o modo como com que andam (a) matar e roubar. Rogamos a Vossa Ilustriçima Excellência a vista desta queyra por a providência a semelhantes absurdos e juntamente para ter este pobre puvo sucego e não despouvuarem suas cazas e deicharem seus aranchamentos e exvitar o prejuízo que sem duvida hauera nos reais dirreytos e no intanto ficamos dando alguma pequena prouidencia (...).¹⁰

A pequena população da região contava apenas com alguns escravos; eram crioulos ou africanos que dividiam os encargos da produção com os “administrados”, ou seja, com a população indígena que vivia sob a tutela dos colonizadores, porém, nem sempre administrada com plena segurança.

Até 1801, a população livre havia crescido mais que a cativa, acarretando uma queda na participação relativa desta última. Este fato demonstra que a primeira leva de “entrantes das Geraes”, ou seja, de mineiros que, com a escassez do ouro, buscavam alternativas nesta região, não possuía escravos. Eram migrantes que contavam apenas com o próprio braço para começar a vida no sertão.

Por outro lado, para os proprietários de engenhos, a região, até então de poucos escravos encontra na mão-de-obra africana, peça indispensável ao desenvolvimento da cultura canavieira. No inventário de Alexandre Barbosa de Almeida, menciona-se a existência de 41 escravos, número superior à média da maioria dos engenhos.

Os mineiros, atraídos pela situação econômica, instalam-se na região, deixando marcas nos hábitos e na arquitetura. No entanto, o fato desse ciclo econômico ter sido de curta duração – três quartos de século no máximo – e, depois, substituído pelo café, gerou uma adaptação à infra-estrutura já existente, apagando os vestígios da cultura da cana-de-açúcar na paisagem rural da região.¹¹

Notas

¹ Bellotto, Heloísa Liberalli, "Autoridade e conflito no Brasil colonial o governo do morgado de Mateus (1765-1775)." São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, in Bacellar, Carlos de Almeida Prado e Brioschi, Lucila Reis (orgs.), *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999, p. 44.

² Mello Pupo, Celso Maria, *Campinas, município no Império. Fundação e constituição; usos familiares; a morada; sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 122.

³ Idem, op. citl, p. 121.

⁴ Luis Antonio de Souza e outros. Demarcação de terras, 1798. Processo 13, of. 1. TJC, Campinas, Centro de Memória da Unicamp.

⁵ Op. cit., p. 142.

⁶ Camargo. Ana Maria de Almeida, in Lima, Roberto Pastana Teixeira, *A cidade racional: Amparo, um projeto urbanístico do "Oitocentos"*. S.l., s.d., p. 71.

⁷ Livro de sesmaria nº 30, ordem C00371, fls. 173 verso e 174. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁸ Sevcenko, N.; Mindlin, J., *São Paulo de Edmund Pink*. São Paulo: DBA, 2000, p. 87; e Alincourt, Luiz d', *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953, p. 53.

⁹ Alexandre Barbosa de Almeida. Inventário, 1822. Arquivo TJC, processo 719, 3º Ofício, cx. 26. Campinas, Centro de Memória da Unicamp.

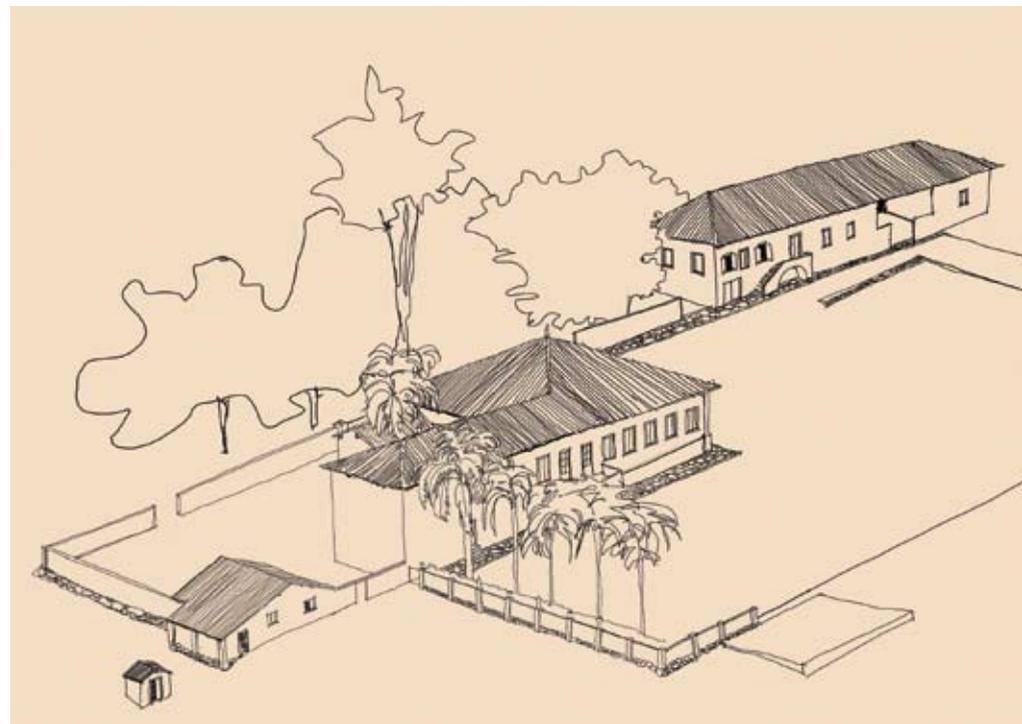
¹⁰ Diante de diversos registros com descrições semelhantes, foi escolhido, em função do detalhamento da situação, o Registro e cópia de huma atestaçãõ e representaçãõ que fez a Camara desta Villa de Saõ Jozé de Mogi Merim ao Ilmo. E Exmo. Senhor General desta capitania no anno de 1772. 1º Livro de Atas de 1770 a 1775. Câmara Municipal de Mogi-Mirim, pp. 71-72.

¹¹ Silva, Áurea Pereira da, *Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII – séc. XX)*, vol. 14, nº 1. São Paulo:, Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, jan.-jun. 2006, p. 3.

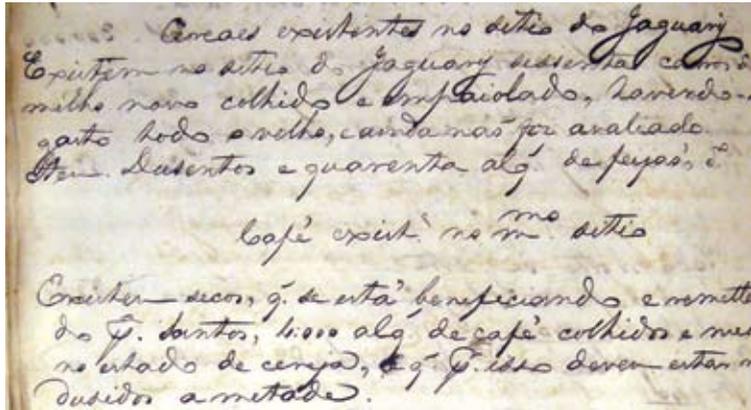
O novo ciclo econômico paulista: as fazendas de café

No início da crise da produção de café no vale do Paraíba, proprietários de terras no oeste paulista, mais precisamente, na rota aberta pelo “Caminho dos Goyazes”, manifestavam desprezo pela cultura do café em detrimento da cana-de-açúcar, pois *“reputavam ser apenas um ramo de quitanda, não obstante a boa aceitação que em pontos da província do Rio de Janeiro esta nova lavoura havia adquirido”*.¹ O temor da geada e a dificuldade para o transporte eram fatores concretos que também conspiravam contra aquela cultura. No entanto, apesar das restrições mencionadas, já na primeira metade do século XIX, o plantio do café na região é ensaiado com êxito, e alguns fazendeiros mais ousados começam a substituição do canavial pelos cafezais.

Os proprietários de Campinas tiveram papel decisivo na expansão do café em direção ao oeste paulista. Em 1842-1843, a produção local é de um volume insignificante de 800 arrobas de café,² se comparada à safra de 1860, que produz a surpreendente cifra de 700 mil arrobas.³ Nas terras do Jaguari, a produção acompanha este crescimento. Em 1850, no inventário de Úrsula Franco de Andrade menciona-se a existência de *“4.000 alqueires de café colhido, sendo parte em cereja e outra já beneficiada e remetida a Santos”*.⁴



Fazenda Florianópolis. Desenho esquemático da sede, benfeitorias e terreiro de café



Detalhe do inventário de Úrsula Franco de Andrade, 1856

A consolidação do café na região coincide com a decadência da produção no Rio de Janeiro e com a migração de fazendeiros e escravos para o promissor interior paulista. Em termos práticos, a situação leva a uma reorganização da rede fundiária.

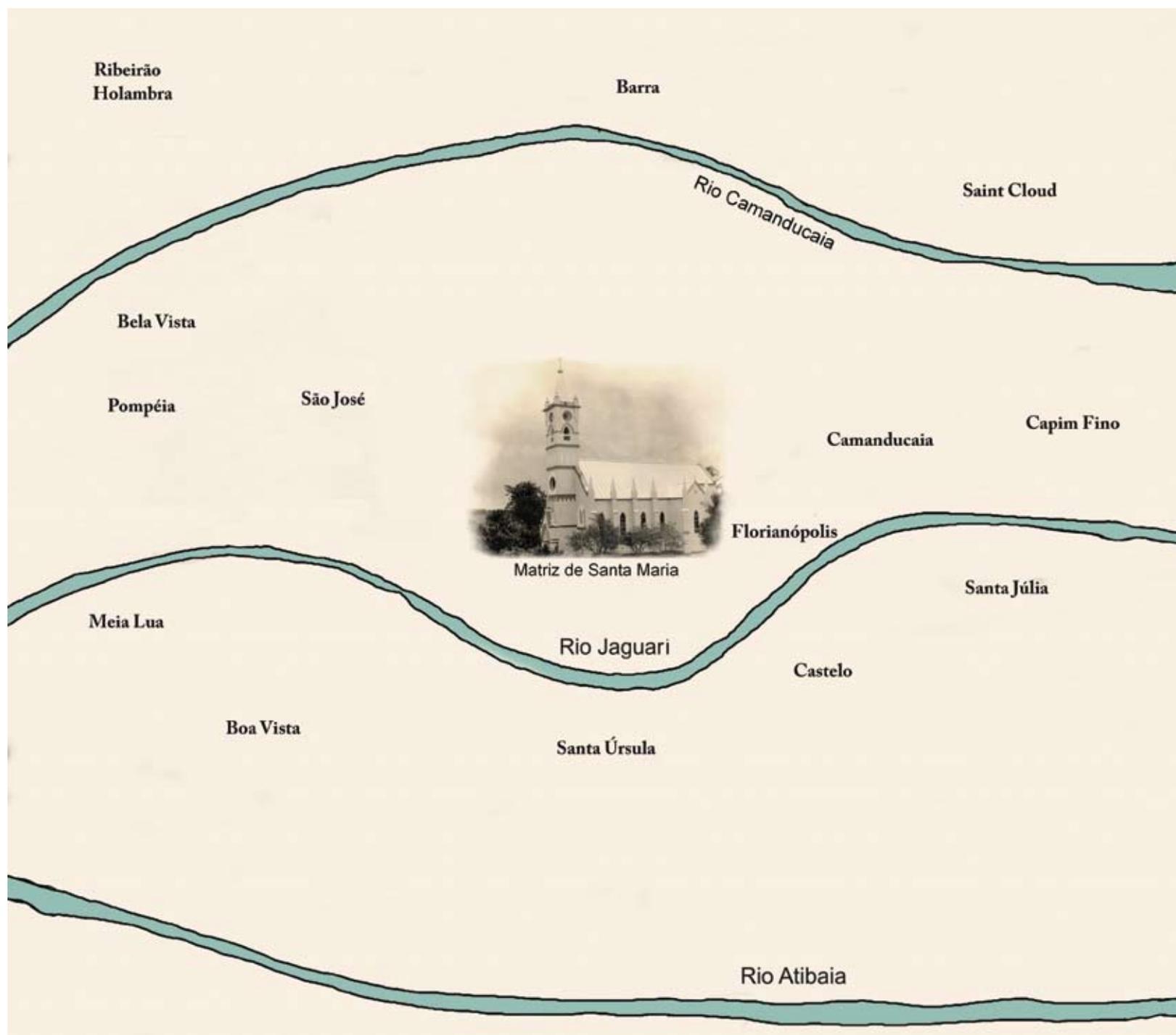
Neste contexto, o interesse pela terra é redobrado e, de geração em geração, sesmarias são subdivididas, dando origem a latifúndios e fazendas que continuarão, por longo período, sobre o domínio das mesmas famílias.

Com a identificação das sesmarias de Antônio Correa Barbosa e outros, do coronel Luis Antonio de Sousa e seu sócio Bernardo Guedes Barreto e de Manuel Carlos Souza Aranha, procuramos identificar a origem das principais fazendas de café do Jaguari.

Em linhas gerais, durante o período dentre 1774 a 1850, na região de Campinas, o grupo familiar chega e se fortalece. Os membros da primeira geração eram, em geral, migrantes de outras províncias, em especial de Minas. A segunda geração foi responsável por tecer a rede de associações que consolida o grupo através de alianças matrimoniais ou de compadrio, bem como se aplicou em gerar capital cada vez maior para a “empresa familiar”. Finalmente, a terceira geração colhe os frutos dos esforços da segunda geração e com a produção do café chega ao máximo do poder e da riqueza.

Apesar da cultura do açúcar e do café conviverem durante um curto período, a fisionomia do campo altera-se profundamente, quase que apagando os traços da economia anterior. Da segunda metade do século XIX em diante, a terra é vorazmente ocupada, as matas nativas, derrubadas, e as benfeitorias – sede, tulha, senzala e terreiro adaptadas ou construídas de acordo com materiais e mão-de-obra disponíveis.

O prodigioso aumento da produção implica mudanças nos costumes, como também exige, em determinados períodos do ciclo agrícola, a participação e a dedicação integral dos proprietários. Foi essa ampliação na escala das demandas que proporcionou a construção das principais casas de moradas e demais benfeitorias nas fazendas, pois a necessidade de acompanhamento das várias etapas relacionadas ao plantio, limpeza, colheita e beneficiamento do café foi determinante para que os senhores da terra – de modo geral, com endereço em Campinas – construíssem uma segunda residência junto ao local da produção.



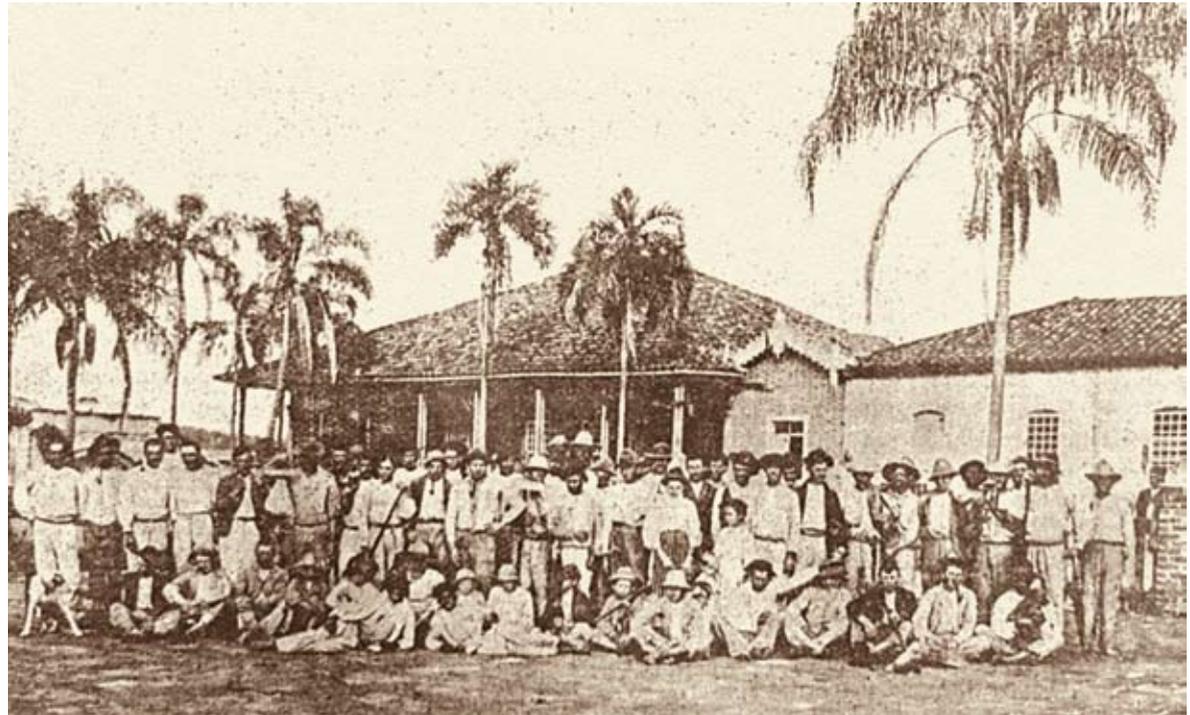
Localização das Fazendas de Jaguari
citadas nesta publicação
Estudo realizado a partir do trabalho
elaborado por Lauro Navarro, 1991

A implantação da sede e demais benfeitorias é orientada por regras bastante definidas, ou seja, em locais com topografia privilegiada e água nas proximidades. A primeira condição proporciona a supervisão do terreiro de café; a segunda, o sistema de abastecimento de água para sede, trato de animais e para a lavagem do café.

Casas de morada e benfeitorias das fazendas de Jaguary

Neste levantamento, procuramos apresentar um histórico das primeiras fazendas de café nas terras do Jaguary. Com este objetivo, são levantadas informações sobre os proprietários, descrições das benfeitorias e da produção agrícola. No entanto, o assunto merece a realização de pesquisa rigorosa e inventário aprofundado.

Fazenda Barra



Colonos italianos em frente a casa sede
Ensaio fotográfico divulgado em diversos
meios de comunicação nacional e
internacional, 1922

A fazenda teve origem na divisão da sesmaria do coronel Luís Antonio Souza e Bernardo Guedes Barreto. Em meados do século XIX, José Guedes de Souza, o barão de Pirapitingüi e também tenente-coronel da Guarda Nacional assume a liderança da fazenda que recebera da herança paterna; neste período, alterna residência entre a casa

na cidade de Mogi-Mirim e a sede na área rural. Com participação na política local, atua pelo Partido Conservador, em defesa da monarquia. As terras da fazenda, localizadas à margem dos rios Camanducaia e Pirapitingüi, fazem divisa com propriedade do coronel Amâncio Bueno, Fazenda Ribeirão (atual Holambra) e Presidente Tibiriçá, na região do atual município de Santo Antônio de Posse.

Com o falecimento do proprietário, o filho, José Alves Guedes, herda as terras e assume a fazenda, com 1.500 alqueires, sendo 150 alqueires utilizados para a cultura do café. A produção é alternada com a cultura de milho, feijão, arroz e outros cereais, assim como legumes para consumo interno. O restante da fazenda compreende pastagens e floresta. Cria-se gado, com 308 bovinos, 96 eqüinos, 129 ovinos, bodes e porcos.⁵

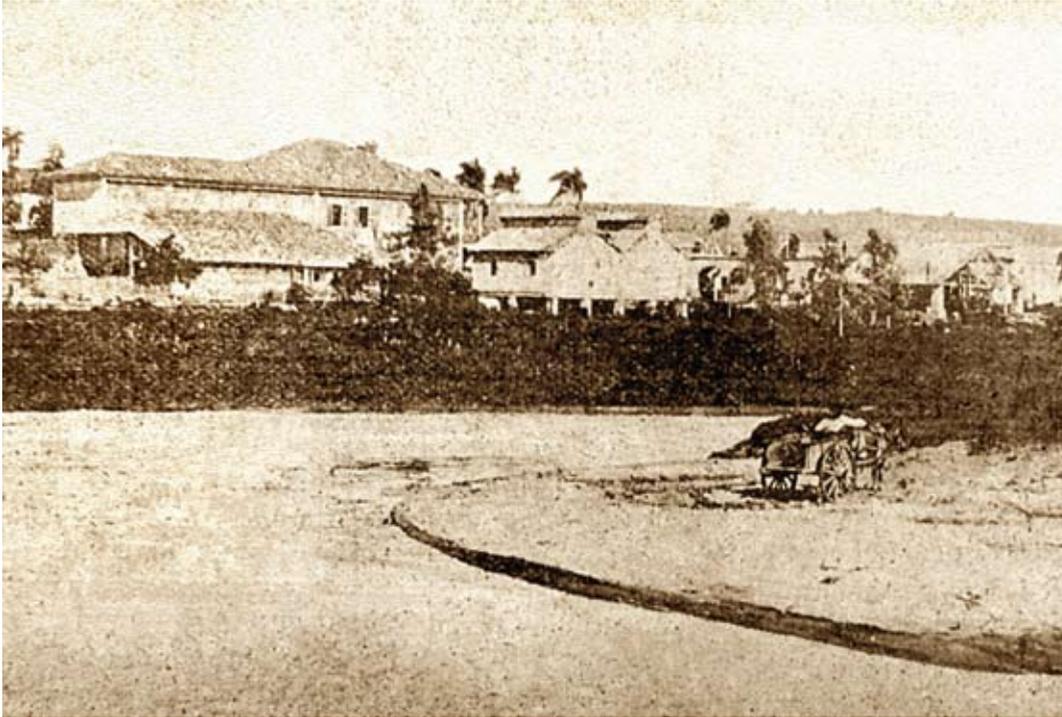
Neste período, 65 famílias de colonos, a maioria delas composta de italianos originários de Treviso residem na fazenda.

O proprietário, conforme depoimentos orais distinguiu-se pelo relacionamento diferenciado com os imigrantes. Seu irmão, o advogado Alfredo Guedes, foi duas vezes secretário da Agricultura do Estado de São Paulo e deputado estadual, ocasião em que implementou a lei reguladora da introdução de imigrantes e muito favoreceu a imigração italiana, da qual tornou-se benfeitor e, provavelmente influenciou a conduta de seu irmão na relação com os imigrantes.

No final do sistema escravista, a fazenda recebeu grande número de italianos para trabalhar na plantação do café. Posteriormente, estes mesmos colonos receberam em pagamento de salários atrasados ou por meio de compra em dinheiro acumulado com trabalho nas fazendas, terras localizadas à margem esquerda do rio Camanducaia que haviam sido desmembradas.



Família Guedes
Da esquerda para a direita: em pé, Olívia Penteadó Guedes de Assis, Mário Guedes, Alfredo Guedes, Carolina Guedes de Abreu
Sentados: José Alves Guedes Filho, Siomara Penteadó Guedes, Isabel Penteadó Guedes, cel. José Alves Guedes, Mathilde Penteadó Guedes de Moraes
Década de 1920



Vista das benfeitorias da fazenda a partir da barra do rio Camanducaia
Ensaio fotográfico divulgado em diversos meios de comunicação nacional e internacional, 1922



A Comarca, 5 de julho de 1927

Com formação cultural diferenciada, o proprietário manteve extenso círculo de amizade e, várias vezes, abandonou a rotina de fazendeiro para realizar longas viagens pela Europa. No distrito de Jaguari foi sempre prudente opositor à política do coronel Amâncio Bueno.

Durante a década de 1920, a movimentação na fazenda era intensa. Por um lado, festas religiosas, pescaria e atividades esportivas nos finais de semana para os colonos; por outro, visitas constantes de amigos do casal, muitos deles envolvidos com o movimento da Semana de Arte Moderna de 22.

Com a morte de José Alves Guedes, pouco antes da crise do café, a viúva, sua prima em 2º grau, Siomara Penteado Guedes, vende, em 1932, a área de 400 alqueires que constituía a fazenda. O comprador é Joaquim Machado de Souza, fazendeiro de Ribeirão Preto. A negociação teve início em julho de 1932. No entanto, com a revolução constitucionalista, em 9 de julho do mesmo ano, a negociação foi circunstancialmente prorrogada.

O novo proprietário fixa residência na fazenda. Neste período, mantém a produção de café e introduz novas culturas agrícolas, como o arroz, mamão, algodão, milho, avicultura e a pecuária. Na década de 1950, a produtividade continua intensa e a fazenda conta com trinta famílias residentes.

Nas últimas décadas, pequenos lotes têm sido desmembrados da área total e, em 2008, a sede e uma área envoltória de 16 alqueires foram adquiridas pela Prefeitura Municipal de Jaguariúna para implantação de projeto educacional.

A área remanescente permanece como propriedade da família e, atualmente, produz cana-de-açúcar para usina no município de Santo Antônio de Posse.

Fazenda Camanducaia Atual Santa Francisca do Camanducaia



Pertenceu a Salvador Bueno da Silveira, falecido em 1846. No processo sucessório, a fazenda foi destinada ao filho, capitão Cândido José Leite Bueno da Silveira; é provável que o complexo arquitetônico tenha sido construído no período em que foi proprietário. Há indícios de que a datação da construção da sede seja da década de 1830 e, portanto, constitua o mais antigo da região.

Na sucessão hereditária da terceira geração, a terra é dividida entre os três filhos do casal Cândido José Leite Bueno da Silveira e Umbelina Teixeira de Moraes Bueno; a gleba do Jaguary é destinada ao coronel Amâncio Bueno e passa a chamar-se Fazenda Florianópolis; a gleba Camanducaia é destinada às duas filhas; a terra herdada por Maria Ângela de Moraes Bueno dá origem à Fazenda Capim Fino; e a Júlia Bueno cabe a área com a primeira sede, que permanecerá por mais tempo com o mesmo nome.

Em 1900, o casal Júlia Bueno do Amaral e Otaviano Pompeu do Amaral vende a propriedade para Avelino do Amaral e sócios; no período subsequente, a fazenda pertenceu a Antônio

Sede da fazenda
Início do século XX



Festa junina na Capela da Fazenda
Camanducaia, 1940

Oliveira Valente e sua esposa. Neste período, foi grande produtora de café e, posteriormente de culturas diversas.

Na década de 1920, após a crise do café, o plantio do algodão, alternado com a cultura de grãos e pecuária, mantém a fazenda produtiva.

Com muitos imigrantes na colônia, anualmente, no dia 13 de junho era realizada uma festa em comemoração ao Dia de Santo Antônio; o evento passou a constituir um marco na vida dos moradores. Na rotina, durante o dia, a capela e área envoltória eram cuidadosamente enfeitadas, a primeira com flores da época e a segunda, com bandeiras e ornamentos juninos. A missa era realizada na capela da fazenda e à noite realizava-se um baile, com músicos, vizinhos e convidados.

Em 1945, os proprietários inauguram a capela de Santo Antônio; para celebrar a primeira missa, foi convidado o padre Antônio Joaquim Gomes que, em parceria com o administrador Antônio Parisi, organizaram a primeira Cavalaria Antoniana; o cortejo adquire tamanha importância que foi incorporado ao calendário de eventos do município.

Em 1952, a fazenda foi novamente vendida; o proprietário, Carlos Alberto Júlio Lohmann alterou seu nome para Santa Francisca do Camanducaia.

Fazenda Capim Fino



De parte das terras desmembradas da Fazenda Camanducaia, a herdeira Maria Ângela de Moraes Bueno, casada com Ataliba Nogueira, recebe a área que daria origem à Fazenda Capim Fino. Esta segue o ritmo da produção cafeeira, com uma única diferença: o proprietário, inimigo dos políticos de Mogi-Mirim, consegue autonomia ao transferir o território da fazenda para Campinas.

No início do século XX, Estanislau Ferreira de Camargo foi proprietário; posteriormente, na década de 1920, Luiz Von Zuben passa a residir na fazenda com a família. Em seguida, as terras são adquiridas pelo comerciante estabelecido em Pedreira, Victorio Palanch e, poucos anos depois, os irmãos Moysés e Carlos Turato e o sócio Hugo Masotti, proprietários do Armazém de Seccos e Molhados, assumem a fazenda. No período, estes imigrantes, que também haviam sido colonos recuperam a lavoura de café e iniciam o plantio de algodão e menta.⁶

Posteriormente, em 1953, o empresário Sebastião Paes de Almeida, ex-ministro da Fazenda no governo de Juscelino Kubistchek, adquire a fazenda. Atualmente pertence a Paulo Roberto Ferreira Levy e sua área é destinada a criação de cavalos árabe.

Sede da Fazenda Capim Fino, 1945

Fazenda Castelo



Com origem na sesmaria de Alexandre Barbosa e outros, na sucessão hereditária, a fazenda é transferida para a filha Francisca e o marido, o proprietário de terras em Campinas Albino Barbosa de Oliveira.

Em 1900, pertencia a Antônio Américo de Camargo Andrade, produzindo anualmente sete mil arrobas de café. Em 1918, seu proprietário é Arlindo Ferraz.

Na década de 1940, a Fazenda Castelo pertenceu a José Strazzacapa. Em seguida foram proprietários, Erasmo Assunção e, depois Pedro Gastão de Noronha Gonçalves Artmann,

que transformou a área em haras para criação de cavalos da raça puro sangue inglês.⁷ Atualmente, a área pertencente a Marcelo Batista de Oliveira está inserida no perímetro urbano e é destinada a criação de cavalos da raça manga larga marchador.

Piquete de cavalos da raça manga larga marchador
Fotografia Ivan Ferrari, década de 1990

A Comarca. Mogy Mirim, 01 de agosto de 1918
Os imigrantes de forma geral, não aceitam a exploração no trabalho, e a greve é uma das formas de negociação. Na fazenda Castelo além desta greve houve outra no final do século XIX, fato que impulsionou a venda da fazenda.

Colonos em greve—Os colonos da fazenda *Castello*, propriedade do sr. cl. Arlindo Ferraz, julgando-se lezados em seus direitos contractuaes declararam-se, ha dias, em greve, abandonando o serviço e pedindo providencias ao patronato agricola, de São Paulo; os grevistas mantêm-se em perfeita ordem.

Fazenda Florianópolis Atual Serrinha



Da divisão dos bens do casal Capitão Cândido José Leite Bueno da Silveira e Umbelina Moraes Bueno, a gleba do Jaguari é destinada ao filho, o coronel Amâncio Bueno.

As terras ocupavam a margem direita do rio Jaguari, tendo como divisa a Fazenda Barra e a “Fazenda Jaguary”. A sede e demais benfeitorias foram construídas em local estratégico, próximas ao rio Jaguari, com declividade adequada para observação e embarque da produção de café.

Na sede, o coronel Amâncio vive com a primeira esposa, Maria Ângela, e as filhas Sílvia e Júlia Bueno.

Na virada do século XIX para o XX, com a crise no setor agrícola, parte da terra é desmembrada da propriedade e tem início o loteamento que dará origem à “Villa Bueno”, ou seja, um empreendimento, com pequenos lotes vendidos a imigrantes.

Neste período, instalou-se, nas terras da fazenda, uma olaria com produção destinada à construção de imóveis na cidade.

Sede da Fazenda Florianópolis, atual
Serrinha
Fotografia Carlos Pena, 2008



Cel. Amâncio Bueno, s. data.

Em 1915, um ano após a morte do proprietário, a fazenda vai a leilão e é arrematada por José Pires Júnior e seu sócio, João Pedro de Figueiredo. O primeiro assume a sede e 100 alqueires de terra; o segundo assume área próxima à vila e que hoje constitui o centro da cidade, na região acima da Matriz de Santa Maria.

No período em que foram proprietários, Pires Júnior e Figueiredo produziram leite, café cereais, algodão e tomate. No entanto, a ênfase era dada à pecuária, área mais próxima da atuação dos sócios que tinham a tradição de marchantes.

Em 1958, as terras são adquiridas por Antônio Moraes Pinto Júnior que altera o nome da fazenda para Serrinha e mantém a pecuária para gado de corte.



Sala de visita da Fazenda Florianópolis. Família do proprietário José Pires Jr. e visitas. 1937

Fazenda Jaguary Atual Santa Úrsula



O capitão-mor Antônio Correa Barbosa e outros receberam sesmaria que originalmente ocupava *“de meia legoa de terras de testada na estrada de Goiaz com três de sertão no Rio Jaguary (...) que estão devolutas Jaguari acima até intestar com a Sesmaria do Coronel Luis Antonio de Souza.”*⁸

Na divisão hereditária, o filho que recebe o mesmo nome do pai, casado com Úrsula Franco de Andrade, inicia a construção da sede e benfeitorias do engenho e, posteriormente, aquelas relacionadas à produção do café.

A filha, Úrsula Camargo, casada com Camilo Bueno recebe as terras por herança e transmite para a filha Luísa, esposa do barão de Ataliba Nogueira. A família, neste período, transitava entre a residência em Campinas e longas estadias na fazenda, com a presença de pessoas ilustres como Carlos Gomes, Rui Barbosa e o conde D’Eu, entre outros.

Vista aérea da Sede da Fazenda Santa
Úrsula



O barão de Ataliba, sócio-fundador da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, após a proclamação da República exilou-se em Paris com a família durante três anos.

Atualmente, já no perímetro urbano, a sede e a área envoltória continuam preservadas e pertencentes à mesma família, a qual detém importante reserva de mata nativa (a já mencionada Mata do Celso).



Barão de Ataliba Nogueira, rio Jaguari
Da esquerda para a direita, Dr. Luiz Albino, sua mulher Camila Ataliba Barbosa de Oliveira, Barão de Ataliba Nogueira, Úrsula de Ataliba Nogueira, Baby, filha de Rui Barbosa, Camilota Barbosa de Oliveira, Maria Augusta, mulher de Rui Barbosa e Rui Barbosa, 1917.
Fotógrafo Francisco Pezzi

Fazenda São José

O proprietário da fazenda de café, Manuel Carlos Souza Aranha, falecido em 1894, deixa suas terras para o filho Norberto de Souza Aranha. Na seqüência hereditária, Joaquim de Souza Aranha, recebe uma gleba de terras, cujas divisas tinham início na cachoeira da Ponte sobre o rio Jaguari, à margem direita, separada pela Estrada de Rodagem (SP-340) até o atual bairro da Roseira.

Na época em que ainda não existia a casa paroquial no distrito de Jaguari, o proprietário hospedava os sacerdotes, vindos de Campinas, para celebrar missas e outros atos litúrgicos.

Joaquim de Souza Aranha casa-se com Angelina Beltrame, filha de colonos imigrantes residentes na fazenda. Com a morte prematura do proprietário e dificuldades financeiras advindas no cultivo do café, partes das terras são alienadas para pagamento dos salários de colonos. A área remanescente é desmembrada em pequenos lotes, muitos adquiridos por parentes próximos. Desta divisão tiveram origem as seguintes fazendas e sítios: Fazenda Roseira, Santa Catarina, Ipiranga, Pinhalzinho, Pompéia, das Pedras e os sítios, Recanto Santa Terezinha, São Sebastião e Borda da Mata.⁹

Fazenda Ribeirão



A fazenda teve origem na divisão da sesmaria do coronel Luis Antonio Souza e Bernardo Guedes Barreto. Posteriormente, Luiz de Souza Leite, barão do Socorro recebe parte das terras e seu filho, Dr. Luiz de Souza Leite Júnior continua, por muitos anos, proprietário, até a aquisição pela empresa norte-americana, o grupo frigorífico *Armour*, que passa a utilizar a área para criação de gado.

Em 1948, a “Organização de Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda”, estimulada pelo plano de emigração proposto pelo governo Holandês, no período pós segunda guerra mundial, escolhe a Fazenda Ribeirão para início de um projeto de vida. No mesmo ano, a área de 2.100 alqueires de pasto para manejo de gado, com sede e algumas casas de colono é adquirida e, em seguida chegam os primeiros imigrantes que fundam a Cooperativa Agropecuária Holambra.

Neste primeiro ano, chegaram 44 imigrantes holandeses que deram início a demarcação de lotes, construção de novas casas, a produção pecuária com gado leiteiro importado da Holanda e ocuparam as terras com plantação de algodão, trigo e outras culturas exóticas.

Sede Fazenda Ribeirão, as construções alinhadas foram utilizadas para instalação de supermercado, marcenaria e depósito da produção agrícola.
Década de 1950



Exposição de gado Holandês. 1954

A migração e o negro no oeste paulista

A expansão cafeeira, até 1850, veio acompanhada do aumento proporcional da mão-de-obra escrava; no entanto, desta data em diante, a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, ao determinar a proibição do tráfico, provoca impactos significativos que irão configurar uma nova realidade socioeconômica.

No início, a necessidade de abastecimento de escravos para a lavoura cafeeira é contornada por meio da realização de desembarques clandestinos e do tráfico interno, responsável pela migração de escravos de outras regiões, sobretudo dos decadentes engenhos do Nordeste. No período de 1850 a 1870, emigraram para o sul do país vinte e sete mil escravos.¹⁰

A situação faz com que o preço do cativo chegue a cifras surpreendentemente altas; em consequência, sobre eles recaíam todas as atividades desenvolvidas nas fazendas de café: eram tropeiros, carreiros, pedreiros, carpinteiros, serradores, oleiros, ferreiros, carroceiros, tratadores de boi ou de cavalos, porqueiros, carregadores de comida, farinheiros, fabricantes de sabão, jardineiros, mecânicos, etc.¹¹

Na construção das casas de morada e benfeitorias, eles desenvolviam trabalhos especializados e revelavam o domínio do processo construtivo da taipa de pilão e da taipa de mão.

Aqueles com maior capacidade para o trabalho pesado eram incumbidos das tarefas ligadas diretamente ao preparo da terra: o plantio e o beneficiamento do café. A colheita, no entanto, estava destinada a homens, mulheres e crianças.

Após a Lei Áurea, nas fazendas do Jaguari, assim como em todo o interior do estado, muitos dos ex-escravos são assimilados pela estrutura das fazendas e como mão-de-obra na construção das estradas de ferro. A inovação tecnológica desenvolvida nas últimas décadas do século XIX, tais como implementos agrícolas para beneficiamento e transporte do café, provoca alterações na estrutura produtiva das fazendas escravistas, ao dinamizar a produção, e irá coincidir com a transição do regime de cativo para o trabalho livre.

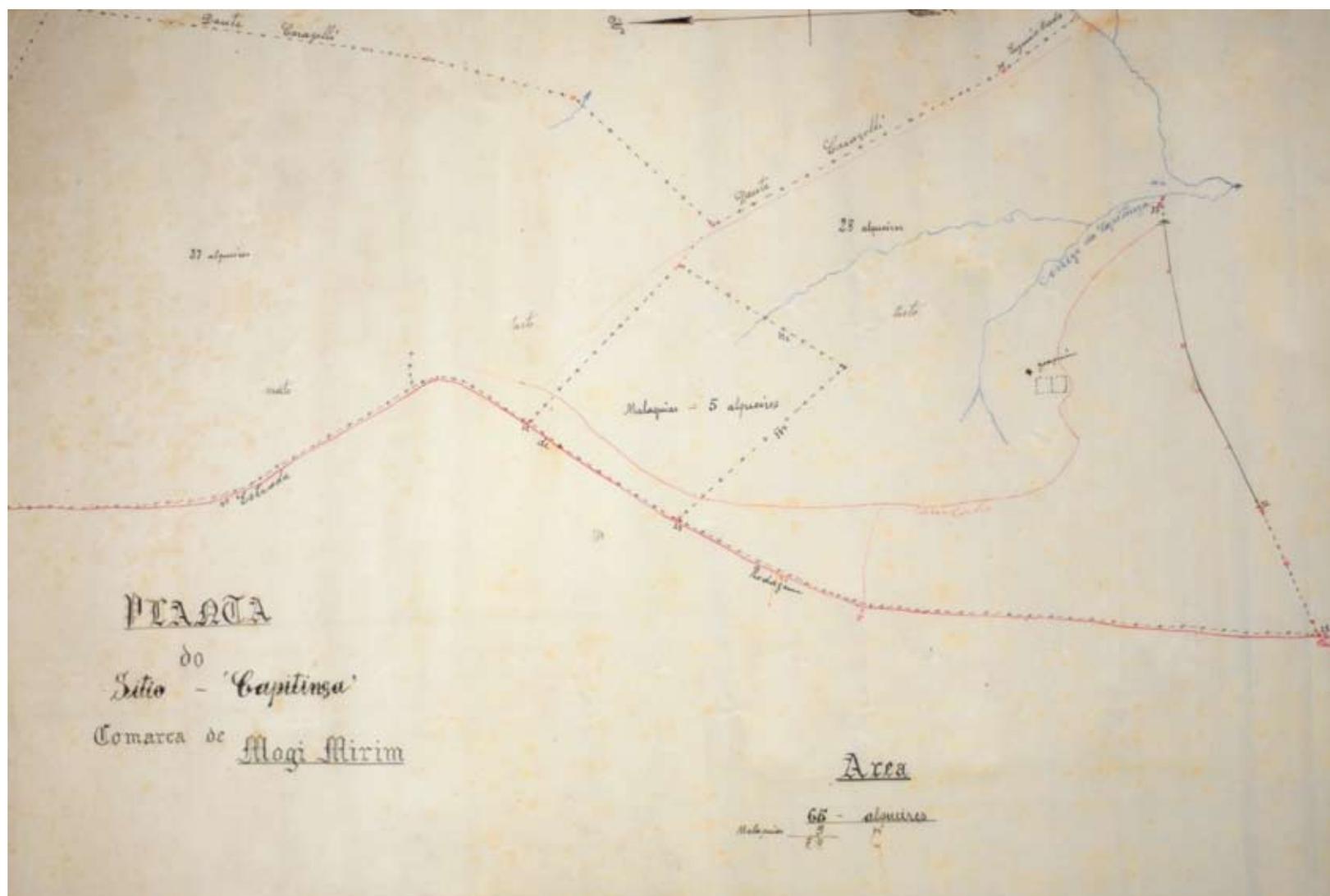
Em 1886, menciona-se na imprensa local a presença de negros forros ocupando área de 500 alqueires, conhecida como “terras do padre Roque”. Localizada à margem da estrada de ferro Mogyana, próxima a Estação de Guedes, as terras foram doadas a ex-escravos pelo Padre

Roque de Souza Freire. A situação que se configura no decorrer dos anos é um tanto confusa e reflete a própria situação do negro naquele momento.

Em 1907, em contrato de arrendamento realizado no Cartório do “distrito de Jaguary”, estas mesmas terras aparecem com a denominação de Bom Retiro ou Sítio dos Fôrros e com usufruto de José Alves Guedes. No contrato, 24 locatários, provavelmente libertos e imigrantes italianos firmam os seguintes compromissos: a) em pagamento deverá ser realizado trabalho de “plantação de roças e outras culturas” em terrenos que José Alves Guedes possui ao lado da Fazenda Barra, denominado Capitinga; b) além da exploração dos terrenos da Capitinga para plantações, poderão os locatários tirar de suas matas madeiras e lenha; c) o pagamento do aluguel dos terrenos é feito pelos lucros e rendimentos que os locatários tiverem durante a vigência do contrato, “seja no cultivo da terra ou na tiragem da madeira e da lenha”.¹²

São raros os trabalhos destinados a recuperar trajetórias de vida dessa população pós-abolição da escravatura; em entrevista com a família Malachias,¹³ umas das poucas que manteve residência no “distrito de Jaguary”, mencionou-se que ex-escravos receberam terras em áreas próximas às da Fazenda Barra. No entanto, de acordo com o relato, a maioria vende as áreas adquiridas e dirige-se para o ambiente urbano, em busca de melhores opções de trabalho e moradia. Neste contexto, esta população procura meios de sobrevivência na região de Campinas, pois o “distrito de Jaguary” provavelmente não oferecia trabalho para todos.

Terras do padre Roque.—A camara municipal de Campinas, respondendo a um officio do presidente da provincia, em que pedia informações acerca de umas terras do bairro do Jaguary, conhecidas pelo nome de *Terras do padre Roque*, assim se manifesta :
«Que no bairro Jaguary se encontram as terras—chamadas do *Padre Roque*, occupadas por pretos forros, n'uma area de 500 alqueires no minimo, terras essas proprias para cultura de cereaes, cannas de assucar, algodão e, talvez mesmo para café ; que essas terras poderão ser compradas até pela quantia de 12:000\$; que a situação deilas é a mais conveniente, visto que se acham á margem da estrada de ferro Mogyana e entre os municipios de Campinas, Mogy-mirim e Amparo, e um bairro importantissimo pela lavoura de café que é calculada em mais de cinco milhões de pés.»
Coasta que ha o intuito de formar alli um nucleo colonial. E' conveniente, porém, que se verifique si taes terras pertencem ao municipio de Campinas ou ao de Mogy-mirim.



Planta de divisão do Sítio Capitinga
Em destaque, área pertencente à família
Malachias

A ferrovia e a chegada dos imigrantes

O advento da República irá alterar ainda mais a rotina das fazendas de café. A política de crédito praticada pelo primeiro governo republicano e a introdução do trabalhador de origem européia proporcionariam ótimos resultados de ordem agrícola, com significativo aumento da produção.

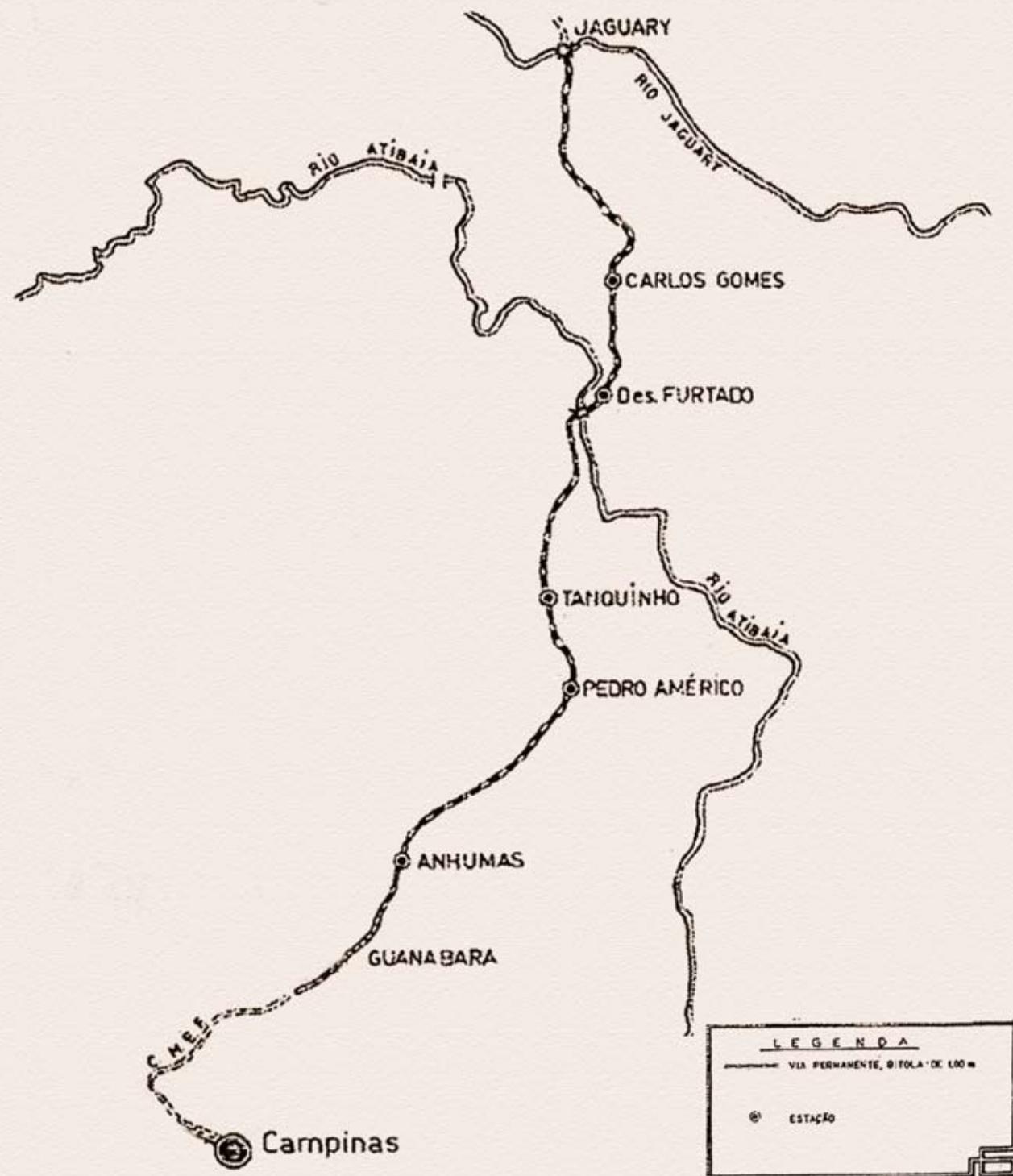
A situação traz à tona o antigo problema relacionado à dificuldade do escoamento dos grãos. O transporte da carga, tanto do açúcar como de café era realizado por tropas aparelhadas para viagem em lombo de burro, carroças ou carros de boi; num primeiro momento, os tropeiros tinham como destino o longo trajeto até o Porto de Santos. Com a Companhia Paulista, o trajeto é reduzido para Jundiaí e, em pouco tempo, a linha chega a Campinas; finalmente, com a Companhia Mogiana, às terras do Jaguari.

Embora estas terras fossem consideradas extensão da região de maior produção agrícola na província de São Paulo, somente em 1872 – com a lei provincial que concede privilégio e garantia financeira à companhia que assumisse a construção de uma via férrea entre as cidades de Campinas e Mogi-Mirim, com um ramal para a cidade de Amparo – é que os fazendeiros locais empenham-se como acionistas, a fim de viabilizar o projeto



Cargueiros transportando café
Marc Ferrez, 1881-1886

CAMPINAS - JAGUARI



de implantação da “Companhia Mogyana de Estradas de Ferro”.

A partir deste momento, todo um cronograma de obras e providências de caráter burocrático convergem, no sentido de dinamizar a primeira etapa da implantação; as primeiras iniciativas para viabilizar tecnicamente a ferrovia, a contratação de engenheiros e assistentes e, em seguida, realiza-se concorrência pública seguida de contratos com fazendeiros locais para abertura das estradas.¹⁴

Com o a trajeto da linha férrea pré-definido, o material fixo, ou seja, trilhos, ferramentas e equipamentos básicos é importado da Inglaterra; a madeira para confecção dos dormentes para assentamento dos trilhos tem origem nas matas próximas ao trajeto.

Em meio a esta explosão econômica, a preocupação com o meio ambiente não existia. A devastação das matas para plantio do café e, em seguida para construção da ferrovia e manutenção das locomotivas movidas a vapor, demandava incalculáveis volumes de madeira, a fim de que estes fossem queimados como combustível, e toras para construção da estrada férrea.

O traçado original do primeiro trecho Campinas–Mogi-Mirim é construído em duas etapas, a primeira perfaz um total de 34 km, saindo da Estação Central de Campinas até a Estação de Jaguary; deste



Acionistas da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro

Imigrantes na construção da Estrada de Ferro Mogiana



Seqüência de transporte de tora
Árvore cortada na Fazenda Barra para confecção de dormentes

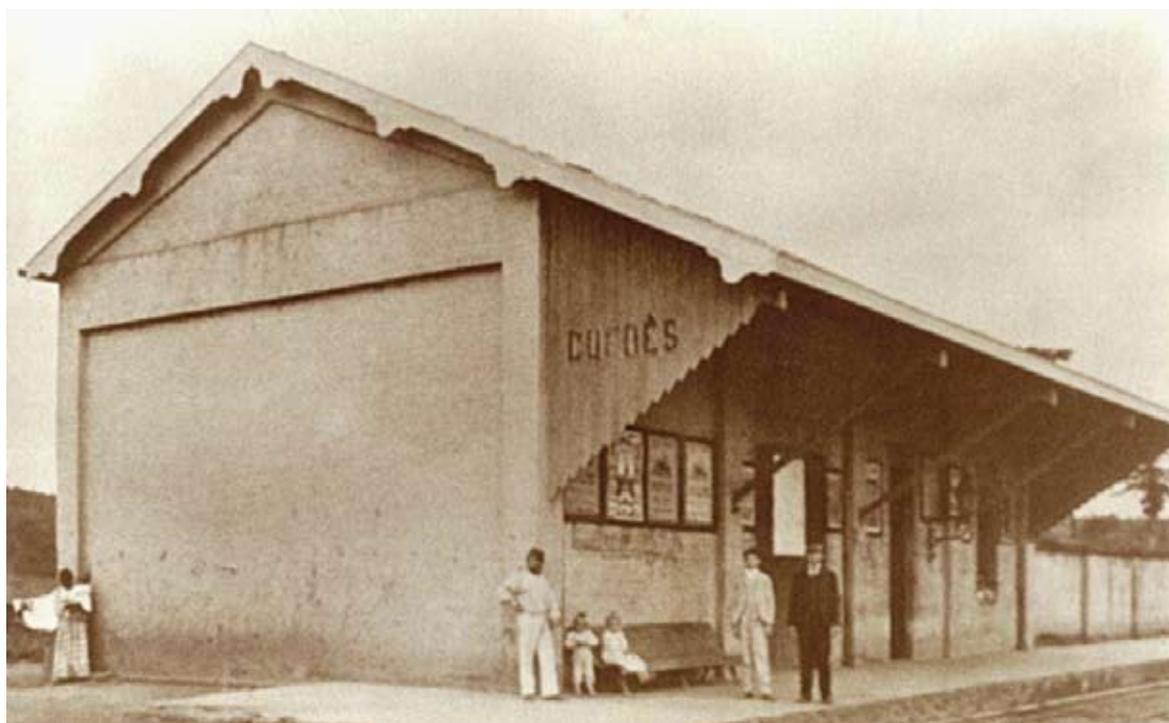
ponto, segue em direção a Mogi-Mirim, e parte outro ramal para a cidade de Amparo.

Inaugurado em 1875, o percurso é orientado pelas necessidades de escoamento das principais fazendas produtoras de café, o que resultará num traçado sinuoso e bastante irregular. Os proprietários destas fazendas, em geral acionistas da Companhia, determinam as paradas e a localização das estações.

A primeira parada na região do Jaguari acontece no interior da Fazenda Santa Úrsula, à margem direita do rio, e segue em direção à estação na qual é transportada a carga das fazendas Florianópolis, Camanducaia, Santa Júlia e outras menores. Em seguida, assume a direção da Fazenda Barra, onde outro acionista, José Alves Guedes, determina a construção da Estação de Guedes; deste ponto em diante, segue em direção a Mogi-Mirim.

Na construção das estradas, tanto os escravos livres, como a mão-de-obra imigrante são determinantes para o êxito da empreitada. Neste período de transição, escravos, homens livres e imigrantes, em levas, dividem o local de trabalho.

Nas fazendas são instalados em senzalas e, posteriormente, com a consolidação da imigração, instalados em colônias. Instaura-se, neste momento, uma arquitetura e uma divisão de trabalho desconhecidas pelos grandes proprietários.



Estação Jaguari
Estação Guedes



Família Baldassim. Imigrantes de Treviso, Veneto. Carolina Bariza; Primo; Antonio; Antonia; Joana; Ângelo; Luigia Ricardo, 1907

Nas fazendas, o trabalho do colono consiste no tratamento do cafezal, assim como no período escravocrata. No entanto, em função de algumas melhorias de ordem técnica, o trabalho exige menor esforço e o colono, numa condição distinta, realiza seu trabalho sem fiscalização intensa.

O modelo de contrato de colonato, estabelecido a partir de 1880, prevê um sistema misto de remuneração: por tarefa e por medida colhida. Um conjunto de trocas e responsabilidades permite ao imigrante, aos poucos, complementar sua renda com a venda do excedente de produtos de subsistência. Assim, o colonato caracteriza-se pela combinação de três elementos: pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimento para sustento próprio e comercialização do excedente.

Para os imigrantes recém-chegados, a expectativa do colono, muitas vezes, era frustrante. Se havia o sonho de se tornar proprietário de terras, a realidade era bastante distinta. Muitos logo percebiam que as condições de trabalho oferecidas eram piores do que as prometidas no contrato.

Após anos de trabalho, num esforço concentrado de todos os membros da família, muitos imigrantes conquistam a oportunidade de sair das fazendas e de

adquirir terras próprias; outros utilizam estes recursos para se instalar na Vila Jaguari, visando estabelecer negócio próprio ou vender seu trabalho como artesão.

Nesta medida, o café viria a provocar uma reviravolta. Repentinamente, novos serviços faziam-se necessários, fosse para atender a demandas técnicas da cafeicultura, fosse para abastecer um segmento cada vez mais exigente e enriquecido de cafeicultores.



Família Granchelli
Herminda Munaretti e Fiorindo
Granchelli, os patriarcas.
Vincenzo e Luzia de Tulio e a filha
Maria Luiza Granchelli Silva, década
de 1930
Após alguns anos no Brasil, adquiriram a
Fazenda Pompéia

Nota

¹ Daunt. Ricardo Gumbenton. *Reminiscências do distrito de Campinas em bairros, freguesias e vilas*. 1879. in Revista do Instituto Histórico de São Paulo, nº. XI, p. 337.

² Pestana. Paulo Rangel. A expansão da lavoura cafeeira em São Paulo. *Revista do Brasil*, ano 1, nº 2, fev., 1916, p. 110.

³ Zaluar. Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. São Paulo, Martins, 1976, p. 148.

⁴ Arquivo TJC, Processo 6861, 3º Ofício, cx.. 373. Inventário Úrsula Franco de Andrade e Antonio Correa Barbosa. 1856. Campinas, Centro de Memória, Unicamp.

⁵ *Revista Le Brésil*, nº especial. s/ data

⁶ Navarro, Lauro. *Gazeta Regional*. Jaguariúna, 12 de setembro de 1991, p. 20.

⁷ Pupo, Celso M. de M. *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a moradia, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 178.

⁸ Livro de Sesmaria, de no. 30, ordem C00371, fls. 173 e 174. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁹ Manuscritos de Lauro Navarro. Setembro, 1992

¹⁰ Taunay, Afonso de Escragnole. Pequena história do café. in: Araújo, Emanuel. *O café*. São Paulo, Pinacoteca do Estado, 2000, p. 40.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Contrato de arrendamento. Livro de notas n. 3, fls. 5 e 5 verso. 1907. Cartório Almeida. Jaguariúna.

¹³ Entrevista com Márcia e Moacir Malachias, realizada por Suzana Barretto Ribeiro em agosto de 2008.

¹⁴ Ribeiro, Suzana Barretto. *Na Linha da Preservação: o leite férreo Campinas – Jaguariúna*. Campinas, Direção Cultura, 2007.

A “Estação Jaguary”: a formação do núcleo urbano

Em torno da “Estação Jaguary”, inaugurada em 1875, surge um pequeno povoamento com características semi-urbanas; a sede e casa de funcionários pertencem à Companhia Mogiana, porém instalados em área da Fazenda Florianópolis, de propriedade do coronel Amâncio Bueno.

A implantação em local estratégico irá permitir não só a saída do ramal para a cidade de Amparo, como previsto no estatuto da Companhia, mas também o embarque e desembarque de mercadorias, pois está próxima à tulha onde é armazenado o café produzido na propriedade de Amâncio Bueno e de outras fazendas que utilizam a “Estação Jaguary” para escoamento da produção.

Pouco se sabe a respeito deste período; somente raras publicações na imprensa local e depoimentos de antigos moradores contribuem para recuperação de alguns aspectos. No que se refere à Estação propriamente dita, sabemos que era bastante despojada, com espaço físico destinado exclusivamente ao armazenamento de sacas de café; no entanto, poucos anos depois da inauguração haviam sido instalados um restaurante e uma barbearia. Nas imediações, em direção ao rio Jaguari, existiam apenas algumas construções para abrigar funcionários da Companhia e outras, conforme informações de moradores antigos da cidade, mais rústicas, pertencentes à ex-escravos e imigrantes que começavam a vida fora das fazendas. Nas estradas e ruas de terra, um contingente de homens livres, vendedores,



De frente a locomotiva, à direita o Sr. Lucilo Poltronieri e com o pé no limpa-trilho o Sr. Abílio Fernandes. Ao lado da segunda locomotiva, em pé, de paletó branco e calça preta, o Sr. Moisés Turato., 1892

EM JAGUARY
MELHORAMENTOS NA ESTAÇÃO
A directoria da Companhia Mogyana resolveu proceder a uma radical transformação na estação de Jaguary, donde parte o ramal de Amparo.

O actual embarcadouro daquelle proxima localidade era já por demais acanhado, o que dificultava muito a formação e as manobras, quando succedia vi-rem trens dos ramaes de Amparo, Serra Negra e Soccorro em correspondencia com os trens da linha tronco.

Por outro lado, em tempo de colheitas, conhecida a intensidade da cultura do café em Jaguary, onde estão localizadas excellentes fazendas ficavam os armazens bloqueados pela avalanche das saccas de café, com sacrificio das propriedades agricolas que não podiam dar vasão ao seu producto.

Agora vai ser tudo sanado. A Mogyana edificará sua estação no lado opposto ao actual, aproveitando todo o espaço disponivel juncto da barroca da estrada.

A parte em que actualmente se encontra a estação ficará, por essa forma, desimpedida, aproveitando-se a recta que vai da ponte do Jaguary em diante para assentar os trilhos onde ficará a linha principal.

Esta noticia deve trazer grande contentamento a todos os lavradores que possuem propriedades na futura villa e suas vizinhanças.

A Comarca. 25 de julho de 1920.

Anúncio divulgado no Anuario de 1918

Anúncio anexado ao inventário de Amâncio Bueno, 1914

Restaurant da Estação de Jaguary
===== PONTO DE ALMOÇO =====
Os proprietarios d'este estabelecimento dispondão de um pessoal habilitado, com toda promptidão attende aos Srs. Passageiros. Cozinha de primeira ordem, comidas quentes e frias a toda hora. Serviço com todo asseio. Tem tambem completo sortimento de bebidas nacionaes e estrangeiras, especiaes cigarros, charutos etc.
♦ ♦ ♦ RECEBE-SE PENSIONISTAS ♦ ♦ ♦
J. NAVARRO & C.

Casa Fundada em 1897
Armazem de Seccos e Molhades
Especialidade em funo em corda
PREÇOS MODICOS
Fortunato Chiavegato & Irmão
Deposito de Assucar, Sal, Kerozene, Aguardente, Bebidas Nacionaes e Estrangeiras, Fazendas, Roupas Feitas, Armarinho, Chapéos, Calçados, Louças, Ferragens, Arreios, Arame Farpado, Formicida Pestana, Deposito de Cal, Cimento, Materiaes Para Pintores, Armas e munições
Cartões postaes de todas as qualidades
:: JAGUARY ::
TELEPHONE N 14

tropeiros, entre outros, num trânsito constante em busca de atividades.

A distância entre os núcleos de povoamento, no caso Campinas, gera a necessidade da instalação de uma vila para batizar os filhos e enterrar seus mortos nos moldes da igreja católica. Para iniciar o processo, algumas exigências deveriam ser cumpridas, tais como a existência de um número de fiéis dispostos a arcar com as despesas para construção da Igreja e de uma casa paroquial. No caso dos moradores instalados em residências próximas à “Estação Jaguary” ou em fazendas localizadas nas imediações, não havia condições financeiras para arcar com tais despesas, exceto se a iniciativa fosse de um fazendeiro. Neste contexto, os officios religiosos eram realizados na capela do distante povoado de Tanquinho, onde tanto o pequeno templo religioso como o cemitério estavam sob jurisdição da Matriz do Carmo de Campinas.

O deslocamento do povoado da Estação para a “Villa Bueno”

A implantação de um novo núcleo urbano, afastado do vilarejo criado espontaneamente em torno da “Estação Jaguar” está ligada ao empreendimento liderado pelo coronel Amâncio Bueno, em terras de sua propriedade, mais precisamente o desmembramento da Fazenda Florianópolis. Consideramos aqui ao menos três razões que teriam influenciado o fazendeiro nesta determinação.

Primeiro, a situação econômica que se descortina no final do século XIX, ou seja, de um lado, o volume extraordinário da produção de café, porém sem colocação no mercado externo; de outro, o não menos surpreendente número de imigrantes que chegam à região a procura de oportunidades. Por último, devemos considerar o passado urbano do mentor da “Villa Bueno” – desde sua vivência na cidade de Campinas até os anos em que estudou em Paris – como pressupostos para a criação de um “lugar” onde pudesse exercer sua vocação urbana e política.

Ainda no que se refere às conseqüências do período de retração da agricultura naquele final de século, é importante considerar o redimensionamento das propriedades produtoras de café: múltiplas falências são registradas, grandes plantações são praticamente eliminadas e custos elevados e preços cadentes resultam no abandono e na desvalorização das propriedades rurais, bem como na movimentação de trabalhadores em direção à região urbana.

A análise de dados referentes à transação de terras no período é bastante esclarecedora da situação: segundo registros do Cartório de Imóveis de Mogi-Mirim, em 1888, José Alves Guedes vende 280 alqueires de terras da Fazenda Barra, com 8 mil pés de café e, na primeira década do século XX, nove lotes menores; já Amâncio Bueno vende dez lotes pertencentes à Fazenda Florianópolis, porém considerados como área urbana. Tais dados apontam para a dificuldade financeira pela qual passavam os cafeicultores.



Retrato Guilherme Giesbrecht na mesa de desenho



Planta da "Villa Bueno"
Inventário Amâncio Bueno, 1914



Diante do contexto que se apresenta, o projeto do novo núcleo, deslocado do povoado, criado espontaneamente em torno da “Estação Jaguary”, considera o momento econômico e aponta, de modo visionário, para uma possibilidade de investimento baseada na especulação imobiliária; esta alternativa para a produção agrícola permitiria o afastamento de uma crise financeira. Por outro lado, a população, em número crescente, carece de toda e qualquer infraestrutura básica. Assim, o plano de Amâncio Bueno vislumbra um destino diferenciado para as terras de sua propriedade, bem como para a comunidade.

Neste sentido, para desenvolver e colocar em planta o projeto da “Villa Bueno”, em 1894 é contratado o engenheiro alemão Wilhelm Giesbrecht (conhecido por Guilherme). O engenheiro veio para o Brasil para trabalhar na implantação de ferrovias, entre elas a “Companhia Mogyana de Estradas de Ferro”; segundo relato elaborado no final da vida, na época em que foi convidado para desenvolver o plano, Guilherme estava nas imediações de Jaguari, com projeto de locação da via de mão-dupla entre Ressaca e Casa Branca.¹

No mesmo ano em que foi formalizado o convite, o engenheiro apresenta uma planta fundamentada na configuração racional e geométrica, fixada numa grade linear precisa, de acordo com o modelo utilizado pela



A Comarca, 13 de abril de 1902

A Comarca, 1904

grande maioria das cidades paulistas. Num esforço para articular o projeto com a topografia do terreno, o eixo urbano é deslocado da área da estação ferroviária para um novo local, onde tudo deveria ser construído. A começar pelo marco simbólico – A Igreja de Santa Maria –, outras 11 edificações particulares são projetadas pelo engenheiro.

Na área destinada ao empreendimento são implantadas trinta e nove quadras, todas numeradas e com metragem previamente definida. No ponto central, para o qual está previsto a construção da Igreja, o local foi minuciosamente escolhido, levando em consideração o crescimento urbano e a proteção em relação a possíveis inundações. Na região envoltória, estava definido o traçado e a locação de quinze ruas e três praças: a Dona Umbelina Bueno, em torno da Igreja, a Carlos Gomes e a Berlim; esta última, em terreno próximo ao rio e com possibilidade de freqüentes inundações. No projeto estão indicadas as primeiras onze casas residenciais construídas “para particulares”, e não se sabe ao certo se o primeiro proprietário foi o empreendedor Amâncio Bueno.

A planta foi elaborada já com identificação das ruas; neste caso, o proprietário opta por vincular os nomes dos primeiros arruamentos aos de sua família e de pessoas próximas.

Em paralelo ao empreendimento, criam-se condições de infra-estrutura básica que permitiram transformar o projeto em realidade. Neste sentido, é introduzida em área próxima ao rio Jaguari, pouco abaixo das benfeitorias de café da Fazenda Florianópolis, uma olaria para fabricação de tijolos e, possivelmente, de telhas a ser utilizadas nas primeiras construções. Ainda com o mesmo fim, instala-se também uma serraria.

A julgar pelas evidências, a construção da Igreja Santa Maria, financiada por Amâncio Bueno, tem início em 1889 e é a primeira edificação existente na “Villa Bueno”. Aos poucos, além das onze residências, outras edificações e estabelecimentos comerciais são construídos.

A criação do “distrito de Jaguary” e as primeiras obras públicas

A compreensão do mundo do café durante a República Velha requer a análise do papel das elites dirigentes locais, ou seja, dos representantes da grande lavoura, que buscavam controlar o poder em suas comunidades, constituindo grupos políticos rivais, que disputavam a máquina administrativa e o reconhecimento da população.

Na região do Jaguari, oficialmente vinculada a comarca de Mogi-Mirim, a disputa é liderada pelos coronéis Amâncio Bueno e José Alves Guedes. O primeiro, republicano convicto e vinculado a políticos de Campinas, entre eles o próprio presidente Campos Salles, cujo laço é de parentesco próximo; o segundo, monarquista também convicto, ligado a políticos de Mogi-Mirim e da capital da província de São Paulo que, após o advento da República, filia-se ao Partido Conservador. Efetivamente, ambos promovem melhorias urbanas.

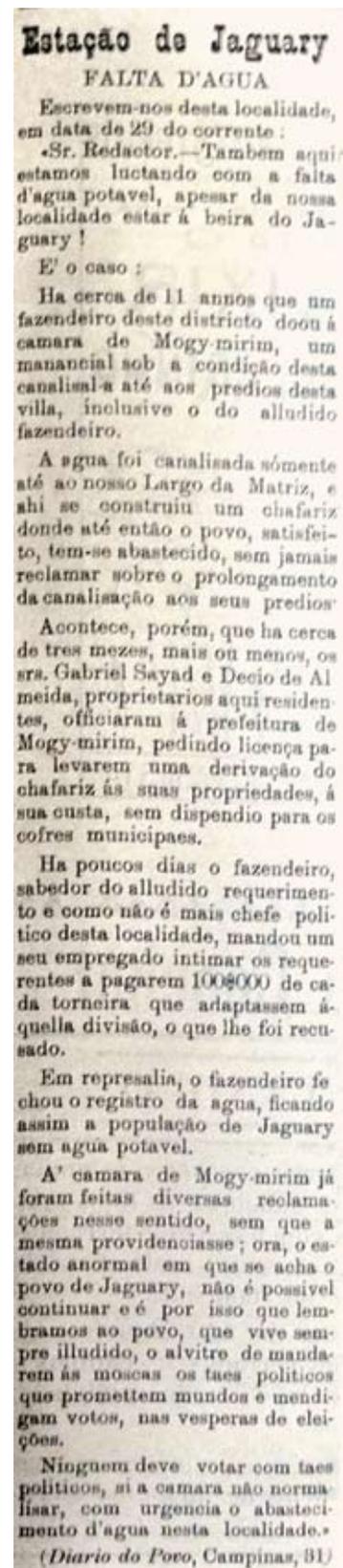
Após a implantação do novo núcleo da pretensa “Villa Bueno”, Amâncio Bueno vê suas ambições políticas distanciarem-se à medida que novos grupos de poder são criados, principalmente aqueles constituídos por imigrantes recém-chegados à vila e próximos ao coronel José Alves Guedes.

No final do século XIX, a criação do distrito de Jaguari é reivindicada em documento encaminhado à Câmara dos Deputados. Em meio a essa disputa de coronéis, em 1896, a vila é elevada a condição de “distrito de paz de Jaguary” e continua vinculada à Comarca de Mogi-Mirim, pela Lei nº 433 de 5 de agosto de 1896. Sua aprovação pelo Congresso Legislativo estadual evidencia a existência de uma vida política local, especialmente ao considerar-se que, no distrito cabe ao juiz de paz organizar as eleições, providenciar a apuração, etc. Seis anos após a criação do distrito, Amâncio Bueno solicita a transferência para a comarca de Campinas e tem seu pedido negado.

O crescimento econômico do distrito possibilita um maior investimento público e privado em infra-estrutura. No entanto, as benfeitorias básicas só seriam iniciadas na década seguinte, e somente o núcleo central foi beneficiado com a rede de água, iluminação a gás e o calçamento de duas ruas.

O primeiro sistema de abastecimento de água tem início em 1902. No entanto, ficou restrito à Praça da Igreja de Santa Maria, onde foi instalado um único chafariz para receber a água canalizada; deste ponto em diante, caberia à população cuidar do próprio abastecimento. Em relato feito em diversas notas publicadas no jornal “A Comarca”, o correspondente faz menção às dificuldades para obtenção de água em função de problema com desvio da canalização.

O primeiro sistema de abastecimento faz parte do empreendimento de Amâncio Bueno; o projeto é viabilizado com a canalização de uma nascente localizada na Fazenda Florianópolis.



A Comarca, 3 de abril de 1913



O século XX assistiu diversas iniciativas para solucionar a questão do abastecimento de água no perímetro urbano, problema que será efetivamente solucionado somente no final da década de 1950.

O chafariz existente na Praça da Matriz é bastante semelhante, senão igual ao de Amparo. Nas diversas reformas realizadas na praça, o chafariz foi transferido do local original e teve parte de sua estrutura mutilada; atualmente, sem torneira, a peça de ferro fundido está incrustada no ponto de táxi da mesma praça e sem referência ao seu significado para a memória da cidade.

No período em que o chafariz foi instalado, as epidemias de febre amarela que haviam assolado Campinas em fins do século XIX ainda preocupavam a classe dirigente e moradores das cidades vizinhas. Sob a regulamentação dos códigos de posturas de Mogi-Mirim, as ações limitavam-se a “proibir moradores de deixar porcos nas aguadas de servidão pública da vila e não faziam restrição no que se refere à inexistência de esgoto.”

Na entrada do século XX, a classe dirigente do distrito está filiada ao Partido Conservador; desde o juiz de paz, sr. Ulisses Masotti, os agricultores José Alves Guedes, Alberto de Moraes, Estanislau Ferreira e os comerciantes J. Navarro, Chiavegato e Milani, entre outros. Prevalece o conceito de progresso e, muitos dos equipamentos



Chafariz de Amparo, 1902
Chafariz de Jaguariúna, 2008

de infra-estrutura, fundamentais para que ocorram tais transformações são decorrentes da iniciativa privada.

Neste sentido, em 1902 são realizadas obras para construção do cemitério, calçamento de ruas e “obras de embelezamento da Praça da Matriz”; em 1906 inaugura-se a primeira linha telefônica; em 1908, a sub-delegacia; e, finalmente em 1913 chega a luz elétrica. A cada conquista, os moradores comemoram em locais públicos embalados por apresentações da corporação musical “União Jaguaryense” ou da “Banda Musical Santa Maria do Jaguary”, criada em 1906, com o apoio de José Alves Guedes.

“Jaguary entrou no rol das povoações que pretendem progredir”, escreve o correspondente do Jornal “A Comarca”, em 1911. De fato, em menos de uma década, a pequena vila tem sua fisionomia transformada: os armazéns e demais estabelecimentos comerciais, as oficinas e os prédios residenciais em construção deixam a impressão de que uma nova sociedade constituída por imigrantes italianos está em curso.

O progresso de Jaguary—Conforme já noticiamos, Jaguary entrou na sua almejada phase de progresso, quebrando assim as peias com que de ha muito se achava manietado.

Já está concluida a linda casa do sr. Manoel Dias, nas immediações da estação; estão terminandos os grandes concertos feitos nos 3 vastos predios da exma. sra. d. Linda Bueno; está sendo completamente reformado o predio do sr. Antonio da Cunha Nabão, onde será installada a padaria e fabrica de macarrão do sr. Leoni Francischini; estão quasi promptos os reparos no lindo predio ha pouco adquirido pelo sr. Antonio Gallo, onde será montada relojarias e casa de joias; já estão chegando os materiaes para os elegantes predios que o sr. Felipe Salomão vae construir no terreno que ha dias comprou em frente ao jardim; estão em andamento as obras na casa do sr. João Ferreira; terá inicio na proxima semana o importante predio que os irmãos Guaraldo vão construir junto á sua residencia; estão em andamento os augmentos e melhoramentos a que se procedem na pitoresca vivenda do sr. Francisco Corrêa Vianna; a exma. sra. d. Thereza Machado de Almeida acaba de comprar importante predio que em breve será completamente reformado; nos predios ha pouco comprados pelo sr. José Pires Junior, trabalham com afinco numerosos pedreiros e carpinteiros, na reforma de todos; estão ultimando-se os serviços de augmento a que o sr. Moysés Turato mandou proceder em sua linda residencia, em frente á igreja; vão começar os serviços no predio do sr. José Grou; a estação ferrêa local, está passando por completa reforma, que a tornará uma das primeiras estações da Mogyana; no jardim Publico continua dia a dia o seu embellezamento; as obras parochiaes estão findando... e, finalmente, Jaguary progride desasombradamente l... em construcções e reconstrucções.

JAGUARY

Para que este pedaço de terra não fique esquecido no organ do municipio, vou de vez em quando enviar para ahí algumas noticias, espalhando assim aos quatro ventos tudo o que por aqui se passar.

Ultimamente Jaguary parece que entrou tambem para o rol das povoações que pretendem progredir, assim é que diversos habitantes daqui despertaram de um longo lethargo em que se achavam e estão todos com ccragem, trabalhando para o engrandecimento da nossa terra.

—Está quasi terminada a casa mandada construir pelos irmãos Chiavegato.

A casa é muito bem dividida e a construcção toda, feita com muita solidiez.

—Vindo de Conselheiro Laurindo passou hontem por esta villa o conhecido e estimado jornalista Henrique de Barcellos.

—Está restabelecida completamente da ultima enfermidade que teve, a d. Margarida Duarte, prexada consorte do sr. Alacordaire Duarte Filho, pharmaceutico aqui residente.

Do Correspondente

Jaguary

Realisou-se ante-hontem, festivamente, em Jaguary (Villa Bueno) deste municipio, a inauguração da rede telephonica communicando aquella estação ferrea e districto com a cidade de Campinas.

O sr. Januario Elyseu Navarro conceituado negociante ali estabelecido com o restaurante da Estação teve a gentileza de nos convidar para tomar parte nas festas e nos participou. Á tarde, o facto, pelo seguinte telegramma:

Jaguary, 31:—Saudações á Comarca.

Foi hoje inaugurada a linha telephonica de Jaguary a Campinas, a primeira da Rede Telegraphica de Jaguary, que está sendo installada sob a direcção do sr. Achilles Rolim de Moura.

Contribuem para a installação os agricultores srs. cap. José Alves Guedes, Estanislau Ferreira, Alberto de Moraes, Elias de Souza e os srs. commerciantes J. Navarro, Milani Natale e outros. Congratulações.

—Nossos agradecimentos á Commissão dos festejos e parabens aos progressistas que promoveram o importante melhoramento.

A Comarca, 3 de abril de 1911

A Comarca, s/ data.

A Comarca, 19 de outubro de 1911

LUZ ELECTRICA



Inauguração da illumination electrica na villa Jaguary, deste municipio—Festejo.

JAGUARY, 6—5—1913

Deu-se aqui, no domingo ultimo, 5 do corrente, a inaguração da luz electrica, importante melhoramento anciosamente esperado pelo povo, que se entregou á justa manifestação de contentamento, pelo acto que marca um passo de progresso para a nossa villa.

A nossa villa apresentava, durante o dia e noite de 5, aspecto deslumbrante; as ruas cheias de povo, tudo denotava alegria e movimento.

A apreciada corporação «União Jaguaryense» executou bellos trechos musicaes no Largo da Matriz e dalli, incorporada ao povo, percorreu as ruas da villa, em festiva passeata.

Foram queimadas baterias e subiram ao ar milhares de rojões.

O povo, acompanhado da banda musical, dirigiu-se ao local onde se achavam os srs. tenente Antonio Pereira Goulart, honrado prefeito Municipal de Mogy-mirim; professor Joaquim Leme do Prado secretario da camara municipal de Mogy-mirim; maestro D'artagnan de Andrade; João Leite Penteado, nosso sub-prefeito; José Bernardes Pinto; Alexandre de Carvalho e outros, e alli, em nome dos presentes, falou brilhantemente o pharmaceutico sr. Abelardo Baccarat, saudando as autoridades municipaes, em nome das quaes respondeu, agradecendo, o professor Leme do Prado.

Em seguida, os manifestantes regressaram ao largo da Matriz, onde se dissolveu a reunião na melhor ordem, retirando-se todos satisfeitos pelo melhoramento notavel com que foi dotada esta villa.

(Corresp.)

A Comarca, 6 de maio de 1913

A Comarca, 7 de fevereiro de 1908

Posto Policial em Jaguary

De ordem do exmo. sr. dr. Secretario da Justiça e da Segurança Publica, acha-se aberta nesta delegacia pelo praso de 30 dias, concurrencia para o aluguel de um predio na povoação de Jaguary, afin de nelle ser installado o posto policial d'aquella sub delegacia.

As respectivas propostas, de accordo com o art. 121 das INSTRUÇÕES POLICIAES, devem conter os seguintes esclarecimentos :

- 1°. Nome e residencia do proprietario concorrente.
- 2°. Rua ou largo e numero do predio.
- 3°. Localidade.
- 4°. Praso do aluguel.
- 5°. Preço mensal.
- 6°. Por onde deve ser pago.
- 7°. Qual o destino a servir.
- 8°. Sujeitar-se a todas as condições e clausulas das INSTRUÇÕES POLICIAES.

Para maiores esclarecimentos os srs. proponentes poderão dirigir-se a esta delegacia.

E para que chegue ao conhecimento de todos mandou lavrar o presente edital, que é affixado no logar do costume e publicado na imprensa local.

Mogy-mirim, 8 de fevereiro de 1908.

O delegado de policia
1 — ACRISIO DA GAMA E SILVA

As primeiras edificações da “Villa Bueno”

A vila construída no início do século é bastante singela e, neste sentido, diferenciada daquelas cidades em que prevaleceu a opulência do capital cafeeiro e as marcas da influência francesa. A grande maioria das casas segue uma tipologia simples, com uma porta, duas janelas, sem recuo da calçada e com frontões elaborados por *capomastri*, que chegam com a imigração italiana.

Neste levantamento, entretanto, não tratamos destas edificações pelo fato de terem praticamente desaparecido; são poucos os exemplares que permaneceram ao longo do século, e a recuperação da iconografia e da história é de difícil acesso. Neste sentido, procuramos apresentar um histórico das edificações que permaneceram na paisagem. Com este objetivo, partimos do mapeamento dos onze projetos executados pelo engenheiro Giesbrecht e, sem seguida, identificamos as construções que marcaram a paisagem urbana. Para iniciar a identificação, seguimos a implantação numerada na planta (detalhe) e a menção ao endereço.

Muitos destes marcos foram demolidos ou tiveram sua fachada alterada. Para recuperar informações, são descritos aspectos da construção, dos diversos usos e identificação dos primeiros proprietários. No entanto, assim como no levantamento das fazendas, o assunto merece a realização de pesquisa rigorosa e inventário aprofundado.

Detalhe da planta com demarcação das 11 primeiras edificações





1

Casarão de Ulisses Masotti

Atual Prédio da Biblioteca Municipal Adone Bonetti

Rua Cândido Bueno, 423

Com projeto de autoria do engenheiro Guilherme Giesbrecht, foi construído na última década do século XIX, provavelmente no mesmo período da construção da Igreja de Santa Maria.

Devido a mudanças profissionais, o capitão Ulisses Masotti adquire o prédio com o objetivo de estabelecer ali dupla função; sua residência particular e, também, a sede da Casa Comercial de Bueno e Ferreira, o 1º Cartório da cidade, do qual era tabelião.

Em 17 de setembro de 1897 foi inaugurado o estabelecimento e, em março de 1898, foi realizada a primeira eleição do “distrito de paz de Jaguary”. O estabelecimento funcionou neste endereço até 1923.

Na fachada do prédio, vê-se o brasão de Ulisses Masotti; provavelmente tal adorno foi realizado por artesãos italianos que, com técnica adequada, adaptavam os brasões à frente das moradias.

No processo de divisão hereditária, o casarão permaneceu abandonado. Posteriormente, foi restaurado pela proprietária, Lúcia Maria de Moraes Ribeiro, e, na seqüência, adaptado para restaurante e local de eventos.

Em 2005, o prédio passou por reforma para instalação da Biblioteca Pública Municipal.



2

Casa reformada
Rua Cândido Bueno

Adquirida pelos comerciantes mais antigos na “Estação Jaguary”, os sócios Alberto Mestieri e Vitório Milani. Transferiu para seu genro Alberto de Almeida, que vendeu para Vitório Rizzoni.



3

Casa demolida

Atual Posto de gasolina desativado
Praça Umbelina Bueno, esquina com Rua
Cândido Bueno.

João Ferrari, imigrante de Rovigo, chega à vila na primeira década do século XX e adquire o prédio utilizado como residência familiar e estabelecimento comercial. No local é aberto um pequeno restaurante, que posteriormente é transformado em Armazém de Secos e Molhados

Pertenceu a Hugo Masotti e, na década de 1960 foi adquirido por Odone Mantovani para instalação de posto de gasolina.





4

Casa demolida
Praça Umbelina Bueno

Atual prédio comercial

Pertenceu a Generoso Castanho onde estabeleceu alfaiataria.

Na década de 1950, foi bar e residência de Maria Abib Najjar, mãe de Serafim Abib. Na esquina foi farmácia de Lázaro da Silveira Martins.

No espaço da casa, foi construído na década de 1960, por Sebastião Paes de Almeida, o prédio comercial e residencial de três pavimentos.

5

Casa demolida

Atual prédio comercial

Rua Cândido Bueno, entre a Praça Umbelina Bueno e Rua José Alves Guedes.

Pertenceu a José Pires Júnior que ali residiu com a família. Em seu lugar foi construído, na década de 1960, por Sebastião Paes de Almeida, o prédio comercial e residencial de três pavimentos.

6

Casa demolida

Esquina da Rua Cândido Bueno com Rua José Alves Guedes.

Seu primeiro proprietário foi Joaquim Pires. Na década de 1950, abrigou a primeira sede da Prefeitura Municipal.



7

Casa reformada

Atual prédio comercial

Rua Cândido Bueno, esquina com Rua Coronel Amâncio Bueno.

Pertenceu a Generoso Castanho. Na década de 1940 foi adquirida pelo imigrante libanês Calil Abib Najjar, casado com Fádua Curi Abib. Espaço destinado à residência e loja de esquina com sortimento de roupas, tecidos, perfumes, chapéus, calçados e colchões.





8

Casa Reformada

Atual Prédio comercial

Rua Coronel Amâncio Bueno esquina com
Rua Cândido Bueno.

Adquirida pelo imigrante italiano Antônio
Gallo, “Peroba”. Residência e conserto de
relógios.

9

Casa demolida

Atual prédio comercial

Rua Coronel Amâncio Bueno, s. n.

Casa adquirida por Augusto José de Almeida
e Teresa Machado de Almeida no início do
século XX.

Foi adquirida por Alexandre Marion que a
demoliu e construiu uma casa moderna.

Casarão do coronel Amâncio Bueno

Atual Pousada Villa Bueno

Rua Alfredo Engler

O projeto do casarão, também elaborado por Guilherme Giesbrecht foi construído na última década do século XIX. Foi residência do coronel Amâncio Bueno, com sua segunda esposa, Hermelinda Romanini, e seus dez filhos que, em 1905 receberam o imóvel como doação.

Na primeira década do século XX, a residência foi adaptada para receber o Colégio Rosa, um internato masculino, de credo religioso. Posteriormente, Maria Munaretti Picelli transformou o prédio em pensão. Deixou o prédio para sua filha Marica Picelli Carneiro.

Na década de 1960, parte geminada da casa foi utilizada como adega pelo Sr. Manoel Argiles. Esta parte do prédio foi demolida. Na década de 1990, a memorialista Maria Abigail Nogueira Moraes Ziggiati adquire a parte da pensão de Ermínio Chiarotti. A partir de 1993, realiza a restauração para instalação de uma pousada, restaurante, adega e espaço de eventos.





11

Casa parcialmente demolida

Pertenceu a Giacomo Ferrari e, posteriormente, a Francisco Salles Pires, Manoel Argiles e, finalmente, a Homero Silva.

A fachada seguia projeto semelhante ao da casa 10. Na reforma, o construtor espanhol mudou a fachada frontal.

Construído na seqüência da casa 10. A outra parte do prédio foi habitada por duas famílias: Carlos Bergamasco Neto e Angelo Martins. Estas duas moradias foram demolidas; no local foi construída nova edificação.

Outras edificações

Casarão Lucilo Poltronieri

Atual agência de banco

Esquina das ruas Alfredo Engler e Coronel Amâncio Bueno

O casarão assobradado foi construído pelo imigrante italiano Lucilo Poltronieri, no início do século XX. Destinado a abrigar a residência familiar na parte superior e, sua área térrea destinava-se ao comércio.

No andar térreo, um grande salão foi adaptado para instalação – no tempo do filme mudo e musicado ao vivo – do primeiro “Cine Theatro” da cidade.

Na década de 1950, o salão foi alugado para uma marcenaria. No final do século XX, os herdeiros do primeiro proprietário venderam o prédio que, atualmente, está reformado e adaptado para utilização como agência bancária.





Casarão da Família Sayad Atual estabelecimento comercial

Esquina das ruas Alfredo Engler e Coronel Amâncio Bueno

Construído no início do século XX, pelo casal de libaneses Gabriel e Sophia Sayad. Assim como o casarão em frente, o andar superior estava destinado à residência da família e o térreo ao comércio.



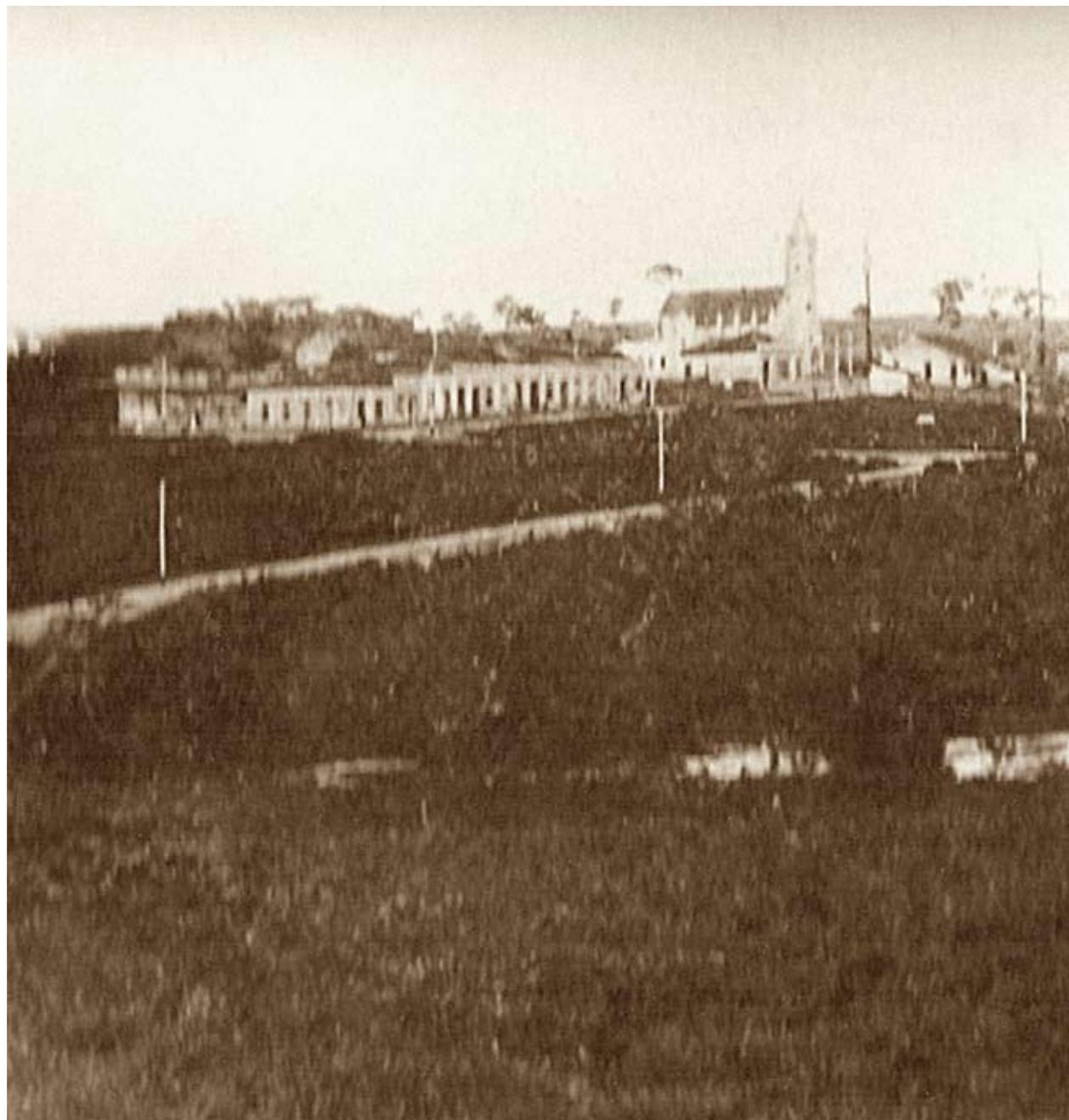
Farmácia Internacional

Rua Alfredo Engler

Proprietário Lineu Cordeiro



Vista parcial da cidade com as primeiras edificações, 1910





Notas

¹ Acervo pessoal de Ralph Giesbrecht.

Os anos 1930: O colapso da monocultura do café

A riqueza da cafeicultura possibilitou a emergência de uma classe diferenciada, mas também o desequilíbrio na distribuição de oportunidades de participação, revelando, assim, um enorme desnível social. No entanto, a crise instaurada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, abala não só a base política destes cafeicultores como também irá alterar o panorama de privilégios estabelecidos durante a vigência da Primeira República.

A superprodução que já havia ameaçado a cafeicultura no início do século volta a rondar os agricultores paulistas; a conjugação de excesso de oferta do café com a brusca retração da demanda determinou uma acentuada queda no preço, de forma que nem mesmo a política de compra e queima do café por parte do governo federal, a redução das dívidas dos fazendeiros em torno de 50 % e sua rolagem por um prazo maior foram capazes de reverter o quadro de crise instalado na economia cafeeira.





Colheita de algodão na Fazenda
Camanducaia
A Comarca
Mogy Mirim, 04 de dezembro de 1932

Em Jaguari, são muitos os cafeicultores tradicionais, que devido a falência ou descapitalização para iniciar o cultivo de outras culturas, não têm outra opção senão o endividamento, a venda ou o fracionamento de suas fazendas. Este contexto irá permitir o acesso à terra a segmentos menos capitalizados da população, em especial, os imigrantes de origem italiana.

Neste período de crise, a tradicional Fazenda Barra tem parte de sua área, em especial aquela conhecida como região do Capotuna, destinada ao pagamento do salário de colonos, e, em 1932, a área total da fazenda é vendida. As fazendas Camanducaia e Capim Fino, entretanto, são penhoradas, vão a leilão e, neste mesmo ano, têm novos proprietários.

Ao assumir a condução das fazendas, estes agricultores, com a perda da importância relativa do café no mercado internacional, procuram alternativas e acabam por introduzir a pecuária e outras culturas, como o algodão e o arroz, que já haviam sido cultivadas anteriormente.

Joaquim de Oliveira Leme,
pedindo baixa de 20.000 pés de
cafeiros na fazenda Cafesal, no
distrito de Jaguari, ficando só-
mente coletados para o próximo
ano de 1933, 80.000 pés de café ;
Ao sr. Fiscal, para informar.

Naquele momento, o programa de fomento e assistência ao algodão permitiu a disseminação e popularização de novas práticas agrícolas, tais como o uso de carpideiras de tração animal e a introdução de variedades mais produtivas.

A diversificação agrícola contou ainda com a expressiva expansão de lavouras tradicionais destinadas ao consumo doméstico, como o feijão e o milho.

Na zona urbana, assim como na rural, constata-se um quadro de estagnação ou mesmo de regressão econômica, em virtude da inexistência de qualquer base financeira mais sólida. Nesta década, poucas são as mudanças ocorridas no ambiente urbano; constatam-se, de modo geral, a estagnação de novas construções e a diminuição das perspectivas de trabalho.

MOGI-MIRIM
Cartorio 1º Ofício
SEGUNDA PRAÇA
Eu, o Dr. Lucio Clotra do Prado, Juiz de Direito desta cidade e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.
Faço saber aos que o presente edital de segunda praça virem ou dele conhecimento tiverem que, atendendo ao que me foi deprecado pelo Juizo de Direito da Quarta Vara Cível, da comarca da Capital do Estado, o porteiro deste Juizo ou quem suas vésas fiar, terá no dia 15 do corrente, ás tres horas, no Cartorio do Escrivão que este subscreeve, á rua Dr. José Alves, 74, desta cidade, a publico pregão de venda e arrematação, a quem mais dór e maior lance oferecer acima da respectiva avaliação de rs. quatrocentos e quinze contos de réis (415.000\$000), sendo rs. trescentos e setenta contos de réis (370.000\$) a do imovel propriamente dito e rs. quarenta e cinco contos de réis (45.000\$) a de sua safra de café deste anno de 1932, a fazenda de cultura de café denominada «CAMANDO-CAIA», situada no distrito de Paz e freguezia de Jaguari, deste municipio, comarca e circumscrição de Mogi-Mirim, com todas as suas terras ainda que meçam mais do que os cento e cincoenta e cinco (155) alqueires da medida antiga, dividindo e confrontando com propriedades que são ou foram de Valente & Irmão, Victorio Palanche, Fernando Nogueira Filho, José Alves Guedes, Julio Frank de Arruda e da viuva Alberto de Moraes Bueno, contendo as seguintes bemfeitorias, pertencas e accessorios, a saber: uma casa de talpa para sede; um grupo de casas de pé a pique; casa para maquinas, administração, tulinha; uma casa de tijolos para transformador; cocheira; duas casas para camaradas; terreno ladrilhado; pomar; seis grupos de casas de tijolos para colonos; cinco grupos de casas de barroto para camaradas; sete grupos de casas de talpas, para colonos; máquina para beneficiar café; uma balança; oitenta e dois mil pés de café de diferentes idades, sendo quarenta mil pés em completo abandono e o restante muito mal tratado. Tal imovel, havido conforme transcrição numero 12.480, — do Registro Geral e de Hipotecas desta comarca, — pertence a — Carmo Nicolino de Prospero e sua mulher dona Joaquina Pimenta de Prospero, e foi penhorado no executivo hipotecario que lhes move o BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

A Comarca.
Mogi Mirim, 24 de novembro de 1932



Armazém Ferrari. Giovanni e Abelle
Ferrari no armazém da família saqueado
durante a Revolução de 1932

A Revolução Constitucionalista de 1932 e a “base do Jaguary”

No pacote “distrito de Jaguary” dos anos 1930, a tumultuada agitação política atribuída às medidas adotadas pelo presidente Getúlio Vargas, como a exclusão do Partido Democrático, o início de uma campanha de mobilização da sociedade paulista e a reintegração do país em um regime constitucional, eram questões acompanhadas pela população local, porém, sem o envolvimento imediato com tais ações.

Quando, em 9 de julho de 1932, o movimento revolucionário, movido principalmente pela luta antiditatorial, ganhou as ruas da capital e do interior, teve apoio de amplos setores da sociedade paulista que, não só se mobilizaram em torno de ações pragmáticas para resolução do conflito, como intelectuais, industriais, estudantes, políticos e outros segmentos das camadas médias, assumiram a causa e, literalmente foram à luta.

Em três meses de combate intenso, forças rebeldes e legalistas estiveram frente a frente nos campos de batalha. Os paulistas foram os primeiros a tomar posição em trincheiras; uma delas, localizada na Estação de Eleutério, na divisa de Minas Gerais, estava bastante próxima de Jaguari.

Devido à posição geográfica, o distrito foi utilizado como base para concentração das tropas paulistas.

O comando desta frente altera a paisagem e a rotina da cidade. No centro, em local próximo à primeira estação ferroviária, batalhões de soldados improvisam alojamento em vagões da Companhia Mogiana, estacionados no pátio.

A posição geográfica do distrito favorecia a comunicação, de forma que desta mesma estação, o grupo manteve contato telegráfico para orientação estratégica das frentes em combate. Ainda na região central, na Rua Cândido Bueno, próximo ao pontilhão do trem, instalaram-se o alojamento para soldados, o depósito de equipamentos e o estacionamento para vinte e dois caminhões.

A posição de destaque atribuída a Jaguari provoca reação quase imediata. Soldados mineiros invadem a cidade; os *Armazéns de Seccos e molhados* de Giovanni Ferrari e de Augusto Chiavegato sofrem saques e as suas instalações e mobiliário são praticamente destruídos.

Na área rural ocorre o mesmo; a Fazenda Barra foi invadida por soldados que estiveram aquartelados durante os três meses de combate; ali, além da destruição de louças e móveis, escrevem na parede do cômodo principal: “*Fazendeiros: Minas*



Pichações na Fazenda Barra



Panfleto distribuído durante a revolução de 1932

*ainda há de abater o orgulho de São Paulo!!!
Salve o pelotão da UCA. A covardia é a base de todos o rebeldes”.*

O avião da ditadura, conhecido como “Vermelhinho”, visitava Jaguari diariamente. O primeiro bombardeio atingiu a Rua Alfredo Engler, no campo de bocha, e não deixou muitos estragos; o segundo, na Fazenda Florianópolis, cuja terra recém-arada não permitiu a explosão.¹

Diante dos acontecimentos, muitas famílias de Jaguari empreenderam uma fuga generalizada, abandonando suas residências à procura de abrigo seguro; algumas se refugiaram no bairro do Tanquinho, enquanto outras partiram para cidades mais distantes do eixo de batalha.

Em outubro de 1932 foi assinada a rendição dos soldados paulistas. Terminada a revolução, um verdadeiro caos tomou conta de todas as cidades do estado. O clima era de intranqüilidade e descontentamento. Na tentativa de minimizar o problema, Vargas emitiu dois sinais de que estava disposto a uma nova composição política com os paulistas; em agosto de 1933, nomeou interventor o paulista e civil Armando Sales de Oliveira e adotou medidas que permitiram a renegociação das dívidas dos agricultores em crise.

No governo de Armando Sales de Oliveira, as elites políticas paulistas procuraram se

reorganizar. O novo interventor teve um papel decisivo neste processo, reconstruindo o aparelho administrativo paulista, destruído após anos de instabilidade política. A revolta paulista alertou o governo de que era chegado o momento de pôr fim ao caráter revolucionário do regime. Foi o que ocorreu em maio do ano seguinte, quando finalmente, realizaram-se as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que iria preparar a Constituição de 1934.

JAGUARÍ

A PASSAGEM DO INTERVENTOR—A exemplo do que se vinha observando em todas as cidades, Jaguarí, com o civismo do seu povo e a alegria de suas crianças, emprestou, com significativo brilho, uma homenagem ao dr. Armando de Sales Oliveira, digníssimo Interventor de S. Paulo, na sua passagem, de volta de Ribeirão Preto.

Logo após a partida do comboio presidencial da estação de Ressaca, dirigiram-se os alunos do nosso grupo escolar, acompanhados pelas professoras e diretor, à estação, salientando em sua passeata pela cidade o garboso batalhão de escoteiros que, ao rufar de tambores e toque de cornetas, deu uma nota viva e entusiástica àquela manifestação.

Ali chegados, grande era já o número de pessoas que aguardavam a chegada do especial, destacando-se senhoras e senhorinhas que, carinhosamente, homenagearam d. Raquel Mesquita de Sales Oliveira e seu exmo. esposo.

ELEIÇÕES ESTADUAES — Como em todo o Estado, ainda são de «saudosa» memória as eleições que antigamente se faziam em Jaguarí, nas quaes imperavam a prepotencia e a fraude. Contrastando com aquella epoca, as do dia 14 foram realizadas num ambiente de paz e de serenidade. Presidiu-a o sr. José Pires Junior, auxiliado pelos srs. Plinio Poltronieri e Reynaldo Chiavegatto, cidadãos de actuação digna de encomios, e cuja escolha—acertadissima, só basta para attestar a lisura do pleito e o civismo do povo de Jaguarí.

22-10-934 (Do corresp.)

A Comarca, 1934
A Comarca, 24 de outubro de 1934

Notas

¹ Cf. Navarro, Lauro. A Gazeta, 1992.

Uma década de mudanças (1944-1954): o novo nome e a criação do município

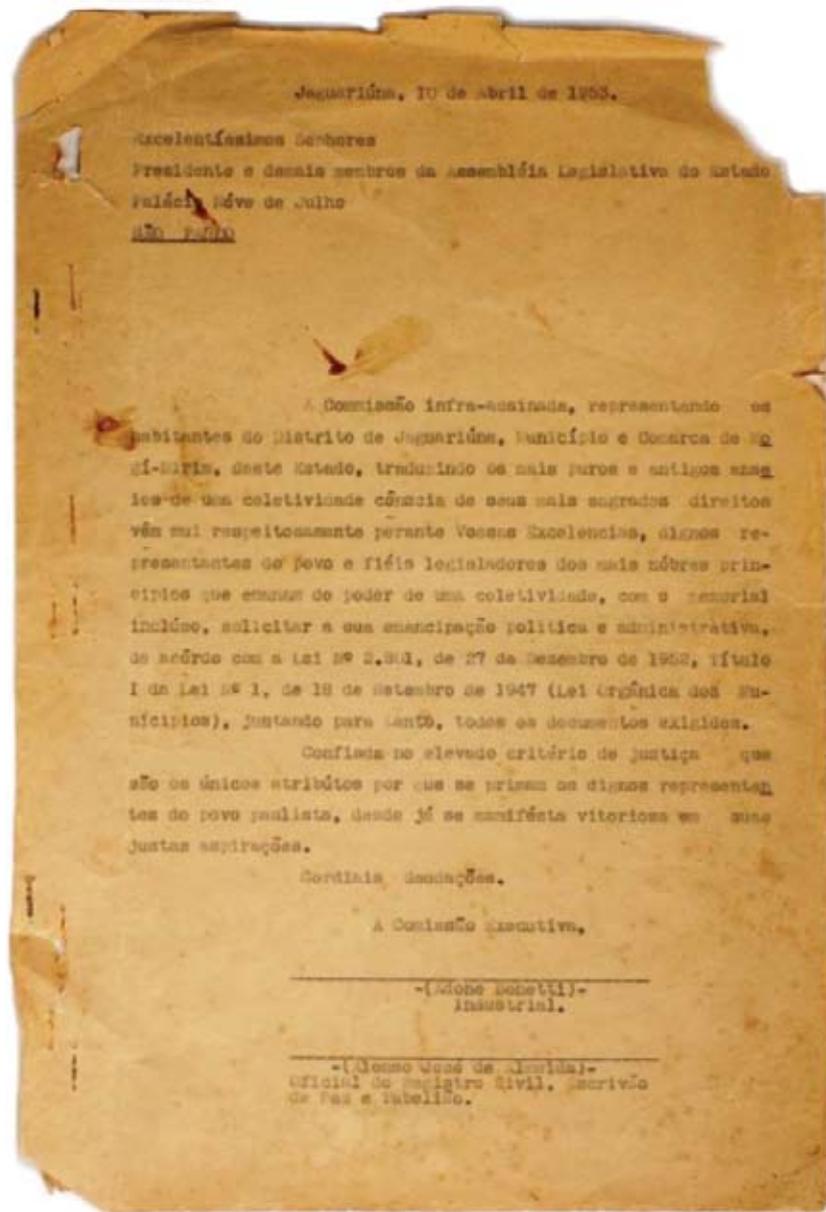
Na década de 1940, o levantamento realizado pela Secretaria do Interior, com o intuito de identificar as cidades do estado de São Paulo, constata a existência de três cidades homônimas, sendo que duas estão localizadas às margens do rio com o mesmo nome. O decreto da nova divisão administrativa, de 1944, propõe a eliminação de situações como esta.

Assim, a primeira grande mudança é o próprio nome. Jaguar, a partir de 1º de janeiro de 1944, passa a chamar-se Jaguariúna.

Explicações correntes justificam a inclusão do vocábulo *una*, de origem tupi, com o significado de preto e *jaguar*, com o significado de onça. De acordo com esta interpretação, a tradução oficial é “rio da onça-preta”. No entanto, tal adequação é discutida; enquanto biólogos alegam que nesta região teria existido a onça-preta, lingüistas apontam outra versão da tradução – “rio preto da onça” – pois, em termos comparativos, o que a cultura indígena identifica como rios escuros, são aqueles próximos às áreas de mata Atlântica. De acordo, com observações de pesquisadores, o correto seria “rio pardo das onças”.

Na dúvida, a tradução oficial permanece – “rio da onça-preta”.





Memorial e dados estatísticos de Jaguariúna, 10 de abril de 1953

A segunda grande mudança ocorre exatamente dez anos depois, em 1954, com a eleição do primeiro prefeito municipal. Porém, a mudança foi resultado de um longo processo de articulações políticas para emancipação do município.

Com este objetivo, desde meados da década de 1940, uma comissão constituída por onze moradores – Aristides Rizzoni (comerciante e contador), Darcy Machado de Souza (engenheiro agrônomo e agricultor), Reinaldo Chiavegato (comerciante e contador), Emílio Beltrame (agricultor), Alfredo Chiavegato (agente postal), Carlos Luporini (comerciante), Hugo Masotti (agricultor), Lázaro Sousa Martins (oficial de farmácia), João Ângelo (industrial e agricultor), Adone Bonetti (industrial) e Alonso José de Almeida (oficial do Registro Civil, escrivão de paz e tabelião) – estabelece metas e, em reuniões freqüentes, define plano para conquistar a autonomia do distrito.

Com um levantamento minucioso para justificar tal medida, é gerada uma farta documentação com dados sobre a capacidade de autonomia nos setores industrial, agrícola, comercial e pecuário. Em abril de 1953, a mesma comissão encaminha à Assembleia Legislativa do Estado um ofício acompanhado de memorial descritivo com a divulgação de características socioeconômicas e a exposição dos motivos que justificariam a emancipação do distrito de Jaguariúna:

JOAQUIM PIRES SOBRINHO PREFEITO ELEITO DE JAGUARIUNA

Venceu o PSP as eleições do novo município — Carlos Turato o Vice-Prefeito —
O PTN - PSD fez a maioria da Câmara

A apuração das urnas de Jaguariúna, na quinta-feira, deu à apuração na 75.ª zona uma vibração que os primeiros

dias haviam negado. Os votos que nela se continham, para a eleição municipal, demonstraram um equilíbrio, já pre-

visto nos prognósticos gerais. Nas primeiras urnas apuradas a diferença não justificava nenhum favoritismo, chegando mesmo a empatar numa delas. O Sr. Joaquim Pires Sobrinho e seu companheiro de chapa, Sr. Carlos Turato levavam pequena vantagem sobre seus opositores, Srs. Alonso José de Almeida e João Angelo. Somente nas duas últimas essa vantagem se concretizou, mas mesmo assim, por pequena diferença, chegando ao final vitorioso o candidato do PSP, Sr. Joaquim Pires Sobrinho como primeiro Prefeito de Jaguariúna, tendo na Vice-Prefeitura o Sr. Carlos Turato, com 31 votos de vantagem.

Na composição da Câmara, entretanto, o PTN-PSD ficaria majoritário. Faz o primeiro partido da coligação 2 vereadores e o segundo 2, a saber: PTN, Luiz F. Custódio, José Gotardo; P. S. Democrático, Reinaldo Chiavegato e Orlando Dal Corso. O PSP fez 4 vereadores, que são os Srs. José Carlos Vergílio e Lázaro Souza Martins — os mais votados com 106 votos — Darcy Machado de Souza e Liberal Chiuretto.

Quanto ao nono nome da Câmara, o sistema proporcional, adotado atualmente para o cálculo de composição dos legislativos, seria o do Sr. Pe-

dr. Albuquerque, eleito pelo colégio equilibrado, pois se o PSP venceu a Chefia do Executivo, a coligação PTN-PSD obteria o comando do Legislativo. Significa isso que o Prefeito eleito terá de fazer uma política de conciliação, única forma de beneficiar realmente a coletividade que vai dirigir. Aliás, não nos parece difícil essa aproximação dos partidos, pois a política local em Jaguariúna nunca foi excessivamente acirrada. A população do novo município tem direito a esperar elevação de seus homens públicos que unidos muito poderão realizar pela nova célula municipal.

Mais de seis mil votos para Dr. Paulo Teixeira Camargo



“Apresentando um índice demográfico satisfatório; renda municipal apreciável; determinismo geográfico que a separa cerca de 41 km da sede do município; possuidora de uma plêiade de cidadãos conscientes de suas responsabilidades e de um agrupamento eleitoral regular e esclarecido; gozando de uma magnífica situação geográfica, que através de ótimas estradas a põem em contacto com os maiores centros do estado de São Paulo; localizada no extremo sul do município de Mogi-Mirim, não se chocam contra estes ponderáveis determinismos sociais, geográficos, históricos, políticos e econômicos as normas da legislação vigente. [...]

[...] Dotada de ruas bem largas (16 metros), sem acentuados aclives, cortam-se em ângulos retos para formarem largas áreas quadrangulares, que dão ao conjunto um aspecto simetricamente harmonioso.

Possue a Vila cerca de 350 casas de construção sólida e em geral de linhas arquitetônicas apreciáveis, construídas, a maioria na zona central da Vila, que neste setor, conta cerca de 6.000 m² de calçamento e paralelepípedo, indo uma destas ruas ligar-se à estrada estadual Campinas - Mogi-Mirim, através de 3 km de asfalto.

Possue ainda em fase de acabamento, uma Praça de Esportes, já vedada por muro, com vestiários, bar, casa de moradia para zelador e o campo cuidadosamente gramado e rodeado de belos arvoredos.

Com as novas áreas loteadas, em terrenos circunvizinhos à atual área urbana,

A Comarca.
Mogi Mirim, 10 de outubro de 1954

Resultados das Eleições

JAGUARIÚNA

PARA PREFEITO

Joaquim Pires S.^o (eleito) 528
Alonso José de Almeida 497

PARA VICE-PREFEITO

Carlos Turato 527
João Angelo 496

PARA VEREADORES

P. S. D.

Reinaldo Chiavegatto 86
Orlando Dal Corso 38
Lauro Navarro 37
Francisco Xavier Santiago 37
Plínio Parizio 23
Milton Menna 10
Alcides Rossito 9
Camilo Poltronieri 3
Firmino Marquezine 2
Hugo Masotti 0

245

P. S. P.

José Carlos Vergílio 106
Lázaro Souza Martins 106
Darcy M. de Souza 89
Liberal Chiuretto 38
José Sayad 32
Aquiles Bodini 29

Ernesto Dalbó 25
Lindolfo Manoel Ribeiro 21
Angelo Fontanella 14
Antonio Simões 13
Moacir Malachias 11

484

P. T. N.

Luiz F. Custódio 55
José Gotardo 48
Pedro Albrucesi 39
Adélmo Carpi 35
Maximo Astini 32
Alfredo de Souza 25
Francisco Franco 19
Braz Pinto Catão 19
Fausto Simioni 13
João Gandolfi 8

293

marginando as águas do rio Jaguari, tende a Vila a estender seus limites perimetrais, além do que fôra previsto e atrair para o seio de sua coletividade novos elementos, propulsores do seu desenvolvimento social e econômico.” [...]

O memorial, elaborado em 14 páginas, prossegue com a descrição minuciosa de aspectos relacionados à lavoura, pecuária, comércio, indústria e uma análise sobre a capacidade de fornecimento de energia elétrica. A grande questão levantada por estas lideranças locais não é explicitamente mencionada no documento, mas está relacionada aos entraves e limitações econômicas que a dependência política impõe ao distrito.

Após oito meses de tramitação na Assembléia Legislativa, em 30 de dezembro de 1953, o projeto de criação do município de Jaguariúna é aprovado mediante a Lei nº 2.456.

Entre a assinatura confirmando a emancipação e a criação de uma administração de fato, passaram-se apenas 10 meses. Assim, após as eleições de outubro de 1954, o jornal A Comarca divulga o resultado da primeira eleição municipal: “Joaquim Pires Sobrinho prefeito eleito de Jaguariúna”.

A apuração revelou como resultado uma votação bastante equilibrada. De um total de 1.025 votos, o candidato pelo partido PSP, Joaquim Pires Sobrinho, e seu vice,

Carlos Turato, elegeram-se com uma vantagem de apenas 31 votos.

Para composição da primeira Câmara Municipal, foram eleitos 11 vereadores. A coligação PTN-PSD foi majoritária, o que representou, neste primeiro mandato, a necessidade de uma política de conciliação para administrar a cidade.



Comissão de emancipação
Diplomação dos candidatos em Mogi-
Mirim



Obra de calçamento da Praça Umbelina
Bueno

A autonomia político-financeira e o reflexo nas melhorias urbanas

Das 350 casas mencionadas no relatório enviado à Assembléia Legislativa, em 1956, no primeiro “Livro de cadastro de imposto territorial da Prefeitura Municipal”, encontramos apenas 150 residências cadastradas. Neste levantamento, merece destaque a origem dos moradores: os sobrenomes estrangeiros, sobretudo italianos, tais como Dal’ Bó, Colombine, Alface, Panini, Maion, Matiuso, Ferrari, Abib, Gandolfi e outros, sobressaem-se em relação aos sete proprietários descendentes da família Bueno.

Diante das inúmeras providências, como organizar a estrutura física e funcional – do prédio aos primeiros funcionários, serviços e recursos –, muitas das iniciativas desta primeira gestão restringiram-se à continuidade de projetos que tiveram início no período em que a cidade ainda pertencia à comarca de Mogi-Mirim.

Assim, já estavam em curso a construção das primeiras calçadas e sarjetas nas ruas paralelas à Praça da Matriz, que começam fazer diferença na paisagem, bem como a remodelação da mesma Praça.

A primeira estação ferroviária, que, desde 1945, com o projeto de retificação do trecho

Carlos Gomes – Guedes foi desativada e uma nova, foi construída em proporções bem maiores, com recepção no bloco central e dois grandes armazéns nas laterais.

A nova Estação, construída numa distância de aproximadamente 700 metros no sentido noroeste da cidade, já recebeu o nome de Jaguariúna.

Nesta transição, fica claro o crescimento da cidade em direção à região da nova estação. No bairro Berlim, surgem as primeiras residências e uma avenida ampla facilita o trânsito dos automóveis que começam a aparecer na paisagem urbana.

A bandeira do desenvolvimento nacionalista e o clima desenvolvimentista propagados pelo governo de Juscelino Kubitschek trazem reflexos para o município. O apoio crescente em relação à industrialização, com a finalidade de modernizar o Brasil, favorece a instalação de cinco estabelecimentos industriais com mais de cinco operários: a Cerâmica Santa Maria Ltda., com produção de artigos de porcelana; a Santo Antônio e São João destinadas ao processamento de frutas para produção de polpas e a Cerâmica Santa Cruz, voltada para a fabricação de tijolos e telhas. Ao contabilizar as empresas familiares, chega-se a um número aproximado de 65 operários na região.²



Estação de Jaguariúna, década de 1950



Família Granchelli na Fazenda
Pompéia, década de 1950

Pequenos produtores e a diversificação da agricultura

Mesmo com toda a aposta na industrialização, a economia do município permanece tendo como base a produção agrícola. De acordo com dados do recenseamento de 1950, a população total de Jaguariúna apresentava um total de 4.652 habitantes; deste total, 3.150 estavam estabelecidos na área rural e apenas 1.502 habitantes na zona urbana.³

Nesta década, são identificadas 253 propriedades agropecuárias, numa área de abrangência de 2.290 alqueires; das fazendas com grandes áreas, poucas permaneceram; a maioria foi desmembrada e suas terras, destinadas a pequenas propriedades com culturas diversificadas.

A cultura do café ainda lidera a economia rural, com uma produção de 11.600 arrobas/ano.⁴ O segundo produto, em volume e valores, são as frutas cítricas e outras, como uva e banana. Fatores como a facilidade de transporte e a proximidade dos principais centros consumidores influenciam na escolha do produto.

Nos pequenos estabelecimentos agrícolas, proprietários e parte de sua família trabalham nas próprias terras.

Algumas áreas pequenas têm também a produção voltada para pecuária de corte de leite, granja e lavoura mista.

No campo pecuário, o município conta ainda com diversas fazendas de criação de gado reprodutor selecionado e três haras, onde se criam e reproduzem cavalos puro-sangue.



Notas

¹ Sayad, José. *Memorial e dados estatísticos de Jaguariúna*. Dat., 10 de abril de 1953. Coleção Sérgio Kaysel Machado de Souza.

² Ferreira, Jurandy Pires. *Enciclopédia dos municípios Brasileiros*, IBGE, 1957.

³ Idem

⁴ Ibidem

A cidade nos anos 1960

Novos ritmos: entre o rural e o urbano

Em 1963, a cidade quadruplicou em relação ao ano de sua emancipação. Das 150 propriedades urbanas cadastradas na década anterior, este número salta, em cinco anos, para 633 residências.

De modo geral, tanto na zona urbana como na rural, o crescimento da população também teve um aumento em relação à década anterior. Em 1964, a população da cidade era de 3.069 habitantes, com 6.041 na área rural.¹ Ambas as regiões duplicaram em termos demográficos. No entanto, muitas das características relacionadas ao ambiente agrícola misturam-se e até mesmo são transpostas para o ambiente urbano.

A cidade, no início da década, possui 50 estabelecimentos varejistas, duas agências de banco, 107 aparelhos telefônicos, 610 ligações elétricas, uma pensão, um cinema e sete estabelecimentos industriais de pequeno porte, com mais de cinco funcionários e com isenção de impostos.²

A televisão, que, desde meados da década de 1950 esteve presente em duas ou três casas do município, ainda apresenta muitos problemas de visualização, o que não impede que, em tais casas, uma multidão de crianças acompanhe a exibição de desenhos animados e, aos finais de



Obras para canalização da água no centro de Jaguariúna



Obras para iluminação de via pública no centro de Jaguariúna

semana, o mesmo ocorra com os homens, que assistem a jogos de futebol. No decorrer dos anos 1960, a televisão passa a ser um objeto doméstico acessível a um maior número de residências; o mesmo ocorre com aquisição de geladeiras.

Enquanto a população rural usufrui esporadicamente de alguns atrativos da cidade, seus moradores ressentem-se ainda de situações herdadas no início do século, pois muitos dos problemas urbanos, não solucionados anteriormente, começam a interferir na qualidade de vida dos moradores.

Com o aumento da densidade demográfica na cidade, alguns bairros são criados e problemas relacionados ao crescimento

urbano começam a aparecer, como é o caso do bairro da Roseira, considerado relativamente populoso, com 1.000 habitantes aproximadamente e com tendência a crescer. Segundo descrição,

*“[...] Trata-se de gente da roça, humilde e pobre, cujo rendimento é quase inteiramente consumido com alimentação. Ultimamente, porém, a situação piorou, pois se encontra praticamente isolado uma vez que a única linha de ônibus que passava por lá, deixou de funcionar”.*³

Outros problemas de nível estrutural adquirem maior relevância, também, em função do aumento da população urbana. Sem dúvida, o grande desafio a ser enfrentado neste período está relacionado com as soluções para o saneamento básico.

Um conjunto de medidas adotadas pelo poder público começa a fazer diferença. Neste sentido, realiza-se um levantamento topográfico para definição das obras. A água para a cidade deverá ser aproveitada do rio Jaguari e o local para instalação da caixa de abastecimento é demarcado pelo topógrafo. As instalações ficaram em terreno localizado no alto da Serrinha.⁴

Finalmente, em 1968, obras para serviço de captação e da adutora, para o abastecimento de água da cidade, começam a ser divulgadas. Assim, diz o jornal mogiano: “[...] muito em breve, o povo

terá seu eterno sonho de possuir água encanada realizado". Para tanto, mais de 15 homens estão trabalhando na construção da estação de tratamento e abrindo valetas em locais onde deverá passar a rede. Além do centro, os bairros Santa Cruz e Dom Bosco terão o serviço de água e esgoto solucionado.⁵

A canalização da água traz também a solução para a rede de esgotos. A cidade, que contava até aquele momento com fossas sanitárias caseiras e com o despejo do esgoto no curso dos três rios que margeiam a cidade, recebe "8.000 m de tubulação, de 150 mm, de uma interceptora de 2.110 m de 200 mm, num total de 10.100 m de rede de 90 poços de visita".⁶

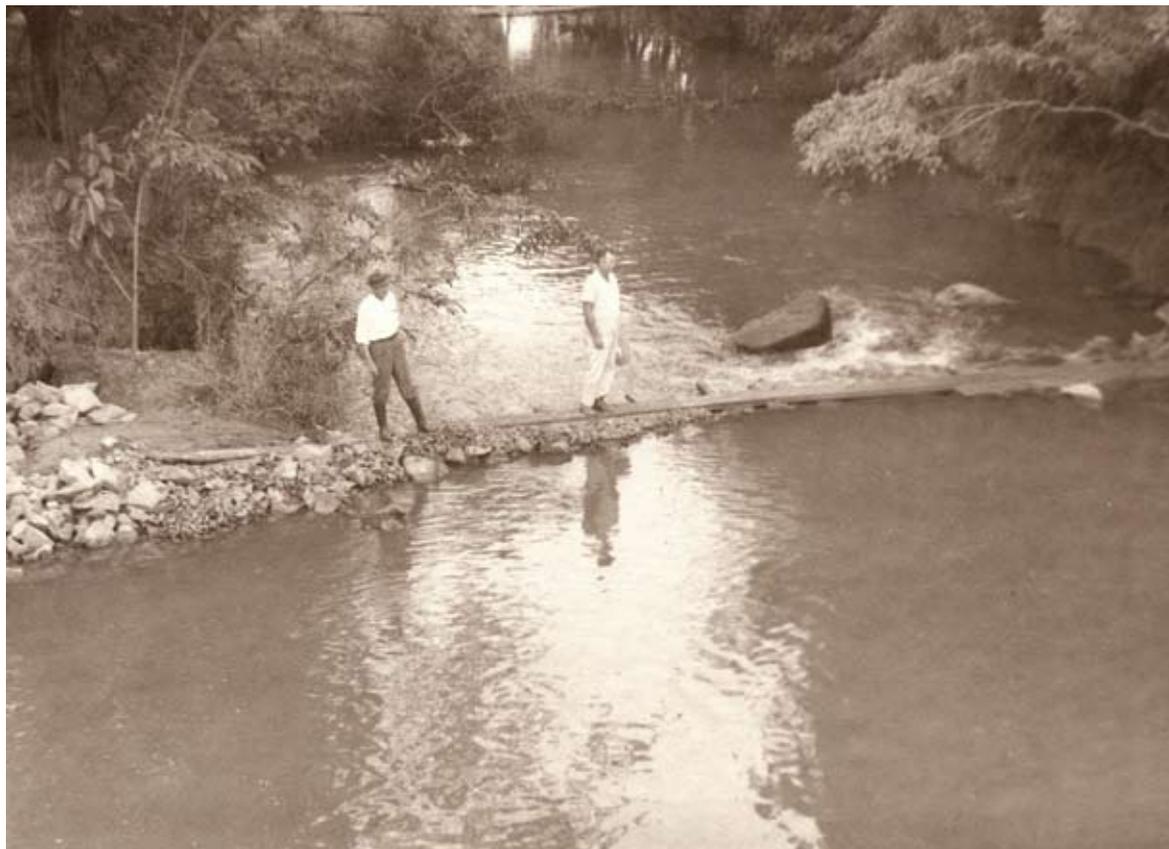
No dia 29 de junho de 1969, são testadas as instalações hidráulicas; o jornal *A Comarca* divulga a seguinte nota:

*Correrão as primeiras águas de nossa adutora, para a devida experiência do reservatório, do aparelho de flúor, do decantador e da filtragem. Após essas comprovações serão assentados os doadores de cal, sulfato de alumínio e cloro, para, em seguida, iniciar-se a distribuição para os munícipes.*⁷

Durante esta década, a economia local baseava-se, fundamentalmente, na agricultura e na pecuária. Segundo dados estatísticos, os principais produtos agrícolas foram a laranja, milho, arroz e algodão. Em 1964, foram contabilizadas 15.050 cabeças de bovinos, 4.100 de suínos, 620 de muares e 930 de eqüinos.⁸



Construção da primeira ETA de Jaguariúna. Rua Maranhão



Barragem para captação de água no rio
Jaguari
Estação de tratamento de água

As poucas fazendas de porte médio que restaram recebem assessoria técnica de agrônomos particulares; já os pequenos e médios agricultores, a partir desta década, podem utilizar os serviços prestados pela Casa da Agricultura – órgão público destinado ao apoio para o agricultor local.

Na zona rural, o fornecimento da energia elétrica é mantido pela concessionária Hidroelétrica Jaguari S/A, que serve a região urbana, a qual, neste momento, consome uma capacidade maior de energia em função de pequenas indústrias recém-instaladas e também do aumento de residências na área rural. A Câmara dos Vereadores recebe, nesta década, inúmeras reclamações de pessoas físicas e jurídicas prejudicadas pelo corte constante de abastecimento de energia, bem como das indústrias instaladas no município.⁹

Com o objetivo de alterar o perfil econômico da região, a administração pública dá início à divulgação das melhorias de infra-estrutura urbana e da concessão de benefícios para as indústrias que possam contribuir para “o progresso da cidade”.¹⁰



Prédio da Prefeitura recém construído

Notas

¹ *Jaguariúna: histórico e dados gerais*. Jaguariúna: Prefeitura Municipal, 1965, p. 2.

² Op. cit., p. 4.

³ Francisco Xavier Santiago, *A Comarca*, 28/5/69. Coleção da família.

⁴ Idem, op. cit., s.d.. Coleção da família.

⁵ Idem, op. cit., 7/7/1968. Coleção da família.

⁶ Idem, op. cit., 30/3/69. Coleção da família.

⁷ Idem, op. cit., 13/6/69. Coleção da família.

⁸ Idem, op. cit., p. 5.

⁹ Idem, op. cit., 7/9/1968. Coleção da família.

¹⁰ Idem, op. cit., 19/01/1969. Coleção da família.

A cidade nos anos 1970 e 1980: o êxodo rural e as transformações urbanas

As tentativas de modernização – entendidas aqui como adoção de técnicas mais eficientes de produção, com ênfase na industrialização e no crescimento urbano, aceleraram-se a partir desta década. A imprensa divulga:

Novas indústrias de grande porte poderão agora instalar-se em Jaguariúna, cujo potencial energético foi aumentado para 33 mil volts. O melhoramento decorre da construção de nova rede de energia elétrica entre esse município e o de Pedreira. [...] Além de eletricidade suficiente, dispõe de água em abundância, proveniente dos rios Atibaia, Camanducaia e Jaguari.¹

No início da década de 1970, a redução da produção agrícola e o êxodo rural começam a alterar a fisionomia da região. Com aumento da população urbana, a cidade investe, de forma geral, na melhoria das condições básicas e de infra-estrutura.

O sistema de fornecimento de energia aprimora-se. A concessionária de serviços elétricos locais, Hidroelétrica Jaguaré S/A, inicia a construção de uma subestação rebaixadora local, com capacidade de 34,5 Kv para redes de alta tensão de 11,4 Kv. A mudança permitirá, em curto prazo, sanar as deficiências de voltagem, ciclagem e também eliminará as constantes interrupções nos fornecimentos industrial e residencial. Com a conclusão da obra, a maioria dos bairros passa a receber iluminação pública, além de contar com um excedente de energia capaz de acenar





com vantagens para a instalação de futuras indústrias de grande porte.²

A mudança na paisagem urbana é visível também em função da pavimentação das ruas, ou seja, no asfaltamento das ruas centrais e na padronização das calçadas decoradas com estrelas, em alusão ao cognome da cidade, “Estrela da Mogiana”. O jornal *A Comarca* divulga efusivamente a iniciativa:

Seguindo o slogan altamente significante, ‘Março é tempo de construir’, Jaguariúna inaugura aproximadamente 30.000m² de ruas pavimentadas, dando um grande impulso para o seu desenvolvimento.³



No que se refere às adequações desta nova população ao viver urbano, uma ação comandada pelo médico do centro de saúde e pelo fiscal sanitário, dá seqüência a uma rigorosa fiscalização; bares, casas de gêneros alimentícios e residências foram visitados e, à medida que se identificavam irregularidades, aplicavam-se multas e estabeleciam-se prazos para adequação à legislação sanitária. A observação do correspondente é esclarecedora da situação dos moradores que ainda não haviam se adequadado às regras da cidade:

Medida da mais acertada, pois não é cabível que tenham animais presos em quintais, onde o mau cheiro se faz sentir de longe; precisa compreender o nosso povo que Jaguariúna é uma cidade e não fazenda de criação.⁴

Obras de asfaltamento da via pública
Obras de iluminação pública

A destruição do pontilhão da Mogiana e a abertura da avenida

Em 1978, a FEPASA fez a terceira retificação no traçado férreo da região; com a alteração, parte de Guedes uma nova linha para Paulínia, mais precisamente para a Refinaria de Petróleo, e, em seguida, surge a possibilidade de conexão com as empresas Sorocabana e Paulista.

Nesta mudança, a Estação, que já era pouco utilizada para depósito de cargas, foi transferida para local distante do centro, e seu prédio foi parcialmente fechado; um pequeno espaço foi destinado à Creche Municipal; outro, à Biblioteca Pública; e uma sala e o pátio externo foram cedidos para a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, a fim de abrigar os primeiros encontros dos associados, a manutenção e a reforma das locomotivas que iriam realizar o percurso da Maria-Fumaça.

Neste momento, o pontilhão da Rua Cândido Bueno, construído em local crucial, com fluência do trânsito, deixa de ter a função a que se destinava. Diante de tal fato, a administração municipal solicita seu alargamento; como justificativa, é mencionada a necessidade da ampliação das laterais que deveriam passar de 5,5 m para 7 m e, na altura, de 3,45 m para 5 m, pois as



Fases do pontilhão da Mogiana

medidas originais, além de contrariar as normas de trânsito, constituíam um entrave para o trânsito de veículos, em especial para os caminhões carregados de mercadorias, que deveriam utilizar esta rota para o escoamento da produção.⁵

Em função da resposta negativa da FEPASA, em 1983, a Prefeitura de Jaguariúna, sob pena de impor um irrecuperável atraso frente às necessidades de adequação ao processo de desenvolvimento urbano, adotou um plano para revitalização da cidade, orientado pela implantação da nova circulação viária. Ao balancear os benefícios sociais decorrentes de uma intervenção urbana, decidiu pela implosão dos pontilhões de acesso à Estação. A mudança permitiu a abertura da avenida, a fluência do trânsito viário local, o acesso de turistas ao Circuito das Águas e o fluxo de caminhões para transporte de cargas.⁶

A extinção da cultura do café e o crescimento da indústria

No decorrer destas duas décadas, ocorre a redução gradativa da produção agrícola; as quedas mais acentuadas foram sentidas na produção do café e do algodão, sendo a primeira cultura praticamente erradicada do cenário rural. A produção da laranja, da cana-de-açúcar e do milho decaí gradativamente e é mantida em pequena escala. Os números da pecuária continuaram praticamente os mesmos, apenas com um aumento na população de equinos, que, em cerca de cinco anos, passou de 930 para 1.300, dado que vem confirmar o crescimento dos haras da região.

Aos poucos, a agricultura restringe-se diante do desenvolvimento industrial no município.

Em paralelo, as iniciativas públicas do município, neste mesmo período, acentuam-se: Jaguariúna é incorporada à FUNDERC – Fundação para o Desenvolvimento da Região de Campinas, um consórcio de 27 municípios, com o objetivo de planejar o desenvolvimento regional. A equipe técnica responsável pelo estudo de viabilização do projeto e elaboração de “diagnóstico” de cada um dos municípios integrantes do consórcio pertence ao Escritório Municipal de Planejamento de Campinas. Em 1971, elabora-se um “Relatório completo sobre a localização de um distrito industrial para Jaguariúna”, no qual são analisados os seguintes fatores: topografia; acesso rodoviário; distância da sede do município; direção dos ventos; custo do terreno e infra-estrutura existente. Em seguida, ele é apresentado à Câmara de Jaguariúna.

O conjunto de ações consorciadas provoca, já nesta década, um pequeno aumento no número de estabelecimentos industriais, ainda com forte tendência ao ramo alimentício. No início da década de 1970, o número aumentou de sete para onze estabelecimentos industriais de pequeno e médio portes.

Nos anos 1980, um pólo industrial mais significativo começou a mudar a vida da cidade, principalmente com a instalação de empresas de grande porte como a Companhia Antártica, a Cargill e a Johnson & Johnson. Além destas, outras indústrias menores já haviam sido instaladas na cidade: Socinol (indústria de óleo vegetal e animal), Rotita (produtos químicos para indústria açucareira e agropecuária), Indústria e Comércio de Polpas de Frutas Jaguari, Equipescas (Equipamentos para pesca), Fricapo (Frigorífico Capotuna), Cerâmica Santa Maria, Fábrica de Pisos Jaguari e Imavi (máquinas agrícolas).

Somente com a superação gradual dos múltiplos entraves relacionados a questões de infra-estrutura é que se começou esboçar uma nova realidade econômica para o município, que conquista, na virada da década, uma posição privilegiada que permite vislumbrar o desenvolvimento de um pólo industrial.



Construção da Fábrica da Antartica, 1988

Notas

¹ Da sucursal, da regional e dos correspondentes de *O Estado*, 24/3/1971.

² Francisco Xavier Santiago, *A Comarca*, 14/6/1972. Coleção da família.

³ Idem, op. cit., 31/3/1971. Coleção da família.

⁴ Idem, op. cit., s.d. Coleção da família.

⁵ Idem, op. cit., 15/7/1972. Coleção da família.

⁶ Suzana Barretto Ribeiro, *Na linha da preservação: o leito férreo Campinas – Jaguariúna*. Campinas: Direção Cultura, 2007.

A cidade nos anos 1990: industrialização, migração e geração de emprego

Nesta década, a cidade passa por uma profunda transformação econômica e social, o que ocorre, em grande medida, em função dos investimentos envolvendo empresas de alta tecnologia, atraídas pela localização, infra-estrutura urbana e política fiscal.

Em 1996, a população total do município é de 25.349 habitantes, distribuída da seguinte maneira: 21.160 habitantes na área urbana e apenas 4.189 na zona rural.¹ Dois fatores são determinantes para o aumento da população urbana: paralelamente ao esvaziamento do campo, ocorre o fenômeno do emprego de trabalhadores vindos de outros estados.



Este crescimento abrupto traz como consequência a necessidade de um planejamento estratégico no sentido de administrar a ação dos grandes grupos econômicos e de estabelecer regras para equilibrar o crescimento e preservar o meio ambiente.

Neste sentido, o Plano Diretor, desenvolvido em 1985 e reformulado em 1990, estabelece regras para administrar o crescimento da cidade. O empenho da administração pública é gerir a ocupação dos aproximadamente 2 mil terrenos vazios existentes no centro da cidade.²



Apresentação da Lei Orgânica do município na Câmara dos Vereadores

Segundo este conjunto de medidas, o loteamento, com 71 lotes de 1.000 m², localizado a 500 m da Rodovia SP-340, destina-se à implantação do parque industrial. No entanto, no decorrer da década, muitas indústrias instalam-se às margens da rodovia, porém fora da área do distrito industrial.

Para entender o modo como o município assimilou o processo de industrialização, é importante examinar o movimento migratório e a maneira como este contingente populacional insere-se na malha urbana.

A análise demográfica do período demonstra um intenso movimento migratório proveniente de estados do Nordeste, principalmente do Maranhão, e, em menor escala, do Paraná e de Minas Gerais. Esta migração chega, em grande parte, estimulada pela oferta de empregos e pelo alto nível da qualidade dos serviços públicos municipais, especialmente a saúde e a educação.

Considerando tais mudanças, há uma grande demanda por políticas habitacionais destinadas à construção de novas moradias. Neste contexto, no final desta década e na década seguinte viabilizam-se seis núcleos habitacionais, totalizando 1.266 moradias, distribuídas da seguinte forma:

Vila Guilherme Giesbrecht

118 moradias



São José

322 moradias





Vila Miguel Martini

127 moradias



Jardim Pinheiros

117 moradias



Vila 12 de setembro – COHAB II Etapa – Bandeirante

297 moradias





**Vila 12 de Setembro
I Etapa**

117 residências

Como pré-requisito para participar dos programas de habitação, estabelece-se que o beneficiário resida no município há pelo menos dez anos. Esta condição reflete uma das preocupações do poder público local, ou seja, a manutenção da qualidade da estrutura urbana que a cidade possui, especialmente em termos de funcionalidade e infraestrutura dos serviços, evitando assim um crescimento desordenado.

Formação de mão-de-obra especializada



A demanda por mão-de-obra qualificada nas empresas de tecnologia de ponta acaba por excluir aqueles que não tiveram formação adequada, pois estas exigem, no mínimo, o ensino médio completo. Por mais paradoxal que possa parecer, a demanda das empresas não é suprida, pois não se assimila, no quadro de funcionários, a população local. Como consequência, o índice de desemprego aumenta significativamente.

Para solucionar o problema de baixa escolaridade e de falta de capacitação profissional, adota-se uma série de iniciativas. De um lado, muitas empresas investem em programas de qualificação para seus funcionários; de outro, parte do próprio poder público que toma a iniciativa da instalação de um Centro de Educação Profissional, com capacidade para atender 700 alunos.

Assim, a cidade chega à virada do século empenhada em manter o equilíbrio entre o crescimento urbano e a qualidade de vida, ou seja, voltada a equacionar a relação entre o processo de crescimento urbano e industrial e a migração interna, sobretudo no que se refere à preservação ambiental, uso adequado dos recursos financeiros e naturais e manutenção do nível de escolaridade e saúde em relação à demanda.

Notas

¹ Dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

² *Diário do Povo*, 12/9/1991. Edição comemorativa do aniversário de Jaguariúna.

A cidade no século XXI: urbanismo, cultura e turismo como modelo de desenvolvimento

Na entrada do século XXI, o grande empenho dos gestores municipais objetiva combinar desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Neste sentido, trabalha-se com a perspectiva de um planejamento estratégico para capacitar o município a se inserir na sociedade do conhecimento e adotar medidas de responsabilidade socioambiental.

Deste modo, o processo de industrialização, que muitas vezes vem acompanhado da desordem na paisagem, não é sentido em Jaguariúna como impacto negativo. O município chega ao século XXI com quase 40 mil habitantes. No entanto, as mudanças decorrentes do aumento da densidade demográfica são administradas a partir de um projeto próprio, que tem como espinha dorsal a construção de modelos capazes de estabelecer uma base diferenciada para constituição do território, sem exclusões e sem o crescimento urbano desordenado.

Entre as medidas adotadas para corroborar com tais questões, podem-se destacar o empenho em evitar a operação de indústrias poluidoras, a política habitacional, a municipalização e melhoria da qualidade do ensino a partir de programas de capacitação.



O retorno da Maria Fumaça à Jaguariúna. Pontilhão de acesso à cidade recém-construído



Centro cultural, antiga estação ferroviária. Prédio reformado para receber turistas em viagens realizadas na Maria Fumaça

Assim, o planejamento político-estratégico do município de Jaguariúna define como meta o crescimento econômico aliado à qualidade de vida. Neste sentido, mediante o equacionamento das questões referentes à infra-estrutura básica, às discussões sobre o meio ambiente, à necessidade do desenvolvimento sustentável e às iniciativas de caráter turístico e cultural começam a florescer. O processo é lento, mas algumas medidas centradas na busca de alternativas para a conservação e recuperação do meio ambiente e da história são adotadas.

Os resultados já obtidos permitem abrir novos horizontes e vislumbrar uma política de desenvolvimento turístico e uma sociedade dotada de meios para ampliação do conhecimento.

A intervenção urbanística combinada com a criação de uma nova centralidade foi promovida pelo retorno da Maria Fumaça e teve como meta, num primeiro momento, a proposição de um pólo turístico, considerando que, com o projeto da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, aproximadamente 1.500 turistas visitam a cidade aos finais de semana.¹ Com este projeto concretizado, o desafio seguinte foi equipar a cidade com uma série de projetos que pudessem criar a complexidade e estrutura adequadas. Neste sentido, a Antiga Estação Ferroviária foi readequada

e lhe foi atribuído novo destino: tornou-se um Centro Cultural com espaço para informações turísticas. A Fazenda Barra foi adquirida para implantação de projeto educativo; inauguraram-se o Teatro Municipal Dona Zenaide e a Casa da Memória Padre Gomes, criando-se assim um complexo de lazer, tecnologia, turismo e cultura.

A criação do Consórcio do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia – CT², em 2006, constituído pela associação de 12 municípios da região metropolitana de Campinas, tem como principal objetivo fomentar o turismo de negócios nos municípios que o integram, dando ênfase aos atrativos da ciência e tecnologia, sem deixar de lado as atrações históricas, rurais e culturais. A perspectiva é resgatar aspectos capazes de valorizar culturas e localidades por vezes esquecidas e que vislumbrariam, na atividade turística, a possibilidade de divulgação e uso econômico e social dos espaços que lhes correspondam.

Ainda com este objetivo, de criação de um pólo turístico, o Conselho Agrícola Municipal cadastrou os poucos agricultores das pequenas e médias propriedades rurais, com o objetivo de oferecer assistência técnica integral para melhoria da pecuária leiteira, cursos de formação de mão-de-obra rural e, principalmente, de produção artesanal de alimentos que possam ser



Teatro Dona Zenaide, antigo cinema reformado. Inaugurado em 2008.



Casa da Memória Padre Gomes
Inaugurada em 2008, com o objetivo
de recuperar aspectos da história do
município

comercializados na Feira do Artesão. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, neste sentido, tem como objetivo apoiar e incentivar o pequeno produtor rural.

Atualmente, dos 12.065 hectares totais de área rural do município, um terço está ocupado pelas culturas de cana-de-açúcar, citros e milho. Mais da metade da zona rural é constituída de pastagens, que cobrem 6.043 hectares. Culturas tradicionais como o abacate, o algodão, o arroz, o café e feijão desapareceram. Além disso, há um baixo índice de proprietários que ainda residem na área rural.

Por outro lado, o PIB atual atinge um patamar acima de R\$ 3 bilhões e é majoritariamente industrial. Este setor responde por dois terços do total do PIB e por quase metade da mão-de-obra ocupada. Estes indicadores apontam para expressiva mudança econômica do município.

Na gestão das finanças públicas merecem destaque o planejamento e a execução do orçamento municipal, apoiados numa filosofia que privilegia os investimentos no município sem apelar para o endividamento. Nesta direção, a cidade foi administrada com a divisão das receitas em três ordens de gastos, rigorosamente respeitada. Estes são divididos em três grupos: funcionalismo público; manutenção dos equipamentos públicos; investimentos no município. A cada um, destina-se um terço da receita.



Feira realizada aos finais de semana no Centro Cultural

Notas

¹ Dados fornecidos pela ABPF.

A educação

A análise do processo educacional em Jaguariúna, desde as primeiras iniciativas empreendidas por particulares, no início do século XX, permite compreender as transformações e a conexão do tipo de ensino e objetivos que determinaram padrões de educação.

Alguns fatores são fundamentais para compreensão destes processos. Assim, adotamos como metodologia a recuperação dos recursos didáticos adotados e dos espaços utilizados em diferentes períodos, pois consideramos que as escolhas não se desvinculam do contexto político e cultural, isto é, são representativas de universos culturais específicos.

A constituição destes modelos pedagógicos, muitas vezes, não parte exclusivamente de interesses preestabelecidos, mas incorporam as concepções e os sistemas de valores de seu tempo. De fato, atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante na engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo.



Desfile de escoteiros das Escolas Reunidas de Jaguary na Rua Alfredo Engler. Década de 1920

—Na ultima segunda-feira effectuaram-se os exames dos alumnos do collegio particular, dirigido pelo sr. Alexandre B. de Carvalho, apresentando os alumnos muito aproveitamento.

O acto foi solenne e festivo, sendo celebrado no vasto e elegante edificio de sobrado dos srs. Lucillo Poltronieri & Irmãos.

Findo o trabalho dos exames, o sr. Luiz Barreto pronunciou bella oração allusiva ao acto, terminando por saudar ao dedicado professor e aos paes dos meninos.

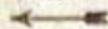
Seguiram-se-lhe com a palavra os srs. Ulysses Mazotti, que saudou ao sr. Alexandre; este agradeceu e saudou o sr. Lucillo Poltronieri; este agradeceu e saudou a todos os presentes; professor Alexandre dirigiu palavras de cumprimentos a Justino Alvarenga, director da escola municipal.

A festa foi encerrada pelo sr. Januario Navarro, que fallou brindando ao professor Alexandre e ao bello sexo.

A' noite realisou-se animado baile, que terminou ás 3 horas da madrugada.

Felicitemos ao sr. Lucillo Poltronieri, iniciador desta escola, e que não tem poupado esforços para o progresso da mesma.

JAGUARY



13—10—1911

Curso nocturno.—Ha 9 annos, mais ou menos, que funciona nesta villa, um curso primario nocturno, sob a regencia do sr. Caetano S. Ramos, com regular frequencia.

Ha grande contentamento pelos habitantes e, aquelle provector educador, mostra-se completamente satisfeito com os seus discipulos, que ha pouco tempo que os lecciona, apresentam-se em optimos adiantamentos.

Que continue com os seus ensinios e que permaneça aqui por longos annos, é o que almejamos.

A Comarca, 1902

A Comarca, 15 de outubro de 1910

Diante de tais questões, consideradas essenciais e até mesmo determinantes no processo de formação de identidades, interessa neste capítulo recuperar, na medida do possível, visto que este não se trata de um trabalho acadêmico, aspectos conceituais da educação no curso da história de Jaguariúna.

Assim, nesta pequena história da educação, o objetivo é a compreensão dos diferentes processos e das relações que se estabeleceram entre grupos, nos diferentes tempos e espaços, de modo que possam refletir uma efetiva dimensão da contemporaneidade.

Nesta perspectiva, apresentamos as várias iniciativas, desde a educação informal, respeitando a seqüência cronológica dos acontecimentos.

A primeira instituição escolar estabelecida na Vila Jaguari foi o Colégio Rosa, porém em situação circunstancial, pois este se transferiu de Campinas para esta vila, fugindo da febre amarela, ocorrida no final do século XIX. No prédio do coronel Amâncio Bueno foi instalado o Colégio Rosa, um internato religioso. Terminada a epidemia de febre amarela, o colégio retornou para o local de origem.¹

O levantamento em jornais da época permitiu aferir informações a respeito das primeiras ações voltadas para a educação no “distrito de Jaguary”. A pesquisa aponta

para a existência de iniciativas datadas do início do século XX, de ensino informal na área rural e urbana. Em 1902, encontramos dois professores no exercício de suas atividades. Em uma das notas publicadas na imprensa divulga-se a formatura em uma escola particular, criada mediante iniciativa do empreendedor Lucilo Poltronieri; a nota menciona apenas um único professor – Alexandre B. de Carvalho, apelidado de Mestrinho – como responsável pelas aulas.

Merece destaque o fato de que estas escolas funcionavam na casa dos próprios professores, ou em casas de família. O coronel Amâncio Bueno, contratou, na época, professor particular para educação de seus filhos. Normalmente, eram salas adaptadas, com cadeiras comuns ou bancos espalhados ao redor das mesas.

Outra iniciativa é mencionada em nota publicada em 1911 e faz referência à experiência de nove anos no ensino do curso primário noturno, com aulas ministradas pelo professor Caetano S. Ramos.

Na segunda década do século XX, a política educacional adequou-se ao contexto da legislação do período e às necessidades locais. Assim, em 1914, funcionava o Grupo Escolar da Vila de Jaguari e outras três instituições de ensino oficiais que não foram identificadas. Em 1919, cria-se a instituição Escolas Reunidas de Jaguary, constituída por quatro escolas estaduais: *“Por ato do secretario do interior do estado foram reunidas as escolas da Villa Jaguary que funcionará no prédio construído especialmente para esse fim iniciativa: de Francisco Fernandes Corrêa Vianna. Funcionarão em prédio recém-construído, no centro”*.

Em 1928, estão matriculados nas Escolas Reunidas 201 alunos, sendo 119 na sessão feminina e 82 na masculina, distribuídos em seis classes.



Professora Nilcéia Guaraldo e Vincenzo Granchelli, que a buscava em Jaguary para lecionar na Fazenda Pompéia, década de 1930



Escolas reunidas—Continuam com brevidade os serviços da construção do lindo edificio para o futuro funcionamento das escolas reunidas, desta villa.

No dia 17 do fluente, o predio amanhecera brilhantemente embandeirado e ás 13 horas numerosos foguetes espoucavam pelo espaço, annunciando a subida da primeira telha para o ripado daquella casa de ensino.

A esse acto festivo compareceu grande numero de pessoas e em todas se notava uma grata satisfação, por verem prestes a conclusão de um tão importante melhoramento para esta localidade. As 4 escolas estaduais, proficientemente regidas pelos esforçados educadores e educadoras srs. Ottilio de Toledo, Genesio de Almeida Moura e exmas. sras. d. d. Dulce H. Leite e Ondina Scherek, alli compareceram com o seu batalhão infantil de 134 alumnos constantes da matricula em suas escolas, juntando-se a elle outras numerosas criancinhas da villa, formando assim um conjuncto simplesmente encantador, tornando-se a nota mais alegre que imaginar se podia, para um acto tão simples mas que para o povo de Jaguary representava um largo passo na senda do seu progresso e grande beneficio para todos.

Primeiro prédio das Escolas Reunidas de Jaguary

A Comarca, s/data

A Comarca, 20 de novembro de 1918

ESCOLAS—JAGUARY

Por acto de 18 do corrente do sr. dr. Oscar Rodrigues Alves, d secretario do Interior do governo de S. Paulo, foram reunidas as escolas de villa Jaguary, que funcionarão no predio recentemente construido, no centro da localidade, especialmente para o fim a que é destinado e graças á proficua dedicação do estimado chefe republicano da villa, sr. Francisco Fernandes Corrêa Viana, sempre interessado pelo progredir desse districto.

Devemos mais este notavel feito de beneficio á instrucção da infancia do municipio ao prestigioso chefe sr. cap. Francisco Ferreira Alves, operoso prefeito municipal, cujo tirocinio politico marca uma série brilhante de numerosos actos favorecedores do progresso local e, especialmente, do desenvolvimento do ensino publico, ramo ao qual elle consagra cuidado peculiar.

Com a população jaguaryense, está de parabens o distincto sr. professor Julio Pestana, conceituado inspector escolar—por ver realisada mais uma das suas grandes aspirações, a reunião das escolas de Jaguary, como reuniu as da villa da Posse e pretendia dar o mesmo passo em relação ao districto de Arthur Nogueira, antes da sua mudança de zona, e pelo que havemos tambem empenhado nossos esforços, esperançados de vel-os coroados de exito em breve tempo.

Pelo seu acto de 18, o illustre sr. dr. secretario do Interior conquistou, do povo mogymiriano, ainda mais uma vez, sincera gratidão e muita estima.

Escolas rurais

No início do século, surgiram as primeiras atividades na zona rural. Identificaram-se, em 1920 a Escola Mista da Fazenda Santa Francisca do Camandocaia, sob a direção da professora Benedicta de Campos Camargo. Também uma escola rural na Fazenda Barra foi identificada.

JAGUARY

Realisaram-se no dia 9 os exames finais dos alumnos da escola municipal mixta da fazenda Santa Francisca do Camandocaia, em Jaguary, competentemente dirigida pela intelligente senhorinha Benedicta de Campos Camargo, aqui residente.

As creanças accusaram optimo aproveitamento, o que demonstra o nobilissimo esforço da professora, interessada sempre a diffundir, com largueza de vistas, o ensino rudimentar ás creanças sob sua responsabilidade escolar.

— Resultado dos exames: Approvedos — 1º anno c— Ermelinda Poretto e Antonia Astini, distincção; Avelino Poretto, João Marion, Magdalena Pereira, Maria José Marçal, plenamente. Reprovada, 1; 1º anno a— Antonio Clemente, Carmo Duarte, Elvira Similamori, Luzia Pequini, José de Campos e José Pereira, plenamente; não compareceram, 4; 2º anno — Francisco Silva, distincção com louvor; Antonio Silva, distincção; Maria Alves de Oliveira, plenamente.

A banca examinadora, composta dos ers. Lucello Poltronieri, representando o sr. Francisco F. C. Vianna; Hermínio José Masotti e Lino Avancini, consignou na acta respectiva um voto de louvor aos esforços da digna professora, pelo bom resultado desses exames.

Terminados os trabalhos respectivos, realison-se interessante festa literaria, cujo programma é o seguinte:

- 1, Hymno á escola, coro pelas alumnos;
- 2, Velhaquete, dialogo, Antonia de Souza e João Marion;
- 3, Um modelo, poesia, Antonio Silva;
- 4, Ninho, Maria Alves e Francisco Silva;
- 5, 24 de Junho, poesia, José de Campos;
- 6, De sombrinhas, Antonia de Souza;
- 7, Mentiras, dialogo, Maria Alves e Ermelinda Poretto;
- 8, A polidez, Antonia Astini;
- 9, Cri-cri, Maria José Marçal;
- 10, Ferias, Francisco Silva;
- 11, O sertanejo, Magdalena Pereira;
- 12, O Carnaval, Avelino Poretto;
- 13, Sonhos, João Marion;
- 14, A boneca, Antonia Astini;
- 15, Auri-verde, coro pelas alumnas;
- 16, Hymno Nacional.

Os componentes da banca examinadora e as numerosas pessoas que assistiram aos exames, ficaram bem impressionados com o adiantamento intellectual dos alumnos.

— Agradecendo á senhorinha Benedicta Camargo o convite para assistencia a essa festa, apresentamos-lhe as nossas felicitações.

A Comarca, 18 de dezembro de 1921

A instrução ministrada no distrito até este período resume-se à primária, oferecida por três grupos escolares, assim distribuídos:

Grupo Escolar de Jaguary



Criado em março de 1932. Em 1944, recebe o nome de Grupo Escolar Cel. Amâncio Bueno.

Na sede, o Grupo Escolar Cel. Amâncio Bueno, com corpo docente de dez professores e um diretor, e aproximadamente 400 alunos.

Em 6 de outubro de 1946 é inaugurado o novo prédio na Rua Cel. Amâncio Bueno, com a direção de Prof. Oscar de Almeida.

Grupo Escolar de Guedes

O grupo escolar localizado no bairro de Guedes foi resultado da anexação das quatro escolas: duas mistas da Estação de Guedes, três mistas de Guedes e duas mistas do bairro do Mirante. Nesta época, contava com 138 alunos.

Localizado em terreno doado pela família Machado de Souza, foi construído prédio funcional e amplo, com 600 m² de área, contendo seis salas de aula e demais dependências administrativas, além de grande galpão.

Grupo Escolar de Holambra

Situava-se na área da Cooperativa Agropecuária Holambra e mantinha cursos diurnos e noturno. Atendia a 145 alunos.

Uma escola particular com 42 alunos, dirigida pelas Irmãs do Santo Sepulcro, mais três escolas na zona rural, mantidas pelo governo estadual, completavam o ciclo da instrução primária no distrito.

Criado o Grupo Escolar da Estação de Guedes

Por decreto de 18 do corrente, foi criado um Grupo Escolar, de 2.º estágio, na Estação de Guedes, com a anexação das seguintes escolas:

1.a e 2.a mistas da Estação de Guedes, 3.a mista de Guedes e da 2.a mista do Bairro do Mirante, tôdas de 2.º estágio e no mesmo município, regidas, respectivamente, pelas professoras primárias, DD. Lélia dos Santos Leitão, Maria Aparecida Assumpção Leite, Maria Aparecida Lacerda Arranha e Maria José Galvão Brunialti.

Ensino

Dia 1.º abriram-se as matrículas nos Estabelecimentos de Ensino do município — G. E. “Cel. Amâncio Bueno” e G. E. da Estação de Guedes. Grande tem sido a procura de vagas. A matrícula no G. E. “Cel. Amâncio Bueno” já atinge a 420 e no G. E. da Estação de Guedes estão matriculadas 161 crianças. Em ambos os Estabelecimentos se faz sentir a falta de material escolar para melhor acomodar seus alunos. O G. E. “Cel. Amâncio Bueno” luta com grandes dificuldades com a falta de água, mas graças a eficiente e esforçada direção do Prof. Francisco Rodrigues o Estabelecimento vem funcionando com regularidade.

A Comarca, 21 de setembro de 1952

A Comarca, s/data



Em 1971 foi inaugurada a Escola Estadual de Jaguariúna, o primeiro ginásio da cidade. Em 1978 a escola recebeu o nome de Prof. Celso Henrique Tozzi.

A partir de 1980, foram criadas outras escolas

E.E.P.G.A. do Bairro Dom Bosco

Atual Escola Estadual Prof^ª Júlia Calhau Rodrigues (5^a a 8^a séries e ensino médio)

E.E. P.G.A. da Fazenda Santa Catarina – Bairro Roseira de Cima

Atual Escola Municipal Prefeito Adone Bonetti (1^a a 8^a séries)

E.E.P.G.A. do Bairro Roseira

E.E.P.G.A. Escola Municipal Dr. Franklin de Toledo Piza Filho, Roseira de Baixo (1^a a 8^a séries)

E.E.P.G.R. do Bairro Tanquinho Velho

Atual Escola Municipal Prof^ª Oscarlina Pires Turato (1^a a 8^a séries)

E.E.P.G. do Núcleo Residencial Dr. João Aldo Nassif

Atual Escola Municipal Prefeito Joaquim Pires Sobrinho (1^a a 8^a séries)

E.E.P.G. do Bairro Nova Jaguariúna

Atual Escola Municipal Prof^ª Maria Tereza Piva (1^a a 8^a séries)

E.E.P.G. do Bairro São José

Atual Escola Municipal Prof^ª Sada Salomão Hossri (1^a a 8^a séries)

A antiga escola da Estação de Guedes

Atual Escola Municipal Prefeito Francisco Xavier Santiago (1^a a 8^a séries)

Antiga Escola Isolada da Fazenda Ipiranga, transferida para o Jardim Mauá I

Atual Escola Estadual Prof^ª Anna Calvo de Godoy (5^a a 8^a séries e ensino médio)



Ao lado, seqüência do desfile de 7 de setembro dos alunos das Escolas Reunidas de Jaguary. Década de 1940
Inauguração do E.E.P.G.A. do Bairro Dom Bosco. Década de 1970



Em 2002, foi assinado convênio entre a Prefeitura Municipal de Jaguariúna e a Secretaria de Estado da Educação, para a municipalização do ensino. Após 2004, permaneceram em mãos do estado apenas as escolas Prof. Celso Henrique Tozzi, Prof^a Júlia Calhau Rodrigues e Prof^a Anna Calvo de Godoy, de 2º grau (ensino médio).

A partir deste momento, todas as escolas municipais passaram por reformas e ampliações.

A Secretaria de Educação dedicou atenção especial ao aspecto pedagógico, oferecendo capacitações. Foi oferecida também capacitação para supervisão escolar, direção, coordenação pedagógica e professores.

Aos alunos portadores de necessidades especiais, com dificuldades e distúrbios de aprendizagem, foi dedicada atenção especial. Para tanto, foi criado o Programa de Apoio Suplementar (PAS). As classes especiais receberam cuidados médicos com neurologista infantil, psiquiatra infantil, psicólogos e demais especialistas.

Escolas atuais

Escola Adone Bonetti

Rua Gallo, 80.

Criada pelo Decreto nº 220.349 de 1983.
Lei 8.100 de 1992.

300 alunos



Escola Municipal Dr. Franklin de Toledo Piza Filho

Rod. João Beira, SP 95, Km 73,5, no Bairro Roseira.

Criada pelo Decreto nº 23.246 de 1982.

471 alunos





Escola Municipal Prefeito Francisco Xavier Santiago

Rua Francisco Dal'Bó, s/nº, no Bairro de Guedes.

Criada pelo Decreto nº 20.349 de 8 de janeiro de 1983.

246 alunos



Sala de informática

Escola Municipal Prof^a Maria Tereza Piva

Praça Benedito Bergamasco, s/nº, no Bairro
Nova Jaguariúna.

Criada pelo Decreto-Lei nº 29.594 de 30
de janeiro de 1989. Resolução da Secretaria
Estadual de 22 de maio de 1990.

612 alunos



Biblioteca interativa



Escola Municipal Prefeito Joaquim Pires Sobrinho

Av. Antônio Pinto Catão, 1.661, no Bairro João Aldo Nassif.

Criada pelo Decreto-Lei nº 8.243 de 24 de março de 1993.

820 alunos



Escola Municipal Prof. Irineu Espedito Ferrari

Praça Basaglia, 170, na Vila 12 de Setembro.

Autorizada no *Diário Oficial* em 6 de outubro de 2007.

759 alunos





Escola Municipal Prof. Mário Bergamasco

Av. Francisco Sales Pires, s/nº, no Parque Florianópolis.

Portaria do dirigente regional de ensino da Diretoria Leste de Campinas, em 18 de outubro de 2006.

622 alunos



Escola Municipal Prof^a Oscarlina Pires Turato

Estrada Municipal do Tanquinho Velho, s/
nº, no Bairro do Tanquinho Velho.

Criada pelo Decreto nº 29.499 de 6 de
outubro de 1989.

235 alunos



Três fases de escolas
municipais no bairro do
Tanquinho



Escola Municipal Profª Sada Salomão Hossri

Rua Antônio Parisi, 300, no Bairro São José.

Criada pelo Decreto-Lei nº 33.072 de 14 de março de 1991.

461 alunos



Escola Municipal Ângelo Bizzo

Estrada Municipal de Jaguariúna, Bom Jardim, 221.

Criada pela portaria de 7 de outubro de 2005 da Diretoria Regional de Ensino de Campinas.

70 alunos





Escola Cel. Amâncio Bueno

Dec. nº 13.984, assinado pelo interventor federal, concedendo o nome de Cel. Amâncio Bueno ao Grupo Escolar de Jaguari.

Decreto de Criação nº 7400/75 - Res. SE 23 de 28 de janeiro de 1976.

647 alunos



Educação infantil

EMEI Castelinho Encantado:

- 1992 - Setembro/ Inauguração
- 2005 - Construção de 03 salas de aula e pátio coberto.
- 2006 - Pintura geral do prédio.
- 2008 - Fechamento do refeitório.

CEI Dr João Aldo Nassif:

- 1986 – Setembro/ Inauguração
- 2005/2006 - Construção de 02 salas de berçário, sala de trocas, lactário, reforma total do prédio e construção da área de recreação e quiosque;

EMEI Criança Feliz:

- 1989 - Inauguração
- 2002 - Construção do prédio escolar da Unidade Escolar.
- 2007 - Pintura geral no prédio e construção de quiosque.

CEI D.Cecília Nader Hossri:

- 1999 – Setembro/Inauguração
- 2003 - Construção de 03 salas de aula, 02 salas de berçário, sala de trocas, lactário e pátio coberto.
- 2004 - Aquisição de 02 terrenos, construção da área de recreação e quiosque.
- 2007/2008 - Reforma da cozinha e lavanderia.



EMEI e CEI Jardim Alice:

- 2003 - Setembro/ Inauguração - Construção do prédio da Unidade Escolar (06 salas de aula, 02 salas de berçário, sala de trocas, lactário, cozinha, refeitório, enfermaria, lavanderia, sala de reuniões, sala da direção, 02 banheiros infantis).
- 2006 - Construção de pátio coberto e rampa de acesso para área de recreação.

EMEI Jardim Encantado:

- 1994 - Inauguração
- 2006 - Pintura geral no prédio.
- 2008 - Fechamento do refeitório, construção de cozinha e banheiros infantis.

CEI Jardim Sônia:

- 1991 – Setembro/ Inauguração
- 2003 - Pintura geral do prédio.
- 2007 - Reforma das salas de aula, enfermaria, sala de reuniões e sala da direção.
- 2008 - Construção de 02 salas de berçário e sala de trocas.

EMEI Prof. Eraldo Moraes Penteado:

- 1998 – Fevereiro/ Inauguração
- 2003 - Reforma no alambrado.
- 2006 - Pintura geral no prédio e reforma na cozinha.

EMEI Pingo de Gente:

- 1991 – Janeiro / Inauguração
- 2002 - Construção de 01 sala de aula.
- 2003 - Construção de 01 sala de aula e pintura geral no prédio.
- 2005 - Construção de 01 sala de aula, área de recreação e quiosque.
- 2006 - Reforma na cozinha e no pátio coberto.

CEI Guedes

- 1991 – Janeiro/ Inauguração.
- 2006 - Reforma total do prédio.

EMEI Prof. Oscar de Almeida

- 1966 – Inauguração
- 2001- Construção de 01 sala de aula e sala de direção.
- 2003 - Construção de 01 sala de aula, cozinha e pátio coberto.

2005 - Reforma na área de recreação.

2006 - Pintura geral do prédio.

EMEI e CEI Profª Ana Lúcia Marion

- 2005 – Setembro/ Inauguração construção do prédio da Unidade Escolar (09 salas de aula, 02 salas de berçário, sala de trocas, lactário, cozinha, refeitório, enfermaria, lavanderia, sala de reuniões, sala da direção, 02 banheiros infantis e pátio coberto).
- 2006 - Construção de quiosque.

EMEI Tanquinho

- 1974 – Inauguração
- 2007-2008 - Construção do prédio da Unidade Escolar para atendimento do CEI (04 salas de aula, enfermaria e 02 banheiros infantis).
- 2008 – EMEI e CEI Tanquinho.

EMEI Turma do Balão Mágico

- 1998 - Inauguração
- 2002 - Construção de 02 salas de aula.

EMEI Tic Tac

- 1994 – Inauguração
- 2002 – Construção de salas

CEI Dona Ik

- 2000 – Inauguração
- 2003 – Reforma do prédio

EMEI Florinópolis

- 2007 – Início de funcionamento

Projetos especiais

Centro de Educação Ambiental Dr. Darcy Machado de Sousa – CEMA

Avenida Pacífico Moneda, 1.000.

Bairro Vargeão

O projeto destina-se aos alunos da educação infantil e ensinos fundamental e médio. Os participantes praticam atividades lúdicas e recreativas – promovem-se caminhadas, visitação à Estação de Tratamento de Esgoto e de Reciclagem de Lixo, entre outras.

O complexo está situado numa área de 192.000 m², com área destinada à Estação de Tratamento de Esgoto e Reciclagem de Lixo, trilha para caminhada, duas lagoas, viveiro de mudas e maquete de microbacias da região.

Área educativa

Constituída por um auditório com capacidade para 40 alunos, equipado com recursos audiovisuais, sala para estudo em grupo, salas destinadas à área administrativa e atividades didáticas. O espaço conhecido como Sala Verde é destinado ao estudo ambiental e funciona mediante a parceria entre a Prefeitura Municipal e a Embrapa Meio Ambiente.





Fotografia aérea do viveiro de mudas e da maquete - CEMA

Notas

¹ Tomaz de Aquino Pires, artigo publicado no jornal *A Gazeta*, 2008.

A indústria

Da produção familiar ao pólo tecnológico

Em 1902, identificamos no jornal *A Comarca* a existência do primeiro estabelecimento industrial da “Villa Jaguary”: uma fábrica de anilina. Em seqüência cronológica, a fábrica de cervejas conhecida como “Barbante” – ambas empresas de caráter familiar e com a produção distribuída apenas na região.

A ausência de infra-estrutura, em função da inexistência de uma rede de energia elétrica compatível com instalação de estabelecimento industrial, bem como da rede de água e esgoto são razões pelas quais se postergou a instalação de indústrias no distrito.

Somente nos anos 1950, com a melhoria da rede elétrica, é que chegam as primeiras fábricas; de acordo com publicação da época, o distrito possuía então as seguintes fábricas:¹

Uma de artigos de porcelana; duas de polpas de goiabas e outras frutas, uma de farinha de raspa de mandioca, duas de laticínios; uma de artigos de madeira torneada, uma de sabão; uma de vassouras; uma de material cerâmico para construção e cinco olarias.

Possui ainda as seguintes oficinas: três de carpintaria e marcenaria, três de ferreiro; uma mecânica; três máquinas para benefício de arroz; cinco máquinas de benefício de café; quatro moinhos de fubá; uma serraria; quatro sorveterias; uma padaria mecanizada e uma máquina seletora de frutas cítrica (cf. A Comarca, década de 1950).





A Comarca, 28 de março de 1971

A produção ainda era de caráter eminentemente familiar e se caracterizava também pelo aproveitamento da produção agrícola local, ou seja, com a utilização das frutas cultivadas no município.

Durante a década de 1970, a administração pública procura solucionar problemas de ordem estrutural para que o município possa ingressar numa fase compatível com alguns municípios vizinhos. *A Comarca* divulga preocupação neste sentido:

Já dissemos aqui que a industrialização da Baixa Mogiana, terá como entrada natural Jaguariúna. Ainda agora uma nova conquista fez o município, quando se construiu linha de alta tensão, de 33.000 volts, vinda de Pedreira e assegurando abastecimento farto e perfeito às indústrias que se venham ali instalar [...].

Nesta nova fase, a indústria Equipesca foi uma das pioneiras, porém com limitações em termos de crescimento, pois a energia disponível ainda não era suficiente para indústrias de médio porte.

A Equipesca começou na Rua Alfredo Engler; em seguida, foi transferida para um prédio na Rua Cel. Amâncio Bueno e, posteriormente, em 1966, para a Rua Maranhão.

No salão de 800 m², com 68 funcionárias, realiza-se todo o processo até o acabamento da rede. A empresa produz artigos de pesca, desde redes pequenas, de 5 metros, até o arrastão de 1.000 metros. A produção é distribuída nas regiões Sudeste e Norte do

Brasil e também exportada para os Estados Unidos.

Outra indústria deste período é a Cerâmica Santa Maria. Com um total de 50 empregados, a empresa tem uma produção mensal de cerca de 20 mil dúzias de peças, distribuídas em todo o estado de São Paulo, no Paraná e em Minas Gerais.²

As indústrias continuaram a se instalar em Jaguariúna ao longo da década de 1980, tendo as administrações municipais adequado a cidade no intuito de proporcionar infra-estrutura para atrair empresas de grande porte. Além deste ganho político-econômico, as empresas deveriam levar em consideração outros fatores positivos: a situação geográfica; a Rodovia SP-340, que tem ligação com as vias mais importantes do estado; a proximidade com Campinas e o acesso às universidades e centros de pesquisa, bem como ao Aeroporto Internacional de Viracopos.

Com estes atrativos aliados ao interesse político, o processo de industrialização intensifica-se. Em 1981, instalou-se na cidade a Johnson & Johnson; em 1987, a Pena Branca e, em 1989, a Companhia Antarctica. Na década de 1990, a Delphi Packard Electric Systems, Compaq, IBR, Motorola e Fresenius, Farmabase, Maxlan, grupo La Rondine, IPA, Source Eletronics, Westfalia, Milfra, Thompson, SAF Holland,



Equipisca. Década de 1960



ISKRA do Brasil, entre outras. No período de 2001 a 2008, novas empresas de médio e grande porte instalaram-se no município. Merecem destaque a Altana Pharma e a Solectron.

Atualmente, um conglomerado de aproximadamente 100 indústrias produz celulares, computadores, acessórios para indústria automobilística, produtos químicos, embalagens, plásticos, bebidas, refrigeração, laticínio etc.

A migração de indústrias da capital e do ABC para Jaguariúna tornou-se uma constante; um dos objetivos das empresas de alta tecnologia é a busca pela qualidade de vida.

A principal receita do município é o ICMS, que representa em torno de 60 % de toda a arrecadação, sendo que a receita do ICMS, em 2000, ela foi de 17,8 milhões e; a estimativa de arrecadação para 2008 é de 123,6 milhões, totalizando um crescimento de 594,4 % durante este período.³

Notas

¹ A *Comarca*, década de 1950.

² Do correspondente Francisco Xavier Santiago, 10/1/1969.

³ Secretaria de Finanças do Município de Jaguariúna.

A saúde pública

Desde o início do século, o jornal *A Comarca* traz, a cada edição, o necrológico de um curto período. Neste espaço, apresenta-se a taxa mortalidade e é bastante comum encontrar, junto ao nome do falecido, dados para identificação, tais como cor, filiação, idade, local do falecimento e, por fim, a *causa mortis*; porém, em muitos casos, encontramos a nota “sem assistência médica”.

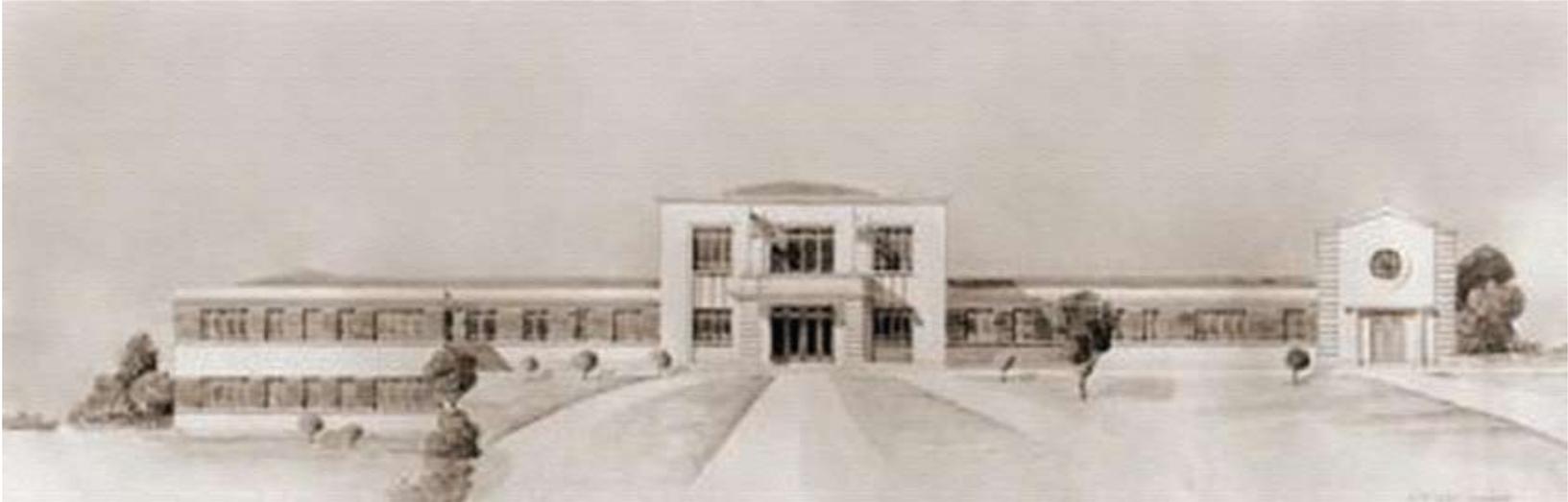
Nos primeiros anos da emancipação, em nota publicada no jornal *A Comarca*, divulga-se que o Centro de Saúde Municipal, dirigido pelo médico sanitarista dr. Frederico Pires, dará assistência médica semanal à população e também que, em Guedes, está em construção um prédio para instalação de um subposto de saúde para atendimento da população do bairro. Na mesma época, dr. Sebastião Paes de Almeida constrói e doa o prédio para a instalação do Posto de puericultura “Dona Diva Paes de Almeida”.



quinho, sem assistência médica.
 26—Maximiliano Pavani, cor branca, filho legítimo de José Pavani, com 33 annos. Fallecido na fazenda Avelino & Couto, sem assistência médica.
 27—Victalina de Tal, cor preta, filha legítima de Cesario de Tal, com 23 annos. Fallecida no sitio Ferraz, sem assistência médica.
 30—Eva de Queiroz, cor preta, filiação ignorada, com 40 annos. Falleceu na fazenda Coqueiros, sem assistência médica.

Projeto do Hospital Municipal, década de 1990

A Comarca, 1902



Centro de Saúde

Está sob a eficiente e esforcada direção do médico sanitaria Dr. Frederico Pires, que com dedicação e amor a profissão atende diuturnamente seus clientes.

Graças a uma feliz iniciativa do ilustre Deputado Nagib Chaib, a população de Guedes terá assistência médica semanalmente. O dinâmico Deputado Nagib Chaib conseguiu do Sr. Dr. Secretário da Saúde que o médico sanitaria Dr. Frederico Pires, atenda uma vez por semana a população de Guedes, na própria localidade. Aguarda-se tão somente a construção do prédio já em fase de acabamento, para que Guedes possua realmente um subposto de saúde, que grandes e valiosos benefícios trarão a população necessitada deste excelente núcleo. Os

Saúde pública e assistência social

Diante das dificuldades enfrentadas pela população, o padre Antônio Joaquim Gomes, na década de 1950, em seu projeto Obra de Assistência Nossa Senhora da Assunção, instala na casa paroquial os primeiros consultórios médicos e odontológicos da cidade.

Ainda na mesma década, adquire terreno equivalente a uma quadra, para a construção de hospital e maternidade, e encomenda o projeto do hospital; apesar do lançamento da pedra fundamental, o projeto não foi executado.

Projeto não executado para a construção do Hospital Municipal, realizado a pedido do Padre Joaquim Gomes
A Comarca, 13 de abril de 1972

Décadas de 1970 e 1980

No início da década de 1970 o atendimento à saúde já não satisfaz a demanda.

Os segurados do INPS também vivem o eterno drama de terem que se locomover a Campinas, para adquirir consulta, pois aqui não há nenhum médico que preste serviços ao referido Instituto. A população espera pela nomeação de um médico para o Centro de Saúde que está vago, como também seja credenciado um facultativo para atender os segurados do INPS.

O atendimento era realizado no atual prédio da Câmara Municipal e não havia plantões. Às 17 horas, encerrava-se o expediente.

Neste sentido, a administração mantinha convênios com os hospitais das cidades circunvizinhas e fornecia transportes e medicamentos aos moradores.

O processo de municipalização teve início em 1985, com a criação das AIS (Ações Integradas de Saúde), iniciativa do governo federal em parceria com o estadual, a fim de oferecer uma atenção básica de melhor qualidade. O transporte de pacientes também melhorou, mediante a contratação de profissionais e aquisição de ambulâncias.

As atividades de vigilância epidemiológica e sanitária começaram a ser mais intensas quando da criação do departamento específico.

O atendimento passou a vigorar em período de 24 horas e iniciaram-se o atendimento em algumas especializações, como oftalmologia,



Pronto-Socorro móvel. Década de 1970



e também as atividades do Laboratório de Análises Clínicas e Raios X.

Na década de 1990, iniciaram-se obras do Hospital Municipal Walter Ferrari. Após a inauguração, o atendimento feito no antigo posto foi transferido para lá (Pronto-Socorro, Especialidades e Atenção Básica).

A partir de 1996, descentralizou-se o atendimento em direção aos bairros e, em 1999, o Hospital Municipal Walter Ferrari inaugurou maternidade e berçário.



Atualmente, o sistema municipal de saúde é formado por serviços próprios conveniados com o SUS. A rede municipal é formada por seis unidades básicas de saúde, um posto de vigilância sanitária, uma farmácia, um posto de atendimento odontológico, dois de saúde mental, um de vigilância epidemiológica e rede conveniada.

Em 2001, foi inaugurada a Ala B e aumentou-se a oferta de atendimento especializado (após a criação da ASAMAS – Associação Social Santa Maria). Em 2003, inaugurou-se a UTI e, a partir de 2005, o hospital passou a oferecer mamografia.



Unidades básicas de saúde

Unidade básica de saúde dr. Jorge Rios Muraro – Florianópolis

Recém-inaugurado.



Unidade básica de saúde Luiz Fernandes Custódio – Vila Miguel Martini

Rua Fracheta, 140

18 profissionais de saúde





**Unidade básica de saúde Pedro
Silveira Martins – Vila 12 de
Setembro**

Rua Pinto Catão, 195, Jardim Santa Mercedes

18 profissionais de saúde



Unidade básica de saúde Central

Rua Alfredo Bueno, 1.227, Centro

21 profissionais de saúde

Meio ambiente: crescimento urbano e ecologia

A partir da percepção de alguns detalhes da memória visual da Vila Jaguari e de outras informações textuais, podemos recuperar um pouco de como esta região, descrita pelos viajantes do “Caminho dos Goyazes” como “de mata fechada”, foi aos poucos abrindo espaço para plantações de café, ampliando-se em cidade e, nas últimas décadas, atraindo a instalação de indústrias. Assim, as toras de árvores extraídas da Fazenda Barra, utilizadas na construção da ferrovia,¹ e a autorização do coronel José Alves Guedes, para o desmatamento e comércio dos locatários das terras constituem exemplos da forma de ocupação do solo naquele período.



Nesta atmosfera, que mescla passado e presente, procuramos recuperar ações relacionadas com a questão ambiental. Constatamos que, já nos anos 1920, havia em Jaguari a preocupação com o respeito à natureza; no entanto, tratava-se de algo bastante diferente do que hoje denominamos “desenvolvimento sustentável”.

A primeira manifestação neste sentido foi a Festa das Árvores, realizada em 1918 mediante a iniciativa das quatro Escolas Reunidas, com o objetivo de “instruir os alunos sobre a relação com a natureza”. O evento, realizado no salão de cinema e na praça principal, teve

Procissão de barcos de Jaguari. Abertura da Semana da Água. Década de 1990

Festa das arvores—Com a assistência de todas as autoridades locais e elevado numero de pessoas, realizou-se no dia 21 do corrente, no espaçoso salão do Cinema, achando-se alli as 4 escolas estaduais reunidas, a Festa das Arvores,—bella festa que por certo muito concorrerá para instruir essa revoada de creancinhas que a ella assistiram, pela primeira vez, em Jaguari.

O programma organizado pelos esforçados educadores e educadoras, teve brilhante desempenho por parte dos alumnos e alumnas, nas bellas poesias que recitaram com desembaraço e presença de espirito.

A's 12 horas uma bem organizada passeata civica dos alumnos, tomava a direcção do jardim publico, aonde, cantando o hymno A's Arvores, plantaram duas mudas de plantas ornamentaes, gentilmente cedidas pelo Instituto Agronomico de Campinas, entoando após o hymno Nacional e o hymno de São Paulo, disperçando em seguida; o prof. Genesio de Almeida Moura proferiu um brilhante discurso alusivo ao acto, que muito sentimos não poder publical-o na sua integra, devido á falta de espaço.

Os commentarios feitos pelas familias dos alumnos e alumnas a respeito da Festa das Arvores são os mais lisongeiros para os dignos professores e exmas. professoras, a quem felicitamos pelo amor com que se dedicam á instrucção publica nesta localidade.

—Com sua familia transferiu residencia para esta villa o sr. Francisco de Campos, proprietario da Empresa Telephonica Mogyana; sob sua gerencia serão brevemente iniciados importantes melhoramentos em todas as redes da referida Empresa.

—Continuam com muita actividade os serviços da construcção do predio para as Escolas Reunidas.

Estão concluidos os serviços de re-

em sua programação uma passeata em direção ao jardim público para o plantio de plantas ornamentais cedidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas.

Em 1990, alguns educadores preocupados com as condições do rio Jaguari, prejudicado pelo sistema Cantareira, reuniram alunos e professores para, num ato simbólico jogarem flores no rio Jaguari.

A partir desta manifestação, ocorreu a retomada de antigo movimento religioso, realizado sob a coordenação do padre Padre Simões, no ano de 1938 em que pescadores navegavam pelo rio Jaguari, numa encenação com louvores e cantos a Santa Maria.

Dona Rosa Martins Clemente, uma das organizadoras do evento, descreve a procissão:

Da chácara da familia Viana, partem os primeiros barcos enfeitados por crianças das escolas públicas. Sob a ponte, surge o barco da Virgem, com padre Manoel Simões; a linda voz de Alda Ferrari, acompanhada pelo pistão de Luís Fernandes Custódio, se faz ouvir. É a Ave Maria, que enche de ternura o momento em que a imagem do Menino Jesus é colocada nos braços de sua Divina Mãe. Na ponte, a Maria Fumaça pára. O maquinista e os passageiros querem ver a procissão.

Padre Manoel Simões fala ao povo de Jaguari sobre a importância de seu rio, onde ele se banha todas as manhãs. Sobre sua beleza e a importância de conservar suas águas sempre limpas, as matas que protegem suas margens sempre vivas.²

Em 1992 foi realizada a 1ª Semana da Água do Município. Na ocasião, escolas estaduais organizaram a exposição sobre o rio Jaguari com a Diretoria de Ensino na UNICAMP. Surgiu o Projeto Jaguari: Epopéia de um rio. Assim, educadores, pescadores, canoieiros, ecologistas reúnem-se e, sob o patrocínio da Secretaria Municipal de Educação, repetem a procissão de barcos a remo e celebram a Missa Ecológica. No entanto, com a volta das capivaras e da ameaça da febre maculosa, foi suspensa a procissão de barcos. A abertura da Semana da Água permaneceu em praça pública com celebração da Missa Ecológica, Coral Municipal e Orquestra de Violeiros de Jaguari.

Até hoje, há 14 anos os pescadores descem os três rios com suas canoas, em preparação para a Semana da Água, fazem a limpeza simbólica dos rios.

A situação ambiental no século XXI

Em estudo realizado mediante análise de imagens obtidas por satélite, é possível detectar o crescimento da área urbana nas últimas décadas, principalmente em função da instalação de empresas de grande porte; e verificar também que a área verde do município, constituída de matas nativas, atinge apenas 1,5 % do território.³

Apesar de apresentar sinais visíveis de princípio de degradação, se comparada aos demais mananciais da região, pode-se dizer que a bacia do Jaguari ainda se mantém preservada. Várias iniciativas no sentido de preservar ou ampliar as áreas de mata ciliar têm sido tomadas. Neste sentido, determinou-se a criação de uma área de proteção ambiental do rio Jaguari, que ainda não foi regulamentada. Em outubro de 1989, foi criado o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, uma associação de direito privado sem fins lucrativos, composta por municípios e empresas, que têm como objetivo a recuperação dos mananciais de sua área de abrangência. A base do trabalho da entidade está na conscientização de todos os setores da sociedade a respeito da problemática dos recursos hídricos da região, no planejamento e no fomento às ações de recuperação dos mananciais.



Procissão de barcos de Jaguari. Abertura da Semana da Água. Década de 1990



Levantamento das Praças e Parques públicos

Atualmente, existem em Jaguariúna 103 praças e parques; no entanto, selecionamos aqueles com maior índice de área verde ou de equipamentos.

Centro de Educação Ambiental – CEMA

Avenida Pacífico Moneda, 1.000. Bairro Vargeão

Inaugurado em 2004, seu objetivo principal é despertar consciência a respeito dos problemas ambientais. Os participantes praticam atividades lúdicas e recreativas – promovem-se caminhadas, visitação à Estação de Tratamento de Esgoto e de Reciclagem de Lixo, entre outras.

O complexo está situado numa área de 192.000 m², com área destinada à Estação de Tratamento de Esgoto e Reciclagem de Lixo, trilha para caminhada, duas lagoas, viveiro de mudas e maquete de microbacias da região.

Área educativa

Constituída por um auditório, sala para estudo, salas destinadas à área administrativa e atividades didáticas. O espaço conhecido como Sala Verde é destinado ao estudo



ambiental com biblioteca especializada. Funciona mediante a parceria entre a Prefeitura Municipal e a Embrapa Meio Ambiente. A Secretaria Municipal de Educação coordena essa escola ambiental, que assessora as escolas municipais no ensino da respectiva disciplina.

Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Camanducaia

Com capacidade de tratamento de em média 7.500 m³, oferece condições de tratar 100 % do esgoto doméstico produzido na cidade.

Com uma área de 4.540 m² de edificação, a estação deve ser ampliada, por intermédio de uma parceria entre a Faculdade de Jaguariúna, Embrapa e PCJ – Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, com o objetivo de criar uma estância turística.





Praça Umbelina Bueno. Década de 1940

Praça Umbelina Bueno

Localização

Marco zero da cidade

Centro comercial localizado no entorno da Matriz de Santa Maria

Área aproximada: 5.000 m²

Equipamentos existentes

Sanitário público

Lanchonete

Ponto de táxi

Terminal rodoviário urbano

Playground

Telefone público

Coreto





Praça Santa Cruz

Localização

Bairro Santa Cruz

Área aproximada: 5.000 m²

Equipamentos existentes

Telefone público

Lanchonete

Playground

Coreto



Praça Mogi-Mirim

Localização

Bairro Dom Bosco, próximo ao centro da cidade

Área aproximada: 4.000 m²

Equipamentos existentes

Quadra poliesportiva com pequena arquibancada

Sorveteria





Praça Brasília

Localização

Região central da cidade

Área aproximada: 2.000 m²

Equipamentos existentes

Playground



Praça Carlos Gomes

Localização

Jardim Paraíso, a 1.500 m do centro da cidade.

Área aproximada: 2.000 m²

Equipamentos existentes

Quadra de futsal

Praça Augusto Chiavegato

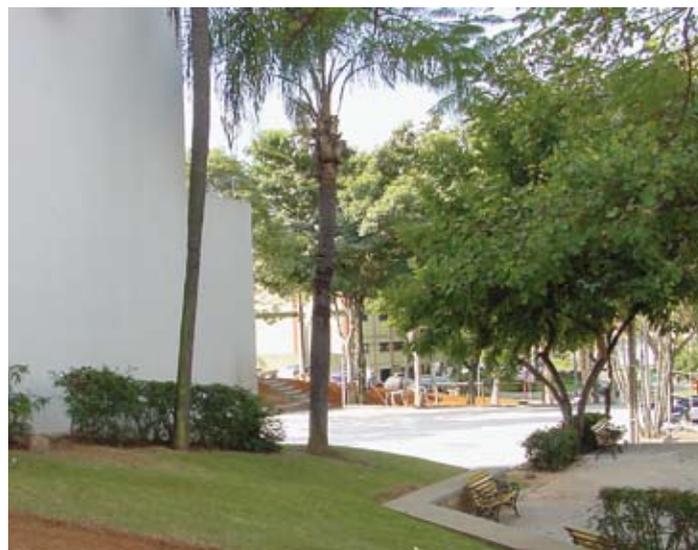
Localização

Rua José Alves Guedes, centro

Área aproximada: 2.000 m²

Equipamentos existentes

Quadra de futsal





Praça dos Imigrantes

Localização

Bairro Nova Jaguariúna. Margem esquerda do rio Jaguari, em região central da cidade. A mata ciliar foi replantada em 70 % da área.

Área aproximada: 10.000 m²

Equipamentos existentes

Lanchonete

Sanitário público

Playground



Parque do Jatobazeiro

Localização

Avenida Marginal – Centro, à margem direita do rio Jaguari, ao lado da antiga ponte da Companhia Mogiana (1875).

Área aproximada: 8.000 m²

Uma proposta foi feita para a recuperação ecológica de uma área de 9.600 m² às margens do rio Jaguari, próximo ao jatobazeiro, com um parque e uma pista de caminhada, cujo projeto coube à Embrapa. A mata ciliar foi replantada em 80 % da área.

Equipamentos existentes

Quiosque para atendimento do SOS

Cidadão

Lanchonete





Praça dos Ferroviários

Localização

Avenida Marginal, esquina com Rua Júlio Frank. Área central da cidade, ao lado de restaurantes e lanchonetes. O logradouro tem um belo obelisco que homenageia os ferroviários.

Área aproximada: 1.000 m²

Equipamentos existentes

Por situar-se na região central da cidade, a Praça dos Ferroviários encontra-se ao lado de restaurantes, lanchonetes, farmácia, telefone público, postos de serviços etc.

Praça Paschoal Abruzezi

Localização

Rua Eduardo Tozzi, Jardim do Planalto

Área aproximada: 4.500 m²

Equipamentos existentes

Playground

Telefone público

Recantos arborizados





Parque Luiz Barbosa

Localização

Rua José Alves Guedes, s/nº

Área verde preservada.

Dois lagos com grande variedade de peixes, patos e cisnes.







Parque dos Lagos

Localização

Rua Eduardo Tozzi, Jardim do Planalto

Área aproximada: 29.000 m²

Apropriado para esporte e lazer, o parque possui dois lagos, espaço coberto para apresentações culturais e piqueniques. Um túnel subterrâneo interliga o local a outra área verde, espaço já planejado para futura ampliação e represamento de nascentes.

Equipamentos existentes:

Espaço para lanchonete

Quadra poliesportiva

Canchas de bocha

Sanitários

Playground

Ciclovía

Área para caminhada

Atrativos naturais

Lagos com peixes

Trilhas

Grande área verde

Caminho da Mata

Parque José Theodoro de Lima



Parque Serra Dourada



Notas

¹ Ver fotos no capítulo 6 deste livro.

² *Gazeta Regional*, 10/9/1994, Caderno 2. Entrevista com Rosa Martins Clemente, concedida na EEPG Júlia Calhau Rodrigues.

³ Estudo elaborado pela Embrapa Meio Ambiente, Campinas.

Esporte

Na época em que o “distrito de Jaguary” era um sossegado vilarejo, porém já dotado de atividades de caráter urbano, a integração da população com o rio Jaguari era intensa; as pescarias e brincadeiras a suas margens eram freqüentes, e são muitos os relatos de adolescentes que, até a década de 1950, nadavam até a Ilha do Viana.

Outra opção para prática esportiva informal era o jogo de bocha, trazido para Jaguari pelos imigrantes. Na Rua Alfredo Engler, havia duas pistas com intensa procura.

O primeiro esporte a ser praticado com caráter oficial foi o futebol. Em 1918, já existia o “Jaguary Foot Ball Club”.

Na década de 1950, Jaguariúna conta com clube de futebol, o União Esportiva Jaguariense, com sede própria na Rua Alfredo Engler, e também com uma praça de esportes localizada no antigo Largo Carlos Gomes. O Club, nesta época, já era filiado à Federação Paulista de Futebol.

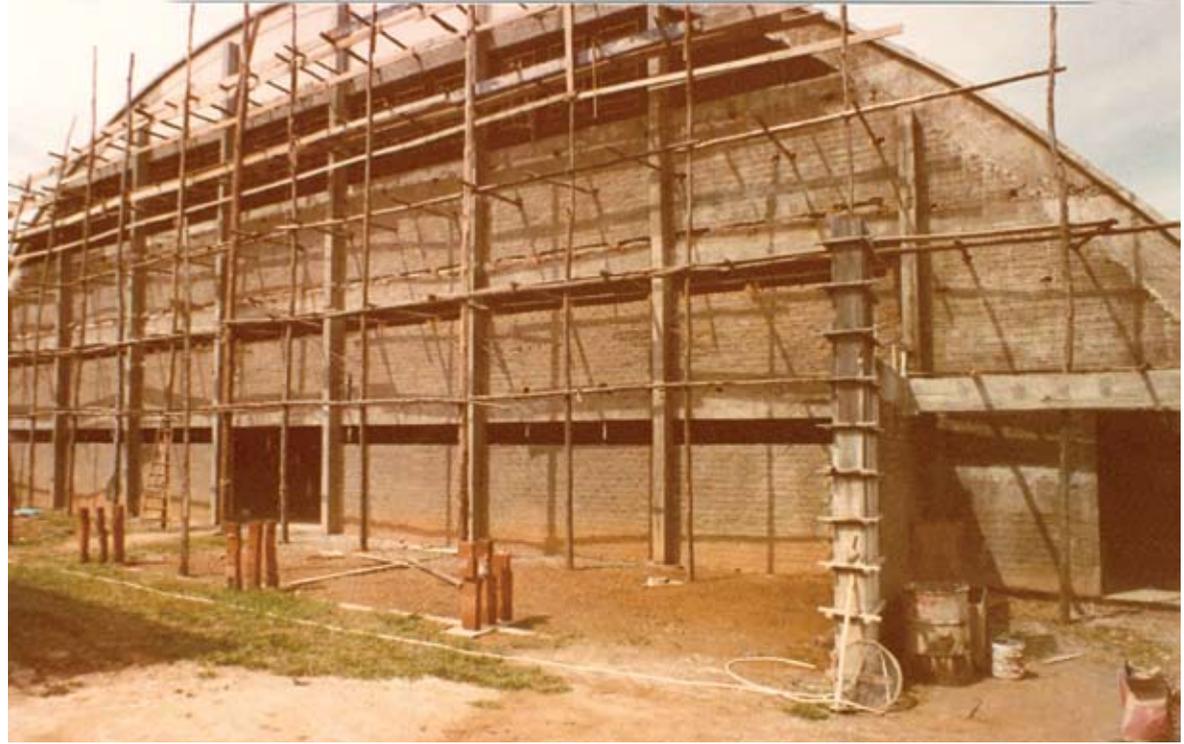


Crianças e pescadores à margem do Jaguari. Década de 1940

Foot-Ball—Domingo passado deu-se n'esta, um encontro no bello prado do Berlim, entre as equipes da vizinha Estação de Carlos-Gomes, com a do *Jaguary Foot-Ball Club*, sahindo vencedora esta, pelo scóre de 1 a zero. Ficou deliberado para um novo *match* n'esta villa, entre as mesma equipes, no proximo dia 8 de setembro. Em occasião oportuna daremos a organizações dos dois *teams*. (Do *Correspondente*)



A Comarca, s/data
Time de futebol de Jaguariúna em
diversos períodos



Etapas da construção do ginásio do atual Jaguar Tênis Clube

Em 1954, é inaugurada a sede social da Sociedade Amigos de Jaguariúna que, em 1968, coligou-se à União Esportiva Jaguariunense e deu origem ao Jaguar Tênis Clube.

O clube tornou-se instituição tradicional da cidade, passando a promover a vida social, cultural e esportiva do município. Aos poucos, foi criada uma estrutura para atender à demanda de prática esportiva na cidade.

[...] exemplo daquilo que acontece nas grandes e pequenas cidades interioranas, também em Jaguariúna o Executivo mostra-se empenhado em atender a mocidade que pratica esportes.[...] Dentre as agremiações sociais e esportivas da cidade, acha-se o Jaguar Tênis Clube, presidido pelo Sr. Renato de Godoy, outro entusiasta dos esportes na terra dos rios.

Ainda recentemente o jornalista Francisco Xavier Santiago, disse a nossa reportagem de sua satisfação em participar com seu quinhão para que a praça de esportes do Jaguar Tênis Clube seja realidade por todos imaginada. A moto niveladora da municipalidade está fazendo a terraplenagem no local em que será construído o campo de futebol e logradouros outros que dêem maior projeção ainda ao clube.¹

Em 1955, o pároco municipal, padre Gomes, adquire de Salime Mansour uma quadra vazia para instalação de um campo de futebol, um espaço de lazer para jovens e crianças ligados à Igreja. Dos treinos neste campo, que passou a ser conhecido por “Campo do Padre”, os coroinhas formaram o time São Cristóvão, tendo como técnico o barbeiro e poeta José Sebastião Bergamasco.



Em 1996, foi inaugurado o Estádio Alfredo Chiavegato, com pequena arquibancada e gramado dotado de estrutura de irrigação e drenagem; contava também o estádio com a primeira pista de atletismo da cidade. A obra foi construída em etapas, no decorrer de aproximadamente 23 anos. A primeira deu-se por volta de 1985, com a desapropriação da área e construção de um campo de futebol e pista de atletismo, conhecidos como “Campo do Nassif”.

Em 2008, o estádio foi reformado; além do campo de futebol de 106 m x 68 m, uma pista de atletismo oficial de 400 m, quatro vestiários para atletas e um vestiário para árbitros, passa a contar com sala para primeiros socorros, vestiários novos, local para as transmissões televisivas e radiadas e estrutura para receber cobertura, a qual permite acomodar até 15 mil pessoas. A estrutura atual do estádio permite ceder jogos do Campeonato Paulista e competições oficiais de atletismo.

Atualmente, a Secretaria de Esportes e Lazer proporciona aos munícipes atividades que reforcem a cooperação e a parceria entre famílias, empresas, escolas, entidades, associações, ligas desportivas e clubes. Com o objetivo de viabilizar o acesso de todos em projetos voltados ao esporte, saúde e lazer mantém o “Projeto Esporte para Todos”, com nove programas, e colabora na manutenção de dois, realizados por entidades locais: “Gol de Menina” (Grêmio Motorola/Faj) e “Escolinha de Basquetebol da Karina” (ONG Bola Pra Frente). O calendário esportivo anual conta com um total de 64 realizações e participações em nível municipal, regional, estadual e nacional.

Parcerias também são firmadas com outras secretarias municipais. Com a Educação, anualmente, realizam-se os Jogos Estudantis de Jaguariúna e outro projeto que tem os estudantes como público-alvo: “Jogo de Damas nas Escolas”. Pela rádio Estrela FM, em conjunto com a Secretaria de Turismo e Cultura, são transmitidas dicas sobre a prática de atividades físicas, através do programa *Minuto do corpo*.

Dos programas mantidos pela Secretaria de Esportes e Lazer, cinco realizam aulas sistematizadas, utilizando estrutura física e funcional pertencente à Prefeitura do Município de Jaguariúna. Atualmente, sua capacidade de atendimento é de aproximadamente 1.750 munícipes, na faixa etária de 6 a 80 anos, distribuídos em oito modalidades esportivas e cinco atividades físicas – futsal, basquetebol, voleibol, handebol, natação, vôlei de praia, futebol, ginástica artística, alongamento/relaxamento, ginástica localizada, hidroginástica, ritmos e voleibol adaptado.

Espaços de esporte e lazer

Ginásio Municipal de Esportes



Estádio Altino Amaral



Estádio Alfredo Chiavegato



Estádio de Guedes



Parque Santa Maria



Centro de Lazer do Trabalhador Tancredo Neves



Parque Américo Toniatti



Notas

¹ *Jornal Gazeta*, 13/6/1970.

Cultura e turismo

As corporações musicais caracterizam as primeiras manifestações culturais do “distrito de Jaguarý”.

A “Banda Musical Jaguarýense”, formada em 1910, era constituída basicamente por imigrantes italianos. O primeiro maestro foi D’Artagnam de Andrade.

Durante 49 anos, a “Banda Jaguariunense” tocou no coreto da Praça Umbelina Bueno. O grupo foi formado em 1928, por iniciativa do maestro Américo Martinelli. Na época, 18 músicos amadores foram convidados para formar a banda. A partir daí, os ensaios eram regulares: todas às quintas-feiras, na casa do próprio maestro. As apresentações também eram regulares e aconteciam no coreto da Praça Umbelina Bueno, após as missas de domingo.

A “Corporação Musical Jaguarýense”, formada na década de 1920, existiu até 1960. O músico Guerino Salmistraro assumiu como maestro até 1928. Em seguida, Américo Martinelli assumiu o cargo até 1934.¹ Em 1935, o maestro Paulo Moraes Penteado assumiu a regência, com 15 músicos. Permaneceu até 1958, quando foi substituído por Artur Gonçalves, que recebeu o grupo organizado e com 25 integrantes. Durante este





período, em 1962, a Prefeitura Municipal doou novos instrumentos e, em 1963, a banda foi registrada como Corporação Musical Santa Maria de Jaguariúna.²

Neste mesmo ano, foi criada uma diretoria, formada por Joaquim Pinto de Andrade, Arlindo Nascimento, Bento Godoy, Edgar Penteadó, Moacir Montagnani, Heitor Turato, Maurício Hossri, Pedro Vieira de Barros e Manoel Agiles. Ainda em 1963, foi realizada campanha para aquisição de uniforme.

Em 1974, Hélio Marcelani assumiu e regeu até 1976, quando o grupo foi desfeito. O período de 1977 a 2003 foi marcado pela ausência de bandas.

Em 2005, o maestro João José Leite recupera a tradição musical da cidade, com a criação da Banda Municipal “Paulo de Morais Penteadó”.



Banda Musical Jaguaryense
 Corporação Musical Santa Maria de Jaguariúna
 Banda Municipal Paulo de Moraes Penteadó

—Brevemente serão inaugurados dois cinemas nesta villa, que estão sendo construidos pelos srs. Lucillo Poltronieri, á rua Cel. Amancio Bueno, e Umberto Mantovani, á rua Candido Bueno.

JAGUARY
No dia 26 do corrente o sr. Lucillo Poltronieri inaugurou festivamente o Cine-Theatro Jaguary, de sua propriedade, caprichosamente installado nesta villa á rua Cel. Amancio Bueno. A's 20 horas, perante numerosas pessoas, foi exhibido o grandioso film em 9 actos «A Fronteira em Chamas», super-produção da Pathé. Finda a exhibição, o sr. Poltronieri offereceu aos presentes profuso copo de chops. O proprietario do Cine-Theatro Jaguary foi muito cumprimentado no correr da festa. Tocou a banda musical União Jaguaryense.

Nos anos 1920, ainda na era do cinema mudo, havia no espaço de Lucilo Poltronieri, o Cine Jaguary, na Rua Cel. Amâncio Bueno, onde eram exibidos filmes; a banda acompanhava as exhibições. Havia também um salão para dança.

Anos mais tarde, o Cine Odeon cumpre as duas funções:

Quando o Cine Odeon, sediava os bailes, as poltronas eram retiradas para dar espaço a dança”, conta. Era exigido traje social ou esportivo, e só entrava quem estivesse vestido corretamente. De acordo com Carlitão, no Cine Odeon, também aconteceram fatos pitorescos, “O filme era exibido em duas ou três partes. Durante os intervalos, o público saía do cinema para lanchar nos bares da Rua Alfredo Engler [...]”³

Com o encerramento das atividades do Cine Odeon, padre Gomes, o pároco da cidade, preocupado com a falta de opção na área de cultura e lazer, construiu, com a ajuda da comunidade, um prédio para abrigar um cinema e diversas salas para atividades diversas, além de uma outra destinada ao salão paroquial.

Por muito tempo, o Cine Santa Maria trouxe várias atrações para a cidade e foi também palco de solenidades, formaturas e demais eventos.

Com a paralisação das atividades deste cinema, a cidade passou novamente por um período de restrição nas opções de entretenimento.

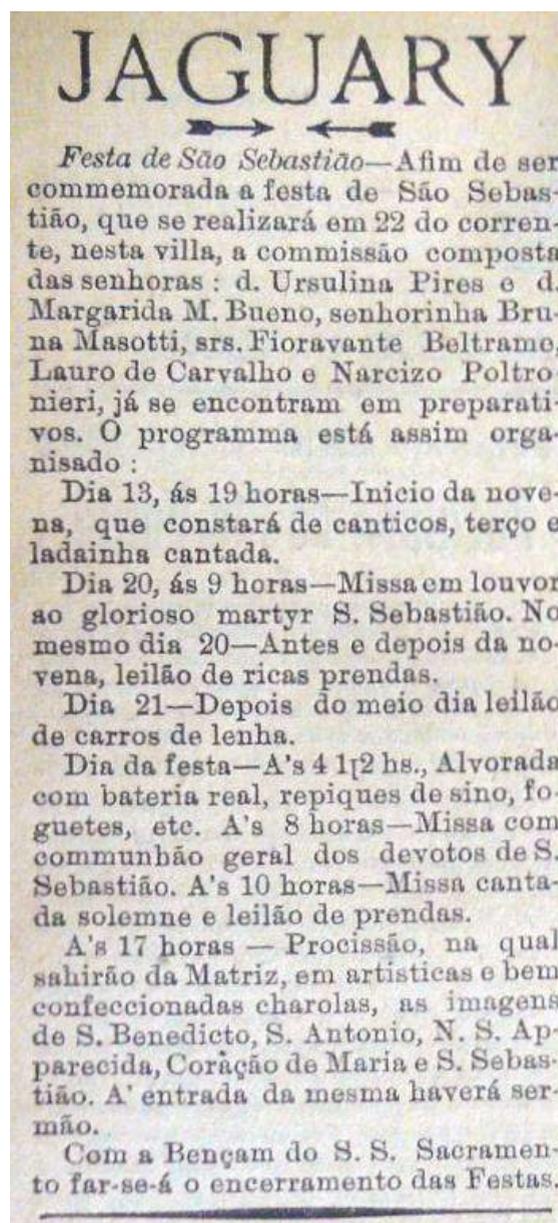




Em 2002, com a aquisição do prédio pela Prefeitura Municipal, o antigo cinema passou por obras de reforma e restauração. Foi projetado um cine-teatro, com capacidade para ingressar no circuito dos grandes espetáculos. A qualidade do tratamento acústico é comparável às de salas de concerto; foram ainda instaladas quatro telas para projeção digital. No saguão de entrada, um espaço para realização de exposições temporárias.







Festas religiosas

Duas festas marcam o calendário religioso da cidade. A Festa de São Sebastião é divulgada em notas de jornal desde 1919 e destina-se à população católica do município. Já a Cavalaria Antoniana teve início como evento religioso, mas, com o passar do tempo, adquiriu outro sentido e dimensão. O evento passou a integrar o calendário oficial da cidade e agrega turistas de diversas regiões.

Festa de São Sebastião

O evento religioso, idealizado pela comunidade católica, reúne cerimônias religiosas, leilões de animais, novenas, alvorada com bateria real, repique dos sinos, foguetes e procissão, barracas de prendas e de alimentação e, também, a realização de baile e forró e apresentação musical no pátio da Nova Igreja Matriz.



Seqüência de fotos da Festa de São Sebastião. Década de 1940



Vista da torre da igreja

Cavalaria Antoniana

Para comemoração do dia de Santo Antônio, na Fazenda Camanducaia costumava-se fazer grandes festas. Em 1949, padre Astério Paschoal e padre Gomes, com a ajuda do administrador da fazenda, Francisco Parizi, organizaram a primeira Cavalaria de Santo Antônio, que naquela época saía da capela da fazenda e percorria alguns bairros até chegar ao centro de Jaguariúna.

A Cavalaria de Santo Antônio foi organizada desta maneira por três anos consecutivos. Em 1973 deixou de acontecer. Posteriormente, o evento foi retomado com a organização de Anízio Aguiar e família e Adão de Sousa. Atualmente, encontra em sua 35ª edição e é conhecida e freqüentada por cavaleiros da região e do sul de Minas Gerais.

O evento é assim organizado: cavaleiros de várias localidades têm como ponto de encontro a Estação de Guedes. Deste ponto, começa a procissão que caminha em direção ao centro da cidade. Seu percurso urbano é de cerca de 10 Km.

A procissão começa com o carro de boi que leva o santo padroeiro; na seqüência, comitivas de cavaleiros visitantes desfilam com faixas e

cartazes de identificação, saudação e agradecimento. Após este grupo, seguem-se as congadas, folias de reis, roda gigante puxada por bois; crianças desfilam, transportadas em pequenas charretes puxadas por bode ou carneiro; logo após, uma infinidade de cavaleiros e charretes e, para encerrar, apresentam-se bois de sela e carros de boi vindos de Minas Gerais. A população que acompanha pequenos trechos.



Cavalaria Antoniana. Década de 1940
Sr. Anísio Aguiar

Grandes CORRIDAS

EM
JAGUARY

Dia 17 de Agosto—Domingo

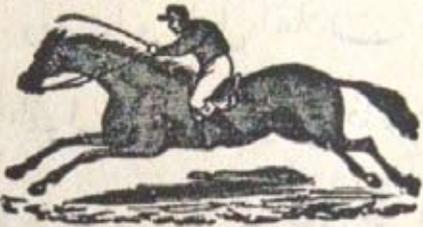
1.º Pareo—cavallo CABANAS e egua GARÇA

2.º Pareo—PRINCIPE e PRINCEZA

DOS SRS. ALFREDO GUEDES E ANTONIO MASOTTI



A Comarca, 28 de setembro de 1914
A Comarca, s/data



EM JAGUARY

Hoje, em Jaguary, ás 3 horas da tarde, darse-á a inauguração da nova raia, na praça Berlim com 3 magnificos pareos e cuja festa está despertando muito interesse.

1º pareo (Grande premio 25 de Novembro)—Turco - Stickler
2º pareo—Cabana - Stiff. 3º pareo—Balainho - Capitão. Jockeys—Claudio, Firmino, Hypolito e Oscar. Entrada franca.

Páreos e rodeio

No início do século, os páreos na Praça Berlim constituem eventos de grande importância para a comunidade. Quando deixam de acontecer, encontramos relatos de manifestações isoladas de vaquejada ou touradas.

Em 1989, acontece a 1ª edição do Rodeio de Jaguariúna. A iniciativa recupera a antiga tradição da cidade. Na primeira edição, a festa contou com a presença de 18 mil pessoas.

O ano de 1991 marcou o rodeio, pois foi realizado o torneio completo, com oito modalidades: montaria em touro e cavalo estilo cutiano, *bareback* e sela americana, laço em dupla e em bezerro, *bulldogging* e três tambores.

Em 1992, a festa passou a ser realizada no Parque Santa Maria. Nesta década, adquiriu importância semelhante a da festa de Barretos, a mais importante do país.

O evento, que vem aperfeiçoando suas programações e investindo fortemente em infra-estrutura, foi incorporado ao calendário nacional.

Atualmente, a festa é realizada na Red Eventos e atrai em média 200 mil pessoas durante os dez dias de programação, atingindo uma média de 20 mil visitantes por noite.





Festa do Peão em Jaguariúna, 1991



Festa do Peão em Jaguariúna, 2007



Maria Fumaça

Atualmente, a política cultural desenvolvida no município caracteriza-se por medidas de proteção ao patrimônio histórico e cultural, como a restauração da antiga “Estação de Jaguary”, que hoje sedia o Espaço Cultural.

A cidade procura estruturar-se para ingressar, de forma plena, na tendência mundial de crescimento da área do turismo. Um dos principais fatores que levaram a administração municipal a investir neste setor foi a possibilidade de utilização deste segmento como ferramenta de desenvolvimento social, econômico, de conservação ambiental e resgate da cultura local.

Ciente da importância da preservação de situações consideradas “bem cultural”, que constituem signo da identidade de Jaguariúna, foi elaborado, em 2006, projeto de extensão da linha férrea até a antiga estação, porém contextualizado e em diálogo com a cidade atual.

O projeto de ampliação foi formalizado em parceria com a ABPF, que se incumbiu da doação de trilhos, dormentes e do viradouro, para que o trem, ao chegar à estação, fosse manobrado para retornar a Campinas.⁴

Após estudos para viabilização da obra, a opção foi utilizar a tecnologia tradicional, com pilares de concreto e estrutura pré-



moldada. A ponte antiga recebeu uma nova ponte de 600 m de comprimento, instalada 2,55 m acima da existente.

Nesta linha de preservação de bens materiais e imateriais, a concepção do projeto arquitetônico propôs enfatizar a questão do que pode e do que não pode ser congelado pelo tempo.

Buscar na história soluções para problemas modernos oferece-nos, ao mesmo tempo, a resolução de problemas da sociedade contemporânea, a valorização da memória coletiva e o vislumbre de uma nova dimensão do passado em relação ao presente.



Notas

¹ De acordo com informações de José Carlos Rossi, pesquisador sobre o assunto.

² *Gazeta Regional*. Jaguariúna, 41 anos, 12/09/1995, p. 11.

³ Mathias, Gislaine, *Gazeta Regional*. Edição dos 50 anos, set. 2004, pp. 24- 26

⁴ Na Linha da Preservação: o leito férreo Campinas – Jaguariúna. Campinas, Direção Cultura, 2007.

Galeria de Prefeitos

Este capítulo apresenta os prefeitos de Jaguariúna e as principais obras desenvolvidas em cada mandato.

Joaquim Pires Sobrinho: mandatos de 1955-58 / 1963-66

Adone Bonetti: mandatos de 1959-62 / 1967-69

Francisco Xavier Santiago: mandatos de 1970-72 / 1977-82

Pedro Silveira Martins Júnior: mandato de 1973-77

Manoel Rodrigues Seixas: mandato de 1982-83

Laércio José Gothardo: mandatos de 1983-88 / 1993-96

Tarcísio Cleto Chiavegato: mandatos de 29/05/1986-27/06/86; 1989-92; 2001-04; 2005-08

Antonio Maurício Hossri: mandato de 1997-00



1955 a 1958

Joaquim Pires Sobrinho (PSP)

Vice: Carlos Turato (PSP)

1963 a 1966

Joaquim Pires Sobrinho (UDN)

Vice: Luiz Fernandes Custódio (PR)

Nasceu em de junho de 1906, em Amparo.

Estudou em regime de internato, no Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, em Campinas.

Fazendeiro de gado, trabalhou na administração da fazenda da família, ocasião em que adquiriu experiência com o comércio e transporte de boiadas pelo interior de São Paulo e Minas Gerais.

Ingressou na atividade pública como subdelegado de polícia em Jaguari. Ao assumir, em 1955, o cargo de primeiro prefeito, sua maior responsabilidade foi organizar a estrutura do funcionalismo público municipal e estabelecer as primeiras diretrizes para a administração da cidade.

Em sua primeira administração, criou, em 1º de outubro de 1955, o Posto de Assistência Médica. No ano seguinte, trouxe a primeira agência bancária, a Caixa Econômica, aberta em 13 de junho de 1956.

Construiu o Posto de Puericultura em 1957.

Adquiriu do terreno onde funciona atualmente a Escola Professor Celso Henrique Tozzi.

No final da segunda gestão (1963-66), projetou o sistema de água encanada e a implantação de escolas rurais.

Não havia veículos. A Prefeitura comprou duas carrocinhas e dois animais, que se revezavam na coleta diária do lixo. Um cabriolé transportava algum funcionário para a inspeção de serviços.

No “Registro analítico da despesa” da Prefeitura Municipal registram-se também:

Reforma do Matadouro Municipal (1955)

Instalação da Junta de Alistamento Militar

Reforma do Prédio da Prefeitura (adaptações) (1956)

Aquisição do primeiro caminhão, máquina de somar e jogo de móveis (1956)

Arborização das ruas – 500 mudas de “sibipiruna” (1956)

Instalação da iluminação pública – com lâmpadas incandescentes (1956)

Colocação de guias e sarjetas nas ruas próximas ao centro

Asfalto da entrada da cidade – perímetro urbano (1956)

Elaboração dos primeiros projetos da Rede de Água e Esgoto (1956)

Reforma da Ponte da Santa Úrsula (1957)

Instalação do Posto de Puericultura “Dona Diva Paes de Almeida” (1958)

Por esta época, as casas serviam-se da água de poço em cada quintal, transportada por “bombas”. Fossas sépticas eram alternadas com fossas negras em todos os quarteirões da cidade. Seu objetivo foi dotar a cidade de rede de água e esgoto. Para tanto, houve, neste período, a aquisição de equipamento hidráulico, motores e bombas.

Reformou pontes.

Procedeu à instalação de tubos canalizando córregos e corrigindo estradas.



1959 a 1962

Adone Bonetti (PR)

Vice: Luís Fernandes Custódio (PR)

1967 a 1969

Adone Bonetti (PR)

Vice: Francisco Xavier Santiago

Nasceu em setembro de 1802, na Itália. Em 1831 emigrou para o Brasil e, após residir em Monte Alegre do Sul e Amparo, em 1942 fixou residência em Jaguari. Foi vice-cônsul em Amparo, onde tinha como função apoiar os imigrantes italianos que vinham para a região.

Naturalizou-se brasileiro em 11 de fevereiro de 1954.

Tornou-se um próspero industrial.

Foi um dos componentes da comissão que lutou pela emancipação político-administrativa de Jaguariúna, no ano de 1953.

Sob sua liderança, um grupo de jaguariunenses fundou e construiu prédio próprio da “Sociedade Amigos de Jaguariúna”, da qual se tornou o primeiro presidente.

No espaço de tempo entre os dois mandatos executivos, foi eleito vereador para o período de 1963 a 1966, e presidente do Poder Legislativo.

Foi vereador de 1963 a 1966, quadriênio em que ocupou o cargo de presidente da Câmara.

Realizou obras significativas para atender as necessidades do município:

Construção da Capela do Cemitério.

Obras importantes de saneamento básico, trazendo a água encanada.

Construiu, em concreto, as pontes de Guedes e da Fazenda Duas Marias, sobre o rio Camanducaia.

Implantou o Posto de Saúde.

Construiu o antigo clube da cidade, Sociedade Amigos de Jaguariúna.

Viabilizou, junto à Empresa Silvio Maia e ao governo estadual, a construção da primeira subestação de energia da cidade, preparando-a para receber indústrias importantes.



1970 a 1972

Francisco Xavier Santiago

Vice: Carlos Luporini

1977 a 1982

Francisco Xavier Santiago

Vice: Manoel Rodrigues Seixas

A quinta administração municipal de Jaguariúna ficou a cargo do prefeito Francisco Xavier Santiago, reeleito em 1977. Naquele período, Jaguariúna ainda contava com economia baseada fortemente na agricultura. Com uma arrecadação ainda pequena, a cidade apresentava um ritmo de crescimento lento, com dificuldades para atender às demandas sociais ligadas à infra-estrutura e ao saneamento básico.

Realizou obras de infra-estrutura urbana, bem como na área de saneamento, obras de melhorias como o asfaltamento de ruas centrais e das regiões circunvizinhas ao centro, hoje incorporadas ao perímetro urbano.

Construiu o primeiro núcleo de habitação popular, a Vila Sete de Setembro.

Construiu a Escola Estadual Celso Henrique Tozzi.

Negociou a instalação da multinacional Johnson & Johnson.

Apoiou a realização do evento “Festa das Flores”, mais tarde transformado em “Expoflora”.



1973 a 1977

Pedro Silveira Martins Junior

Vice: José Carlos Chiorato

Nasceu em 1927, em Pedreira; é sobrinho do primeiro prefeito de Jaguariúna, Joaquim Pires Sobrinho.

Foi vereador em quatro legislaturas: 1959 a 1962; 1963 a 1966; 1967 a 1970; 1971 a 1973 e presidente da Câmara Municipal no período de 1967 a 1971.

Durante sua administração, realizou a retificação de várias estradas rurais.

Na área de saneamento básico, proporcionou a infra-estrutura de água e esgoto em vários bairros e do primeiro loteamento popular da cidade, a Vila 7 de Setembro, que veio a ser construído por seu sucessor.

Construiu escolas de primeiro grau da Fazenda Ipiranga e da Roseira de Baixo.

Montou salas de educação infantil e do Mobral.

Para racionalizar o atendimento a população, criou o Serviço Municipal de Promoção Social.

Concebeu o projeto de isenção de impostos que, além de atrair empresas nacionais para o município, trouxe a primeira empresa multinacional, a Cargill Agrícola S.A.



1981 a 1982

Manoel Rodrigues Seixas

Nasceu em 1928, em Jaguariúna.

Foi chefe da estação ferroviária de Jaguariúna até 1981, quando se afastou para se candidatar a vice-prefeito.

Como cronista, colabora em vários jornais e revistas: *A Voz de Jaguariúna*, *A Gazeta de Jaguariúna*, *O Ferroviário* – Campinas, revista *Flor de Porcelana*, entre outros. Também publicou os livros *Crônicas de um ferroviário* e *O herói ferroviário*.

Desde 1974, organiza a Procissão dos Ferroviários, evento realizado no mês de setembro e que está inserido no calendário de eventos do município.

Devido ao afastamento do prefeito eleito, assumiu como chefe do Executivo pelo período de um ano.

Teve uma passagem curta à frente da Prefeitura. Durante sua administração, acompanhou as obras de duplicação da Rodovia Adhemar de Barros, SP-340, do trecho de Jaguariúna a Mogi Guaçu, da estrada vicinal de Arthur Nogueira a Holambra.



1983 a 1988

Laércio José Gothardo

Vice: Tarcísio Cleto Chiavegato

1993 a 1996

Laércio José Gothardo

Vice: Antônio Maurício Hossri

Nasceu em 13 de fevereiro de 1940, em Jaguariúna.

Foi vereador em duas legislaturas: 1973 a 1977 e 1978 a 1982 e presidente da Câmara entre 1979 e 1980.

Seu primeiro mandato foi marcado pela derrubada dos pontilhões da FEPASA, que cortavam Jaguariúna ao meio e impediam a modernização do perfil urbano. Durante seu governo, teve de adequar a cidade ao crescimento industrial ocorrido a partir dos anos 1980.

Elaborou o Plano Diretor e o Código de Posturas.

Construiu casas populares para fazer frente ao aumento populacional dos anos 80 e proporcionou obras de saneamento básico, pelo mesmo motivo.

Na área da educação, construiu escolas e reformou os prédios mais antigos. Concluiu pavimentação das avenidas marginais.

A realização mais importante de sua segunda gestão foi dar continuidade e concluir as obras do Hospital Municipal “Walter Ferrari”.



1997 a 2000

Antônio Maurício Hossri

Vice: Armando Pegorari

Natural de Jaguariúna, foi eleito vereador por três mandatos: 1977 a 1982; 1983 a 1988; 1989 a 1992, tendo sido presidente da Câmara Municipal nos biênios 1977 a 1978, 1981 a 1982 e 1989 a 1990.

Seu grande desafio como prefeito foi colocar em funcionamento a infra-estrutura do Hospital Municipal “Walter Ferrari”. Inaugurou a Maternidade e proporcionou a infra-estrutura para o atendimento de vários outros tipos de cirurgia. Incrementou também o atendimento clínico e o serviço dentário.

Conhecido como o prefeito da industrialização, uma vez que foi em sua gestão que a política de incentivos à vinda de novas indústrias constituiu-se num importante recurso administrativo, foi responsável pelo crescimento da arrecadação, projetada para o exercício de 2001, em cerca de R\$ 47 milhões.

Seu perfil como administrador sempre foi o de investir nas áreas sociais. Ampliou em cinco vezes o investimento na área da promoção social, intensificando também ações na educação básica, além de garantir importantes compromissos com a população como a ampliação da gratuidade do transporte intermunicipal para estudantes universitários. Construiu as EMEIS, Escola Municipal de Educação Infantil, da Vila 12 de Setembro e a creche da Nova Jaguariúna.

Reformou e modernizou as instalações da Prefeitura.

Informatizou as secretarias e departamentos da municipalidade.

O Carnaval de Rua foi resgatado. Apoiando o esporte, criou escolinhas esportivas e proporcionou a volta da “Olimpíada Intermunicipal de Integração”.



1989 a 1992

Tarcísio Cleto Chiavegato

Vice: Pedro Abrucês

2001 a 2004

Tarcísio Cleto Chiavegato

Vice: Dimas Lúcio Pires

2005 a 2008

Tarcísio Cleto Chiavegato

Vice: Dimas Lúcio Pires

Nasceu em 1º de março de 1938, em Jaguariúna.

Foi bancário e, desde a década de 1970, atua na área empresarial, como proprietário de indústria de produtos químicos. Sua experiência nesta área contribuiu para que fundasse a Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna.

Ingressou na política como vice-prefeito; na ocasião acumulou os cargos de diretor municipal de Finanças e, interinamente, foi diretor do Departamento de Administração.

Participou ativamente do governo do prefeito Laércio Gothardo, realizando ampla modernização dos serviços municipais e modificações na área do planejamento urbano.

Como vice-prefeito, diretor de finanças e administrador, equilibrou as finanças municipais, seguindo a regra de que “não se pode gastar mais do que se arrecada”.

Em suas administrações, preocupou-se em estruturar a cidade para o crescimento e aprimorar a qualidade dos serviços públicos.

Neste sentido, suas maiores realizações foram:

Aumento da captação de água do rio Jaguari.

Ampliação da Estação de Tratamento de Água e sua distribuição.

Implantação da Rádio Educativa Estrela FM.

Restauração da antiga estação FEPASA, transformando-a no Centro Cultural de Jaguariúna.

Construção do pontilhão para transposição do rio Jaguari que permitiu o retorno da Maria Fumaça.

Construção de novas áreas do Hospital Municipal “Walter Ferrari”.

Construção de uma série de obras importantes nas áreas da habitação, saúde, educação, esporte, saneamento e industrialização.

Em 2008, construiu e equipou o Teatro Dona Zenaide e a Casa da Memória Padre Gomes.

Créditos das ilustrações, fontes e bibliografia da iconografia

Capa

Vista Jaguariúna, 1938
Assessoria de Imprensa, Prefeitura
Municipal de Jaguariúna

Introdução

p. 09 – Praça Umbelina Bueno
Acervo Comunità Italiana
Fotografia de Serafim Abib. Década de 1940

Capítulo 1

p. 15 – Fotografia aérea do Município de
Jaguariúna, 2004
Embrapa Monitoramento ambiental

Capítulo 02

p. 17 – Mapa geomorfológico do estado
de São Paulo.
<http://jasper.rc.unesp.br/corumbatai/vd/>
Modificado por Joaquim Caetano de
Lima Filho, 2008

p. 18 – Mapa de Altimetria
<http://www.jaguariuna.cnpm.embrapa.br>
- João A. de Carvalho Mangabeira.
Modificado por Joaquim Caetano
de Lima Filho, 2008

p. 18 – Mapa de Hipsometria
<http://www.jaguariuna.cnpm.embrapa.br>
- João A. de Carvalho Mangabeira
Modificado por Joaquim Caetano de
Lima Filho, 2008

p. 19 – Início da Serra da Mantiqueira.
Vista da Fazenda Capim Fino
Fotografia Antonio Aparecido Rodrigues
dos Santos (Lebrão)

p. 19 – Precipitação média do Município
de Jaguariúna no período do mês de
janeiro a dezembro.
[http://www.cepa.unicamp.br/outras-
informações/clima](http://www.cepa.unicamp.br/outras-informacoes/clima)

p. 19 – Temperatura média do Município
de Jaguariúna no período do mês de
janeiro a dezembro.
[http://www.cepa.unicamp.br/outras-
informações/clima](http://www.cepa.unicamp.br/outras-informacoes/clima)

p. 20 – Temporal de verão em Jaguariúna
Fotografia Carlos Pena. CMJ, 2007

p. 21 – Paturis e Capivara na lagoa do
CEMA – Centro de Educação Municipal
Ambiental
Fotografia Antonio Aparecido Rodrigues
dos Santos (Lebrão)

p. 22 – Jatobazeiro à margem do rio
Jaguari.
Ao lado da ponte da antiga Companhia
Mogiana e do Parque Ecológico do
Jatobazeiro
Fotografia Ivan Ferrari, década de 1990

p. 23 – Mata do Celso.
Fotografia Antônio Aparecido Rodrigues
dos Santos (Lebrão), 2007

p. 24, 25, 26 – Rios Jaguari, Atibaia,
Camanducaia
Fotografia Antônio Aparecido Rodrigues
dos Santos (Lebrão).

Capítulo 3

p. 27 – Prinz von Wied-Neuwied
Maximilian
Vista da Ilha Cachoeirinha e do Quartel
dos Arcos. Gravura em cobre. 1815 –
1817
Reprodução a partir da obra de Pedro
Corrêa do Lago (org.). Iconografia
Brasileira. Coleção Itaú. São Paulo, Itaú
Cultural, 2001, p. 149.

p. 28 – Ponta de flecha encontrada na
Fazenda Florianópolis, Jaguariúna.
Acervo Carlos Penna, 2008.

p. 28 – Sítio Arqueológico DAB EU 06
QA7, geral, área 1, Mogi-Mirim
Acervo Zanettini Arqueologia/divulgação

p. 29 – Mapa das rotas de dispersão
Origem e expansão Tupi segundo
Brochado (1984). MELLO, A. A.
S.; KNEIP, A. Diálogo lingüístico –
Arqueologia dos povos Tupi-guarani.

Anais do XXIII Congresso de Arqueologia Brasileira. Campo Grande, 2005.
Modificado por Joaquim Caetano de Lima Filho, 2008.

p. 31 – Escavação arqueológica no sítio Tapajós para remoção de uma cerâmica, Monte Mor. Acervo Museu Elisabeth Aytai.
Fotografia Walter Maluf, 1975

Capítulo 4

p. 34 – Mapa do Caminho dos Goyazes, na Capitânia de São Paulo
Reprodução a partir da obra de Roberto Pastana Teixeira Lima. A cidade Racional, Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”. Campinas, Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia UNICAMP, 1998.

p. 35 – Detalhe da Carta Chorográfica da Capitânia de São Paulo, 1766. Prancha nº 12.
Reprodução a partir da obra de Ângelo Emílio da Silva Pessoa (org.). Conhecer Campinas numa perspectiva histórica. Campinas, Secretaria de Educação, 2004, p. 193.

p. 36 – Paulista viajando de poncho.
Reprodução a partir da obra de Thomas Ender. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender (1817 – 1818). Petrópolis, Kapa Editorial, 2000.

p. 37 – Estribos de madeira de Buenos Aires – Estribos Paulistas
Recipiente para água – Ferramentas para cortar árvores – Faca Paulista
Sela de Carga (em cima) – Albarga
Lápis – aquarela
Selas de montaria de um cavalo mineiro – Sela e manta de um cavalo paulista

Reprodução a partir da obra de Thomas Ender. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender (1817 – 1818). Petrópolis, Kapa Editorial, 2000.

p. 38 – Interior de rancho, sela e outros objetos para viagem ao interior do Brasil.
Lápis
Reprodução a partir da obra de Thomas Ender. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender (1817 – 1818). Petrópolis, Kapa Editorial, 2000.

p. 39 – Desenho da Capela e Cemitério do Bairro Tanquinho Velho
Reprodução do original de Beraldo de Souza.
Modificado por Joaquim Caetano de Lima Filho, 2008.

Capítulo 5

p. 42 – Reconstituição da localização de Sesmarias.
Desenho esquemático elaborado a partir da obra do historiador Roberto Pastana Teixeira Lima. A cidade Racional. Amparo: um projeto urbanístico do “Oitocentos”. Campinas, Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia, UNICAMP, 1998.
Desenho Alterado por Joaquim Caetano de Lima, 2008.

p. 43 – Detalhe do processo de demarcação de terras. Luis Antônio de Souza e outros, 1798. Processo 13, of. 1. TJC, Campinas, Centro de Memória da Unicamp.

p. 44 – Livro de Sesmaria de número 30, ordem C00371, folhas 173 verso. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

p. 45 – Inventário de Úrsula Franco de Andrade, 1856. Arquivo TJC, Processo

6861, 3º Ofício, cx. 373. Campinas, Centro de Memória da Unicamp.

Capítulo 6

p. 49 – Desenho esquemático da Fazenda Florianópolis
Joaquim Caetano de Lima, 2008

p. 50 – Detalhe do inventário de Úrsula Franco de Andrade, 1856. Arquivo TJC, Processo 6861, 3º Ofício, cx. 373, Campinas, Centro de Memória da UNICAMP.

p. 51 – Localização das Fazendas de Jaguari
Estudo realizado a partir do trabalho elaborado por Lauro Navarro, publicado na Edição Comemorativa da Gazeta Regional, 12 de setembro de 1991.
Modificado Por Joaquim Caetano de Lima Filho, 2008.

p. 52 – Colonos italianos em frente à casa sede
Ensaio fotográfico divulgado em diversos meios de comunicação nacional e internacional.
A Comarca. Mogy Mirim, 02 de junho de 1922

p. 53 – Família Guedes
Da esquerda para a direita: Em pé, Olívia Penteado Guedes de Assis, Mário Guedes, Alfredo Guedes, Carolina Guedes de Abreu.
Sentados: José Alves Guedes Filho, Siomara Penteado Guedes, Isabel Penteado Guedes, Cel. José Alves Guedes, Mathilde Penteado Guedes de Moraes.

Fazenda Barra, década de 1920.
Acervo Ricardo Guedes Zagarolli.

p. 54 – Vista das benfeitorias da fazenda a partir da barra do rio Camanducaia
Ensaio fotográfico divulgado em diversos

meios de comunicação nacional e internacional.

A Comarca. Mogy Mirim, 02 de junho de 1922

p. 54 – A Comarca. Mogy Mirim, 05 de julho de 1927

p. 55 – Sede da Fazenda Início do século XX
Reprodução da obra Vila Bueno: Ensaios para a história. 2007, p. 73.

p. 56 – Festa junina na Capela da Fazenda Camanducaia
Coleção Plínio Parízio. CMJ, 1940

p. 57 – Sede da Fazenda Capim Fino
Coleção Tereza Turato. CMJ, 1945.

p. 58 – Piquete de cavalos da raça manga larga marchador.
Fazenda Castelo. Haras Maripá.
Fotografia Ivan Ferrari, década de 1990.

p. 58 – A Comarca. Mogy Mirim, 01 de agosto de 1918

p. 59 – Sede da Fazenda Florianópolis, atual Serrinha
Fotografia Carlos Pena, 2008

p. 60 – Retrato Cel. Amâncio Bueno
Coleção Therezinha Marion. CMJ, s/data.

Sala de visita da Fazenda Florianópolis. Família do proprietário José Pires Jr. e visitas.
Coleção Tomaz de Aquino Pires. CMJ, 1937

p. 61 – Vista aérea da Sede da Fazenda Santa Úrsula
Fotografia Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão), Década de 2000.

p. 62 – Barão de Ataliba Nogueira, rio

Jaguari, Fazenda Santa Úrsula
Centro de Memória da Unicamp

Da, esquerda para a direita, Dr. Luiz Albino, sua mulher Camila Ataliba Barbosa de Oliveira, Barão de Ataliba Nogueira, Úrsula de Ataliba Nogueira, Baby, filha de Rui Barbosa, Camilota Barbosa de Oliveira, Maria Augusta, mulher de Rui Barbosa e Rui Barbosa. 1917

Fotógrafo Francisco Pezzi

p. 64 – Sede Fazenda Ribeirão, as construções alinhadas foram utilizadas na década de 1950 para instalação de supermercado, marcenaria e depósito da produção agrícola.
Acervo Museu de Holambra

p. 65 – Exposição de gado Holandês. 1954
Acervo Museu de Holambra

p. 67 – A Gazeta de Mogy-Mirim, 1886
Acervo Museu Histórico Pedagógico “Dr. João Theodoro Xavier” – Mogy-Mirim

p. 68 – Planta de Divisão do Sítio Capitinga
Família Malachias
Coleção Cartório Almeida, Jaguariúna. CMJ, Década de 1940

p. 69 – Cargueiros transportando café 1881-1886
Fotografia de Marc Ferrez
Reprodução da obra de Emanuel Araújo. São Paulo, Pinacoteca do Estado, 2000, p. 41.

p. 70 – Primeiro trecho da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro
Acervo ABPF

Pg71 – Acionistas da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro

Imigrantes na construção da Estrada de Ferro Mogiana

Reprodução Revista JJ. Especial de Aniversário. Jaguariúna, set., 2000.

p. 72 – Sequência de transporte de tora Árvore cortada na Fazenda Barra para confecção de dormentes.
Acervo - Família Campos Souza

p. 73 – Estação Jaguari
Museu da Companhia Paulista – Jundiáí.
Acervo ABPF

Estação de Guedes
Museu da Companhia Paulista – Jundiáí.
Acervo ABPF

p. 74 – Família Baldassim. Imigrantes de Treviso, Veneto.
Carolina Bariza; Primo; Antonio; Antonia; Joana; Ângelo; Luígia Ricardo.
Acervo Comunità Italiana, 1907

p. 75 – Família Granchelli
Herminda Monaretti e Fiorindo Granchelli, os patriarcas.
Vincenzo Granchelli e Luzia de Tulio Granchelli e a filha Maria Luiza Granchelli Silva
Acervo Comunità Italiana. Década de 1930.

Capítulo 7

p. 77 – De frente a locomotiva, à direita o Sr. Lucilo Poltronieri e com o pé no limpa-trilho o Sr. Abílio Fernandes. Ao lado da segunda locomotiva, em pé, de paletó branco e calça preta, o Sr. Moisés Turato.
Coleção Antônio Maurício Hossri. CMJ, 1892.

p. 78 – A Comarca. Mogy Mirim, 25 de julho de 1920

Anúncio divulgado no Anuario de 1918 de: Espírito Santo do Pinhal, Itapira, Mogy-Mirim, Mogy-Guassu. Districtos de Posse, Jaguary, A. Nogueira e Santo Antonio do Jardim. Iclérico Gomes. São Paulo, Casa Vanorden, 1918. Coleção particular Sérgio Kaysel Machado de Souza.

Anúncio anexado no inventário Amâncio Bueno, 1914.

p. 79 – Guilherme Giesbrecht
Acervo Ralph M. Giesbrecht

p. 80 e 81 – Planta da Villa Bueno. Inventário Amâncio Bueno, 1914. Processo 5899, 2º Ofício, 1º Vol., Centro de Memória da Unicamp, p. 88.

p. 82 – A Comarca. Mogy Mirim, 13 de abril de 1902
A Comarca. Mogy Mirim, 1904

p. 83 – A Comarca. Mogy Mirim, 3 de abril de 1913

p. 84 – Chafariz de Amparo, igual ao instalado na Praça Dona Umbelina Couto em 1902. Reproduzido da obra de Roberto Pastana Teixeira Lima. A cidade Racional, Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”. Campinas, Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia UNICAMP, 1998.

p. 84 – Chafariz na Praça Umbelina Bueno
Fotografia Suzana Barretto Ribeiro, 2008

p. 85 – A Comarca. Mogy Mirim, 3 de abril de 1911

A Comarca. Mogy Mirim, s/data

A Comarca. Mogy Mirim, 19 de outubro de 1911

p. 86 – A Comarca. Mogy Mirim, 6 de maio de 1913

A Comarca. Mogy Mirim, 7 de fevereiro de 1908

p. 87 – Detalhe da planta da Villa Bueno com identificação das 11 casas
Inventário Amâncio Bueno, 1914. Processo 5899, 2º Ofício, 1º Vol., Centro de Memória da Unicamp, p. 88. Modificado por Joaquim Caetano de Lima Filho, 2008.

p. 88 – Casarão de Ulisses Masotti
Fotografia Joaquim Caetano de Lima, 2008
Ivan Ferrari

p. 89, 90, 91, 92 – Fotografia Serafim Abib, década de 1940
Enciclopédia dos municípios brasileiros. IBGE, 1957
Coleção Rosa Martins Clemente-CMJ

p. 93, 94 – Fotografia Joaquim Caetano de Lima, 2008
Coleção Rosa Martins Clement. CMJ

p. 95 – Casarão de Lucilo Poltronieri
Fotografia Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000
Reprodução Pedro Abrucês

p. 96 – Casarão Sayad
Fotografia Joaquim Caetano de Lima, 2008

Coleção Antônio Maurício Hossri. CMJ

p. 97 – Farmácia Internacional
A Comarca. Mogy Mirim, 15 de outubro de 1911

p. 98 e 99 – Vista parcial da cidade
Reprodução Pedro Abrucês

Capítulo 8

p. 101 – Mapa com taxas de superprodução de café.
O Jornal. Edição comemorativa.
Rio de Janeiro, 1927.

p. 102 – Colheita de algodão na Fazenda Camanducaia
Coleção Parizi. CMJ. Década de 40

A Comarca Mogy Mirim, 04 de dezembro de 1932

p. 103 – A Comarca. Mogy Mirim, 24 de novembro de 1932

p. 104 – Armazém Ferrari saqueado.
Giovanni e Abelle, 1932
Acervo Comunità Italiana. Coleção Família Ferrari

p. 105 – Pichações Fazenda Barra
Acervo Ricardo Guedes Zagaroli

p. 106 – A Comarca. Mogy Mirim, de 1934

A Comarca. Mogy Mirim, 24 de outubro de 1934

Capítulo 9

p. 109 – A Comarca. Mogy Mirim, 17 de dezembro de 1944

p. 110 – Memorial e dados estatísticos de Jaguariúna. José Sayad
Coleção particular Sérgio Kaysel
Machado de Souza, 10 de abril de 1953

p. 111, 112 – A Comarca. Mogy Mirim, 10 de outubro de 1954

p. 113 – Comissão de emancipação
Diplomação dos candidatos
Coleção Escola Amâncio Bueno. CMJ, 1955

p. 114 – Obra de calçamento da Praça Umbelina Bueno
Coleção PMJ/CMJ

p. 115 – Estação de Jaguariúna
Acervo ABPF. Década de 1950

p. 116 – Família Granchelli na Fazenda Pompéia. Década de 1950.
Acervo Comunità Italiana. Coleção Suelena Granchelli

p. 117 – Chácara de Lucillo Poltronieri. Década de 1920
Coleção Poltronieri. CMJ

Capítulo 10

p. 119 – Obras para canalização de água no centro de Jaguariúna.
Francisco Xavier Santiago. A Comarca, Mogy Mirim, 30 de março de 1972.
Coleção da Família.

p. 120 – Obras de iluminação de via pública no centro de Jaguariúna
Francisco Xavier Santiago. A Comarca, Mogy Mirim, 30 de março de 1972.
Coleção da Família.

p. 121, 122 – Construção da primeira Estação de Tratamento de Água
Construção de barragem para captação de água no rio Jaguari
Acervo Gil Bonetti. CMJ

p. 123 – Prédio da Prefeitura recém construído

Capítulo 11

p. 125 – Festa de São Sebastião
Coleção Terezinha Marion. CMJ, s/ data

p. 126 – Obras de asfaltamento da via pública
Obras de iluminação pública.
Coleção Gil Bonetti. CMJ. Década de 1970

p. 127 – Fases do pontilhão da Mogyana
Ivan Ferrari. Década de 1990

p. 129 – Construção da Fábrica da Antartica, 1988
Coleção Luciano Souza, CMJ

Capítulo 12

p. 131 – Foto aérea do distrito industrial
Coleção Setuc/CMJ

p. 132 – Apresentação da Lei Orgânica de Jaguariúna
Maurício Hossri e Tarcísio Cleto Chiavegato
Coleção Maurício Hossri. CMJ

p. 133,134,135,136 – Loteamento popular
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão).

p. 137 – Prédio do Cepep
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

Capítulo 13

p. 139 – O retorno da Maria Fumaça à Jaguariúna.
Pontilhão de acesso à cidade
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

p. 140 – Centro cultural, antiga estação ferroviária.
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

p. 141 – Teatro Dona Zenaide, antigo cinema
Reformado, 2008
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

p. 142 – Casa da Memória Padre Gomes, 2008.

p. 143 – Feart – Centro Cultural

Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

p. 145 – Desfile de escoteiros das Escolas Reunidas de Jaguary na Rua Alfredo Engler. Década de 1920
Coleção Maurício Hossri. CMJ

Capítulo 14

p. 146 – A Comarca, 1902
A Comarca, 15 de outubro de 1910

p. 147 – Professora Nilcéia Guaraldo e Vincenzo Granchelli. Década de 1930
Acervo Tomaz Pires

p. 148 – Primeiro prédio das Escolas Reunidas de Jaguary.
Coleção Pedro Abrucês
A Comarca, s/data
A Comarca, 20 de novembro de 1918

p. 149 – A Comarca, 18 de dezembro de 1921

p. 150 – Grupo Escolar Cel. Amâncio Bueno

p. 151 – A Comarca, 21 de setembro de 1952
A Comarca, s/data

p. 152 – Seqüência do desfile de 7 de setembro dos alunos das Escolas Reunidas de Jaguary.
Coleção Serafim Abib. Década de 1940
Comunità Italiana/CMJ

p. 153 – Inauguração do E.E.P.G.A. do Bairro Dom Bosco. Década de 1970
Década de 1940
Coleção Francisco Xavier Santiago. CMJ

p. 154,155,156,157,158,159,160,161,162,163,164,164 – Escolas Municipais
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

p. 167,168 – Cema – Centro de Educação Ambiental
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

Capítulo 15

p. 169 – Companhia Antartica, 1994

p. 170 – A Comarca, 28 de março de 1971

p. 171 – Equipisca
Acervo da empresa. Década de 1960

p. 172 – Foto aérea do distrito industrial
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão).

Capítulo 16

p. 173 – Projeto do Hospital Municipal, década 1990
A Comarca, 1902

p. 174 – Projeto do Hospital Municipal
A Comarca, 13 de abril de 1972

p. 175 – Pronto-socorro móvel. Década de 1970
Coleção Francisco Santiago. CMJ

p. 176 – Seqüência de obras do Hospital Municipal Walter Ferrari

p. 177,178 – Unidades básicas de Saúde
Fotografia Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

Capítulo 17

p. 179 – Procissão de barcos de Jaguari.
Abertura da Semana da Água. Década de 1990
Ivan Ferrari. Década de 1990

p. 180 – A Comarca, 29 de setembro de 1918

p. 181 – Procissão de barcos de Jaguari.

Abertura da Semana da Água.
Ivan Ferrari. Década de 1990

p. 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197

Praças e Parques
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

Capítulo 18

p. 199 – Crianças e pescadores a margem do Jaguari
Coleção Serafim Abib. Década de 1940
Comunità Italiana/CMJ

p. 200 – A Comarca, s/data
Time de futebol de Jaguariúna em diversos períodos

p. 201 – A Comarca, 1954

p. 202 – Etapas da construção do ginásio do atual Jaguar Tênis Clube
Coleção Jaguar. CMJ

p. 203 – Jaguar Tênis Clube
Coleção Jaguar. CMJ

p. 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211 – Espaços de esporte e lazer
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

Capítulo 19

p. 213 – Banda Musical Jaguaryense

p. 214 – A Comarca, s/data
Jazz Maringá Jaguary

p. 215 – Corporação Musical Santa Maria de Jaguariúna
Banda Municipal Paulo de Moraes Penteadó

p. 216 – A Comarca, s/data

p. 217 – Construção e fases do antigo Cinema

p. 218 – Projeto e detalhes do Teatro Dona Zenaide

p. 219 – Vista aérea do teatro

p. 220 – A Comarca, 15 de janeiro de 1922

p. 221 – Seqüência de fotos da Festa de São Sebastião. Década de 1940
Coleção Serafim Abib. Década de 1940.
Acervo Comunità Italiana/CMJ

p. 222 – Cavalaria Antioiana. Vista da torre da igreja
Coleção Serafim Abib. Década de 1940.
Acervo Comunità Italiana/CMJ

p. 223 – Cavalaria Antoniana
Coleção Serafim Abib. Década de 1940.
Acervo Comunità Italiana/CMJ
Sr. Anísio Aguiar

p. 224 – A Comarca, 28 de setembro de 1914
A Comarca, s/data

p. 225 – Rodeio Jaguariuna; Década de 90

p. 226 – Festa do Peão, 1991
Ivan Ferrari. Década de 1990

p. 227 – Festa do Peão em Jaguariúna, 2007
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

p. 228, 229 – Maria Fumaça
Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos (Lebrão). Década de 2000

Bibliografia

Fontes consultadas

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

Biblioteca Pública Municipal de Mogi Mirim – Mogi-Mirim

Casa da Memória de Jaguariúna – CMJ

Centro de Documentação Histórica Joaquim Firmino – Mogi-Mirim

Centro de Memória da Unicamp – CMU

Cartório Almeida. Oficial de Registro Civil. Tabelião de notas e protestos de Jaguariúna

Cartório Oficial de Registros de Imóveis e Anexos de Mogi-Mirim

Arquivo Tribunal de Justiça de Campinas – CMU

Museu da ABPF – Jaguariúna

Museu da Companhia Paulista – Jundiaí

Museu Histórico e Pedagógico Bernadino de Campos – Amparo

Museu Histórico Pedagógico Dr. João Theodoro Xavier – Mogi-Mirim

Museu Municipal Elizabeth Aytai – Monte Mór

Museu Holambra

Entrevistas

Beraldo de Souza

João Sylvio de Oliveira Andrade

Manoel Rodrigues Seixas

Márcia Malachias

Maria do Carmo Paoliello Machado de Souza (Dna. Iká)

Moacir Malachias

Moracy Brandão Höfling

Pedro Abrucês

Tarcísio Cleto Chiavegato

Revistas, jornais, boletins, manuais, informativos e almanaques

A Comarca – Mogi Mirim

Correio Popular – Campinas

Gazeta Regional – Jaguariúna

O Bohemio: órgão crítico, literário e humorístico – Mogi Mirim

O Mogyano: órgão do Partido Republicano – Mogi Mirim

O Mogymiriano – Mogi Mirim

O Rouxinol – Mogi Mirim

Revista Jaguariúna: estrela do interior paulista. Prefeitura Municipal de Jaguariúna, 2000.

Bibliografia de referência

AB' SABER, Azis Nacib. Regiões e circundesnudação pós-cretácea no planalto brasileiro, Boletim Paulista de Geografia, nº 1. São Paulo, março, 1949.

_____. A terra paulista. Boletim Paulista de Geografia, nº 23. São Paulo, jul.1956.

ALINCOURT, Luiz D'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953.

ANUNZIATA, Antonio Henrique Felice. Trecho campineiro da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, s.d., mimeo.

ARAÚJO, Emanuel. *O café*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2000.

AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para trópicos*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2002.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Publicações CMU-UNICAMP, 1997.

BARONI, F. M. *Estudo de impactos ambientais e perfil socioeconômico às margens do ribeirão Anhumas e afluentes da macrozona 03 de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 2006.

- BOGNOLA, I. A. e SOARES, A. F. *Caracterização química dos solos do município de Jaguariúna*. Campinas: Embrapa–NMA, 1998.
- BOGNOLA, I. A. *Caracterização mineralógica dos solos do município de Jaguariúna*. Campinas: Embrapa–NMA, 1999.
- BOGNOLA, I. A.; MANGABEIRA, J. A. de; MIRANDA, J. R.; TOLEDO, M. A. P. de. *Mapeamento, caracterização e manejo dos solos do município de Jaguariúna, SP, com auxílio de geoprocessamento*. Campinas: Embrapa–NMA, 1997.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial – O governo do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BRUNO, Fabiana; ZIGGIATTI, Maria Abigail Nogueira Moraes; PIMENTA, Marta Eugênia Fontanelle. *Vila Bueno: ensaios para a história*. Campinas: CMU–UNICAMP; Arte Escrita, 2007.
- CARDONA, F. Mogy Mirim (estado de São Paulo). Município 22 de outubro. Notas e informações novas e velhas. Mogy Mirim. Edição da Câmara Municipal, 1928.
- CANO, Wilson. Perspectivas do desenvolvimento econômico no interior paulista, in *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. O papel das ferrovias no desenvolvimento da cidade, s.d., mimeo.
- DAUNT, Ricardo Gumbenton. Reminiscências do distrito de Campinas em bairros, freguesias e vilas. 1879, in *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, nº XI, p. 337.
- EGAS, Eugênio de Andrade. *Os municípios paulistas*, vol. 2. São Paulo, 1925.
- ENDER, Thomas. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender (1817 – 1818)*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000.
- FERREIRA, Jurandyr Pires (orient.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol XXIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações ferroviárias do Brasil. www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 8/7/2007.
- GOMES, Iclérico. *Anuario de 1918 de: Espírito Santo do Pinhal, Itapira, Mogy–Mirim, Mogy–Guassu. Districtos de Posse, Jaguary, A. Nogueira e Santo Antonio do Jardim*. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- HÖFLING, Moracy Brandão. *Querida Dedê: genealogia, Antonia, Francisca, Úrsula de Camargo Andrade*. São Paulo: Editora do Autor, 2004.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- LEITE, Aureliano. *Subsídios para a história da civilização paulista. (edição comemorativa ao IV Centenário da cidade de São Paulo)*. São Paulo: Saraiva, 1954.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes e LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*, 9 vols. São Paulo: Duprat & Cia., 1904.

- LIMA, Roberto Teixeira Pestana (org.). *Estância Hidromineral de Amparo: Flor da Montanha*. São Paulo: Noovha América, 2006, Série Conto, canto e encanto com a minha história.
- LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *A cidade racional, Amparo: um projeto urbanístico do “Oitocentos”*. Campinas: Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral; Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia UNICAMP, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – USP São Paulo, 1974.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem!* São Paulo: EDUSP; Nobel, 1991.
- MASP. *São Paulo, onde está sua história*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovia. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- MELLO Pupo, Celso Maria. *Campinas, município no Império. Fundação e constituição; usos familiares; a morada; sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- MELLO, A. A. S. e KNEIP, A. Diálogo lingüístico – Arqueologia dos povos Tupi-guarani, *Anais do XXIII Congresso de Arqueologia Brasileira*. Campo Grande, 2005, Cd-Rom.
- MENDES JR., João. *Revista Histórica do Município de Mogy Mirim. Mogi-Mirim*, 1971.
- MILLIET, Sérgio. *O roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec; INI; Fundação Pró-Memória, 1982.
- MIRANDA, E. E. de e COUTINHO, A. C. (coords.). *Brasil visto do espaço*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>. Acesso em 8 de setembro de 2008.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1994.
- _____. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo, in PORTA, Paula (org.), *História da cidade de São Paulo*, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MORAES, Camila Azevedo de. *Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, 2007.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. *História e cultura do cafeeiro e consumo do seu producto*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873.
- PESTANA, Paulo Rangel. A expansão da lavoura cafeeira em São Paulo, *Revista do Brasil*, ano 1, nº 2. São Paulo, fev. 1916.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

- PRADO, Washington. *História de uma cidade bandeirante. Mogi-Mirim*. Edição Casa Cardona, s.d..
- PUPO, Celso M. de M. *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a moradia, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- RIBEIRO, Suzana Barretto. *Percursos do olhar: Campinas no início do século XX*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006.
- _____. *Na linha da preservação: o leito férreo Campinas–Jaguariúna*. Campinas: Direção Cultura, 2007.
- ROBRAHN-GONZALES, Erica. *Programa de resgate arqueológico do contorno viário de Mogi-Mirim – Interligação SP-340 SP-147*, São Paulo: Documenta Antropologia e Arqueologia Ltda, s.d.
- ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- SAES, Flavio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo: 1870–1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL; MEC, 1980.
- SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro. Compra e venda de terra e água em um tombamento na primeira sesmaria da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso de Jundiá (1732 – 1992)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- SAYAD, José. *Dados estatísticos de Jaguariúna*. Dat., s.d..
- SECRETARIA DA CULTURA; Departamento de Museus do Estado; Divisão de Arquivo do Estado. *Repertório das sesmarias*; edição fac-similar. São Paulo: Globo, 1994.
- SEVCENKO, N. e MINDLIN, J. *São Paulo de Edmund Pink*. São Paulo: DBA, 2000.
- SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII – séc. XX), *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 14, nº1. São Paulo, jan-jun. 2006.
- SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho. *Mogi-Mirim (subsídios para a sua história)*. Mogi-Mirim: Casa Cardona, 1960.
- SILVA. Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – Efeito da Lei de 1950*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- TAMBELLINI, J. Machado. *A Freguezia dos Batataes*. São Paulo: Cartago Editorial, 2000.
- TAUNAY, Afonso de Escragnole. *História do café no Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774-1850*. Tese de doutorado, FFLCH–USP. São Paulo, 2004.
- VIEIRA, Neusa Machado. *A Estrada dos Goiaes nos mapas da capitania de São Paulo, século XVIII*, *Revista Pontalense*, 1º vol., ano I, mar. 1989, pp. 8-29.

YAMAMOTO, L. F.; KINOSHITA, L. S.; MARTINS, F. R. Florística dos componentes arbóreo e arbustivo de um trecho da Floresta Estacional Semidecídua Montana, município de Pedreira, estado de São Paulo, *Revista Brasil*, vol. 28, n° 1, jan.-mar. 2005.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. São Paulo: Martins, 1976.

ZIGGIATTI, Maria Abigail e BRUNO, Fabiana. Projeto Vila Bueno, *Coletânea 1*, n° 1, fev. 2003.

Agradecimentos

Adelina Buffolo Souza

André Luiz Xavier da Silva – Museu Histórico Pedagógico “Dr. João Theodor Xavier”

Ângela Maria Soares de Lima – Biblioteca Pública Municipal de Mogi Mirim

Antônia Siste de Campos

Antônio Maurício Hossri

Beraldo de Souza

Carmem Lúcia Bridi – Centro de Documentação Histórica Joaquim Firmino

Edson Luís Gomes

Elaine de Souza Oliveira

Fernanda Prado de Almeida Machado de Souza

Geraldo Campos Souza

Giselda Person

Isaias José Corrêa – Centro de Memória da Unicamp

Johannes W. H. Eltink

José Carlos Rossi

Liliana Barretto Ribeiro de Carvalho

Maria Aparecida Pires Cordeiro Hossri

Pedro Abrucês

Ricardo Guedes Zagaroli

Ricardo Picolomini Azevedo – A Comarca – Mogi Mirim

Ricardo Van de Groes

Roberto Malachias

Sérgio Kaisal Machado de Souza

Valter Poletini – Câmara Municipal de Mogi Mirim

Zilda Astrid - Museu Museu “Elizeth Aytai” de Monte Mor

Formato 27 x 27 cm
Mancha 21,5 x 22 cm
Papel Couché fosco 170g/m²
Tipologia Adobe Caslon e Verdana
Impressão Mundo Digital Gráfica e Editora
Acabamento Cola e costura
Tiragem 1.000